



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA**

Cooperativismo - alternativa ou ilusão?

**Um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo
alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant,
Amazonas**

Benjamin Constant - AM
2017

SELOMI BERMEGUY PORTO

Cooperativismo - alternativa ou ilusão?

**Um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo
alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant,
Amazonas**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção de título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de pesquisa: Redes, Processos e Formas de conhecimento
Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva.

Benjamin Constant-AM
2017

Ficha Catalográfica

Biblioteca do Instituto de Natureza e Cultura, Benjamin Constant – Am.

P853c PORTO, Selomi Bermeguy

Cooperativismo alternativa ou ilusão? Um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant - AM. / Selomi Bermeguy Porto. --- Manaus: UFAM, 2017.

111f.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2017.

Orientadora: Heloísa Helena Corrêa da Silva

1. Cooperativismo. 2. Economia Informal. 3. Trabalho. I. SILVA, Heloísa Helena Corrêa da Silva, orientadora. II. Universidade Federal do Amazonas. III. Título.

CDU 33
CDD 330

SELOMI BERMEGUY PORTO

Cooperativismo - alternativa ou ilusão?

**Um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de
salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, Amazonas**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção de título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de pesquisa: Redes, Processos e Formas de conhecimento
Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva.

Aprovada em 28 de novembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Corrêa da Silva – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Noval Benayon de Mello - Membro
Universidade Federal do Amazonas/UFAM

Dr. Gonçalo Dias Guimarães - Membro
COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro
INSTITUTO ALBERTO COIMBRA

Benjamin Constant-AM
2017

DEDICAÇÃO

À Deus por sua onisciência que me instruiu dando-me conhecimento e sabedoria no debruçar do grande enigma que é a produção da ciência; por sua onipotência que fortificou-me a não desistir em meio aos pedregulhos e tropeços desta caminhada; por sua onipresença que sempre me acompanha e me faz nunca me sentir só na imensidão dos meus pensamentos, desalentos e vivência. Sua direção e sustento foram imprescindíveis na busca de mais uma realização de minha vida.

À minha família, de forma especial, aos meus pais Pedro Porto da Cruz e Radígem Bermeguy da Cruz e meus amados irmãos Sandio, Zandio, Semeide e irmãs Seleide, Samara, Simare e Salaniza que sempre foram meu baluarte e razão de motivação para persistir na busca e realização de meus sonhos;

À minha amada esposa Simone e minha filha Sâmilly que representam minha inspiração na busca de enfrentar e vencer as turbulências e dificuldades desta vida na tentativa de oferecer o melhor para ambas.

À vocês meus queridos que tanto me ajudaram, com suas orações, incentivos e cuidado, fazendo com que os momentos mais difíceis tornassem-se mais brandos, em meio as turbulências promoveram calma, nos momentos de desespero me mostraram a esperança e em meio aos desgostos me contagiaram com a sublime alegria de vossas presenças.

Com amor e gratidão dedico essa vitória que representa o esforço de todos vocês.

AGRADECIMENTO

À Universidade Federal do Amazonas por oportunizar a expansão da pós-graduação strítu senso aos interiores, através do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, possibilitando a fomentação da produção do conhecimento e formação de pesquisadores na região. A todos os idealizadores e profissionais que colaboraram para esta realidade minha imensa gratidão.

À minha estimada orientadora Profa. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva que com muita dedicação, companheirismo, competência e humanismo me orientou possibilitando uma experiência singular na produção deste trabalho. Que através da sua rica experiência me instruiu no caminhar deste trabalho. Valeu cada orientação e compartilhamento de idéias. Sua humildade na forma como ensina é admirável e fez com que a caminhada de desafio que envolve a pesquisa tornasse mais suave.

Ao Dr. Gonçalo Guimarães pela generosa e significativa colaboração em compartilhar seu valioso conhecimento possibilitando a construção e consolidação desta pesquisa. Sinto-me honrado com sua participação neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Noval Benayon de Mello por aceitar participar da banca de qualificação e da defesa desta dissertação abrilhantando a produção desta pesquisa.

A todos os professores do PPGSCA que contribuíram com seus conhecimentos através das aulas que tanto contribuíram para a formação acadêmica. E Aos colegas de turma pelas experiências trocadas e momentos compartilhados, em especial Janekelly D'vila e Priscila Rocha.

Aos ambulantes comercializadores de salgados que me oportunizaram realizar esta pesquisa.

Ao Instituto Federal do Amazonas que nesses dois anos de estudo flexibilizou meus horários de trabalho para que pudesse realizar e concluir esta pós-graduação.

Aos meus familiares (pai, mãe, irmãos, irmãs, esposa e filha) por todo o apoio e aos meus sogros Ludmilo e Sônia que com amor e generosidade me acolheram e que sempre se fizeram presentes prestando auxílio e apoio durante o trilhar desta conquista.

... nunca desista de suas ideias, da visão à frente de seu tempo, dos sonhos. Os céticos e pessimistas sempre estarão por perto desestimulando, entretanto mantenha firme a perseverança, a determinação; um ideal levado adiante sempre terá o caminho do sucesso.

Carlos Gustavo Fiorini & Antônio Carlos Zampar

RESUMO

A presente pesquisa intitulada **“Cooperativismo - Alternativa ou Ilusão? Um Estudo de Caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados nos Municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, Amazonas”**, é direcionada para elucidar uma discussão em torno do trabalho informal e as alternativas de organização da força de trabalho nas bases da economia solidária. Isso porque se por um lado, o número de postos de trabalho diminuiu, por outro lado, o índice de pessoas desempregadas aumentou e, consequentemente a expressão da massa trabalhista no mercado de trabalho informal. Reflexo do cenário de desemprego e movidos pela necessidade de garantir o sustento familiar muitos trabalhadores têm ingressado no mercado do trabalho informal como meio de promover ocupação e renda. Buscou-se em termos gerais conhecer e entender a atuação do trabalho informal no ramo alimentício de salgados nos municípios fronteiriços de Tabatinga e Benjamin Constant, assim como a possível contribuição do cooperativismo como alternativa de melhoria do trabalho. A imersão na temática, de forma específica, foi norteada para: a) Identificar o perfil dos trabalhadores informais e da atividade econômica do ramo alimentício de salgados; b) Descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados; c) Discutir, em que medida, o cooperativismo poderá vir a contribuir para a melhoria do trabalho dos trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados. A pesquisa foi direcionada nas bases do método dialético, norteada, principalmente, por uma abordagem qualitativa, fazendo uso de entrevistas e aplicação de formulários junto aos “salgadeiros” informais dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant. A pesquisa possibilitou verificar que a atividade informal no ramo alimentício de salgados é uma realidade e faz parte do cotidiano da população regional, o produto comercializado faz parte do hábito alimentar do consumidor, o que tem sido visto como oportunidade de geração de renda para muitas famílias locais. Todavia, os trabalhadores inseridos nesta atividade enfrentam muitos problemas quanto à limitação de capital para aquisição de insumos, falta de equipamentos e espaço adequado para produção, infraestrutura inadequada para comercialização e competitividade uma vez que a concentração de vendas de salgados é uma das principais atividades nos municípios pesquisados. Considerando os fatos é necessário pensar em alternativas de melhoria do trabalho e atuação no mercado destes trabalhadores. Assim, as propostas de saídas alternativas para que esses trabalhadores possam alcançar reconhecimento em sua atividade e, serem contemplados por políticas públicas que os habilitem a se desenvolverem em suas atividades de negócio, é o direcionamento que se pretendeu dar por meio deste estudo.

Palavras-chave: Economia Informal, Trabalho, Cooperativismo.

ABSTRACT

This research entitled **Cooperativism - Alternative or Illusion? A Case Study of the Informal Workers in the Snacks Food Sector in the cities of Tabatinga and Benjamin Constant, Amazonas**, is important to elucidate the discussion about informal work and the alternatives to organize the labor force in the bases of a solidarity economy, because, if on the one hand, the number of jobs has decreased, on the other hand, the unemployment rate has increased and, consequently, the labor force in the informal labor market. It shows a reflex of the unemployment scene where the workers moved by the need to ensure family support, many workers have entered the informal labor market as a way to promote employment and monthly income. In general terms, it was sought to know and understand the informal work performance of the snack food sector in the neighboring cities of Tabatinga and Benjamin Constant, as the contribution of cooperativism as an alternative to improve work. The specific purpose was: a) to identify the profile of informal workers and the economic activity of snack food industry; b) to describe the main difficulties that informal workers face in this sector; c) to discuss how the cooperativism may contribute to improve the informal workers condition in the snack food sector. The research was based on the dialectical method, and guided by a qualitative approach, using interviews and application forms with the informal snack workers from the cities of Tabatinga and Benjamin Constant. This research allowed to check that informal activity in the snack food sector is a reality and a part of the regional population daily life, the product sold is part of the consumer's eating habits, which has been seen as an opportunity for income generation for many local families. However, the workers involved in this activity face many problems regarding the limitation of the capital for the acquisition of inputs, lack of equipment and adequate place for production, inadequate infrastructure for commercialization and competitiveness since the concentration of snack sales is one of the main activities in the cities investigated. Considering the facts, is necessary to think about alternatives to improve the work and performance in this market. Therefore, this studies purpose was to propose some alternatives that, these kind of workers, can achieve recognition in their activity and, been covered by public policies that enable them to develop their business activities.

Key words: Informal Economy, Labor, Cooperatives

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mesorregião do Alto Solimões.....	61
Figura 2 – Um dos pontos de vendas do senhor Alfredo Corduvá Tabatinga.....	77
Figura 3 – Ponto de venda do senhor Francisco Rocha, Benjamin Constant.....	79
Figura 4 – Principal ponto de vendas de salgados em Tabatinga.....	80
Figura 5 – Principal ponto de vendas de salgados em Benjamin Constant.....	81
Figura 6 – Compartilhamento de espaço entre estacionamento e bancas de venda de salgados.....	82
Figura 7 – Compartilhamento de espaço entre estacionamento e bancas de venda de salgados.....	82
Figura 8 – Antigo espaço do principal ponto de vendas de salgados em Tabatinga	84
Figura 9 – Novo espaço do principal ponto de vendas de salgados em Tabatinga	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1.....	17
1 FUNDAMENTOS E REFLEXÃO SOBRE O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
1.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS TRABALHADORES.....	18
1.2 O INÍCIO DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA.....	25
1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO MODERNO: UMA OUTRA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	28
1.4 COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: TRABALHO, OCUPAÇÃO E RENDA.....	32
CAPÍTULO 2.....	43
2 COOPERATIVISMO HOJE: UTOPIA OU REALIDADE? DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO COOPERATIVISMO.....	43
2.1 CAPITALISMO, ECONOMIA INFORMAL E COOPERATIVISMO.....	46
2.1.1 Reflexão sobre a atuação do Capitalismo na Economia de Mercado.....	47
2.1.2 A dinâmica da economia na Amazônia: o capitalismo e a economia informal.....	51
CAPÍTULO 3.....	60
3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL DO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS NOS MUNICÍPIOS DE TABATINGA E BENJAMIN CONSTANT..	60
3.1 REFLEXÃO SOBRE O CONTEXTO DO CENÁRIO DO CAMPO DE ESTUDO E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	61
3.2 PERFIL DOS TRABALHADORES INFORMAIS E DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS NOS MUNICÍPIOS DE TABATINGA E BENJAMIN CONSTANT.....	65
3.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES INFORMAIS INSERIDOS NO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS.....	72
3.3.1 No que tange a aquisição de insumos.....	72
3.3.2 No que tange a produção dos salgados	76
3.3.3 No que tange a comercialização dos salgados.....	80
3.4 CAMINHOS E DESAFIOS	87
3.4.1 Aprovação de linha de crédito; criação de um fundo de reserva coletiva e realização de compras coletivas de insumos de consumo.....	90
3.4.2 Construção de uma cozinha industrial.....	91
3.4.3 Planejamento das vendas e formação de alianças estratégicas.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE.....	104

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia um período de tensão econômica, social, política, ética e moral que tem influenciado pontualmente a vida dos trabalhadores. Não se pode ignorar que o maior atingido com a crise que assola o país é a classe trabalhadora, para aqueles que ainda conseguem se manter no emprego tem visto seus direitos trabalhistas conquistados serem aos poucos revogados, mas em pior situação estão aqueles que perderam seus empregos e que passaram a fazer parte dos mais de 12 milhões de desempregados no país.

Se por um lado, o número de postos de trabalho diminuiu, por outro lado, o índice de pessoas desempregadas aumentou e, conseqüentemente, a expressão da massa trabalhista no mercado de trabalho informal. Reflexo do cenário de desemprego e movidos pela necessidade de garantir o sustento familiar, muitos trabalhadores têm ingressado no mercado do trabalho informal como meio de promover ocupação e renda.

O cenário nacional expressa a realidade da maior parte das regiões do país. Geralmente, as regiões distantes dos grandes centros urbanos possuem poucos postos de trabalho formal, sendo estes limitados pelo comércio, funcionalismo público e assistência governamental, a exemplo destes, encontram-se os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, situados no Estado do Amazonas na região de Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru, com o registro de que a região do Alto Solimões é fronteira em sua maior parte de extensão geográfica.

Em relação ao tema em questão, a região apresenta um cenário que gira em torno de três vertentes: primeiro, existe uma dependência muito grande da população em relação ao poder público municipal como provedor, uma vez que a mudança de governo reflete significativamente na vida socioeconômica da população e em alguns casos na exclusão de trabalhadores; segundo, a região apresenta potencialidade para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais com necessidade de serem organizados; terceiro, uma parcela significativa dos trabalhadores destes municípios estão inseridos no mercado informal.

Este cenário limitado, de postos de trabalho formal nos municípios supracitados, contribui para maximizar o índice de trabalhadores em funções consideradas informais como forma de garantir sua sobrevivência, ou ainda, ocorre a migração para os grandes centros em busca de oportunidade de trabalho, todavia, quando não encontram emprego contribuem para maximizar as estatísticas do desemprego, refletindo desta forma em um problema de ordem social.

O fato é que não se pode ignorar que diante da onda de desemprego vivenciada o trabalho informal tem sido uma alternativa de promoção de trabalho e renda para muitas famílias. Todavia, é fato também que as condições e a forma como essa atividade econômica se desenvolve gera discrepâncias de entendimento teórico justamente porque é uma atividade desenvolvida às margens da formalidade, envolvendo aspectos econômicos, sociais, legais, políticos e éticos.

Assim, o trabalho informal passa a ser um dilema, uma moeda de duas faces, uma via de mão dupla. Ao passo que emerge como alternativa de trabalho e renda, funcionando como meio de sustento familiar, paralelamente, gera transtornos principalmente nos aspectos legais, sociais e econômicos que afetam tanto as pessoas que estão inseridas neste mercado da informalidade, quanto os que estão fora dele. Será que é possível pensar no trabalho informal como um meio estratégico para organizar a força de trabalho e conduzi-los ao mercado formal? Ou é preciso combatê-lo a todo fervor, sem ponderar sua possível contribuição?

A presente pesquisa titulada **“Cooperativismo - Alternativa ou Ilusão? Um Estudo de Caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados nos Municípios Fronteiriços de Tabatinga/AM e Benjamin Constant/AM”**, que subsidiou a elaboração desta dissertação, como exigência para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, foi instigada pelos dados empíricos com as seguintes indagações: Quem são os atores que atuam no trabalho informal do ramo alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant? O que influenciou a entrada e permanência nesta atividade? Existe interesse destes trabalhadores em tornar esta atividade econômica em empreendimento formal?

O comércio informal nesta região é aquecida em parte pelos estrangeiros que disputam o comércio com os brasileiros. Vindo de seus países principalmente visando à melhoria de vida, maximizam o número de mão de obra na região, todavia ressalta-se que a maioria destes se caracteriza como empreendedores criando seu próprio negócio que na maioria dos casos inicia-se na informalidade.

Na base do empreendedorismo popular, dentre os vários grupos informais existentes inseridos nos mais variados setores, através da venda de produtos e prestação de serviços, encontram-se os trabalhadores que atuam no ramo alimentício de salgados.

Trata-se de um dos vários ramos de negócios existentes nesta região, a qual concentra um número expressivo de trabalhadores informais. Especificamente, os trabalhadores que atuam neste ramo de negócio, na base da informalidade, como varejistas ambulantes, apresentam características semelhantes entre os municípios.

São perceptíveis as condições precárias nas quais esses trabalhadores realizam suas atividades, envolvendo problemas de baixo capital de giro, manipulação inadequada do alimento, infraestrutura de produção e venda do produto em condições contestáveis ao consumo, enfrentamento das questões legais e políticas, luta pela melhoria das condições de trabalho nas quais estão sujeitos. Todos esses fatores serviram de estímulo e justificativa para eleger o grupo de trabalhadores dos salgadeiros, os participantes deste estudo.

Em consonância com a problemática apresentada buscou-se em termos gerais conhecer e entender a atuação do trabalho informal no ramo alimentício de salgados nos municípios fronteiriços de Tabatinga e Benjamin Constant, assim como a possível contribuição do cooperativismo como alternativa de melhoria do trabalho.

A imersão na temática de forma específica foi norteadas para: a) Identificar o perfil dos trabalhadores informais e da atividade econômica do ramo alimentício de salgados dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant; b) Descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant; c) Discutir em que medida o cooperativismo poderá vir a contribuir para a melhoria do trabalho dos trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

Convém enfatizar que o foco da pesquisa voltou-se para os ambulantes salgadeiros que comercializavam seu produto em espaços públicos ou de forma improvisada, os quais são representados pelos trabalhadores que vendem nas esquinas das ruas, em frente das escolas, nos arredores das feiras, na maioria das vezes improvisando a exposição do produto sobre uma pequena mesa de madeira e em carrinhos ou bandejas. Os trabalhadores informais que possuíam estabelecimentos fixo como, por exemplo, lanchonetes, não fizeram parte da pesquisa.

O estudo de caso realizado junto aos salgadeiros ambulantes, na busca de melhor atender os objetivos da pesquisa, foi apoiado por outros aspectos metodológicos que auxiliaram na compreensão e descrição do grupo pesquisado. É por isso que esta pesquisa apresenta aspectos de cunho exploratório e descritivo utilizando-se do diálogo com os trabalhadores por meio de entrevista semiestruturada, em forma de formulário. Além dos salgadeiros realizou-se entrevistas abertas junto às gerências da vigilância sanitária e dos prefeitos dos respectivos municípios.

Além dos contatos formais através da realização de entrevistas buscou-se outras oportunidades e estratégias de diálogos com os participantes da pesquisa, a fim de conhecer o mais próximo possível o dinamismo que permeia a realidade dos fatos. Neste processo a

observação sistemática foi de grande relevância auxiliando na identificação dos pontos de comercialização dos salgados, rotina de trabalho, horários de trabalho, principais pontos de concentração, horário de maior procura pelo produto, entre outros fatores que possibilitaram conhecer melhor as atitudes e comportamentos dos participantes da pesquisa.

Assim, a pesquisa se constituiu nas bases da abordagem qualitativa sem desprezar a contribuição da quantitativa, uma vez que precisou lidar com questões objetivas e subjetivas exigindo uma abordagem de pesquisa que representasse e balizasse a aplicação e análise dos dados, posto que, “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Considerando todos esses aspectos o uso do método dialético foi de suma importância para realizar a pesquisa, pois possibilitou extrair e combinar dados quantitativos e qualitativos, sendo este último imprescindível para responder o que os dados quantitativos não conseguiriam revelar. O método dialético “privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma” (GIL, 2008 p. 13). É nesse sentido que dialética forneceu “as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc “(GIL, 2008 p. 13). Foi sob esta perspectiva, que a presente pesquisa foi norteada sob as bases da dialética, com caráter de abordagem quanti-qualitativo, subsidiada pela entrevista semiestruturada e a observação sistemática.

Ressalta-se que como se trata de um grupo de trabalhadores em que nem todos são cadastrados na vigilância sanitária e que o quantitativo oscila, não se pode afirmar com exatidão o número exato de trabalhadores inseridos neste ramo de negócio. Foi por isso que a pesquisa se deu por conveniência, ou seja, buscou-se entrevistar os salgadeiros que se encontravam em atividade durante o período de coleta de dados, sendo assim, foram entrevistados ao todo 30 pessoas, 15 em Tabatinga e 15 em Benjamin Constant.

A pesquisa possibilitou verificar que a atividade informal no ramo alimentício de salgados é uma realidade e faz parte do cotidiano da população regional, o produto comercializado faz parte do hábito alimentar do consumidor local e por isso tem boa aceitabilidade, o que inclusive contribui para os trabalhadores escolherem este tipo de atividade. Todavia, os trabalhadores inseridos nesta atividade enfrentam muitos problemas quanto à limitação de capital para aquisição de insumos, falta de equipamentos e espaço adequado para produção, infraestrutura inadequada para comercialização e competitividade

uma vez que a concentração de vendas de salgados é uma das principais atividades nos municípios pesquisados.

Além desses aspectos, precisam lidar com as questões legais e políticas que os inibem de atuarem no mercado de forma tranquila, sendo que questões de formalização do negócio e uso do espaço público têm sido fatores de preocupação para estes trabalhadores.

Não se pode negligenciar a luta de tais trabalhadores na busca de garantir, mesmo que na informalidade, o atendimento de suas necessidades, pois para a grande maioria destes trabalhadores o mercado informal não foi uma escolha, mas a única oportunidade em vista para prover sua sobrevivência, sujeitando-se assim, a viver às margens da formalidade, conduzidos pelo voraz capitalismo que rege a economia.

Considerando os fatos, é necessário pensar em alternativas de melhoria do trabalho e atuação no mercado destes trabalhadores. Assim, as propostas de saídas alternativas para que esses trabalhadores possam alcançar reconhecimento em sua atividade e serem contemplados por políticas públicas que os habilitem a se desenvolverem em suas atividades de negócio é o direcionamento que se pretendeu dar por meio deste estudo.

Nesse sentido, há necessidade de políticas de desenvolvimento para os diversos grupos que compõem a sociedade local, a exemplo os trabalhadores do ramo alimentício de salgados. É preciso pensar em uma alternativa que auxilie na reestruturação dos serviços que são ofertados pelos grupos de trabalhadores informais, os quais apresentam relevância para a sociedade local.

Destarte, diante o exposto, esta pesquisa suscita a proposta de iniciativas voltadas para a economia solidária, cujo propósito é buscar meios que possam incluir esses trabalhadores que, dificilmente de forma individualizada, conseguiriam se inserir no mercado de trabalho formal, tendo acesso a oportunidades de trabalho e renda.

Importa ressaltar que o cooperativismo é analisado a partir da necessidade de melhor organização dos trabalhadores, seja qual for o ramo de atividade, e ganhar estrutura para enfrentar um mercado cheio de riscos e incertezas, competitivo, além de excludente. Considerando a assertiva, realizou-se a pesquisa com os ambulantes salgadeiros de salgados já que se trata de um grupo que enfrentam sérios problemas de organização do trabalho, produtividade e comercialização de seus produtos, assim como a regulamentação do negócio.

Há um especial interesse, dado o fato de que os produtores da região nas variadas atividades emergiram e vem se desenvolvendo, mesmo em situações econômicas, muitas vezes, insuficientes. O que falta é elevar a potencialidade de inclusão, capacidade de geração

de ocupações e renda, melhor comercialização de seus produtos e uma forma de organização que possibilite o reconhecimento da atividade econômica.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: introdução, que comporta a contextualização da temática, justificativa, objetivos, aspectos metodológicos e interesse da pesquisa; capítulo I e II, destinado para uma reflexão teórica e discussão das principais categorias analíticas de estudos norteadoras desta pesquisa pontuando sobre cooperativismo, economia solidária e trabalho informal; capítulo III, onde são apresentados os dados da pesquisa de campo que trata da análise e discussão dos resultados; seguida da conclusão que apresenta as considerações do pesquisador, referentes ao estudo realizado.

CAPÍTULO I

1 FUNDAMENTOS E REFLEXÃO SOBRE O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Um novo cooperativismo será constituído de empresas em que a estrutura doutrinária do cooperativismo seja respeitada e que estabeleça um padrão diferenciado de empresa, mas tendo o cuidado de aproveitar as vantagens do empreendimento cooperativado e de reduzir as suas desvantagens.

Bialoskorski Neto

O cooperativismo é uma das formas mais conhecidas de economia solidária, apresentando uma ampla disseminação em termo nacional e global. Isso porque ao passo que o desemprego aumenta maximizando o número de trabalhadores no mercado informal o cooperativismo ganha mais espaço funcionando como meio de produção de ocupação e renda. Sob este cenário de instabilidade econômica e emprego que cerca atualmente o país o cooperativismo tem sido visualizado como um valioso instrumento de desenvolvimento socioeconômico uma vez que faz parte da herança histórica, social e cultural do cooperativismo atuar como opção de melhoria do bem estar do trabalhador reprimido muitas vezes pelas condições sociais, econômicas, políticas e/ou ambientais que o cercam.

Mais do que fazer um resgate teórico sobre o cooperativismo é necessário compreender o contexto em que emergiu o movimento cooperativista. Trata-se de ir além de transcrever apenas fatos históricos, mas de através da história do cooperativismo conseguir extrair a vivência e experiência humana que dão significados para a existência do cooperativismo. Nesse processo o ser humano é o protagonista principal responsável pela nova racionalização de organização do trabalho o que nos ajuda a partir da história do cooperativismo interpretar o seu verdadeiro papel na sociedade atual.

Busca-se através deste capítulo fazer uma abordagem histórica do cooperativismo no intuito de compreender os aspectos que serviram de berço para o movimento cooperativista moderno ressaltando o ponto de conexão entre o cooperativismo e a economia solidária. Para tanto utilizar-se para a discussão da temática os principais autores que tratam do tema perquirido abordando desta forma os principais conceitos teóricos que embasam a temática estudada.

1.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS TRABALHADORES.

A Revolução Industrial é marcada principalmente pela mudança na forma de produção do trabalho, onde o modo de produção doméstico é substituído pelo desenvolvimento tecnológico, impactando principalmente a sociedade no que tange aos aspectos econômicos e sociais, tendo o capitalismo como fator preponderante motivacional de tais mudanças.

Sales (2010) ressalta as mudanças de ordem econômicas e sociais que o processo de desenvolvimento capitalista ocasionou. Explica que o desenvolvimento capitalista se intensificou nos séculos XVI e XVII com a Revolução Comercial onde o acúmulo de capital estava ligado à circulação de mercadorias, mais tarde, a partir da primeira metade do século XVIII o modo de produção muda, devido ao início da mecanização industrial na Inglaterra, onde o setor de produção passa a ser então a principal fonte de acúmulo de capital, em vez da atividade comercial. Tudo isso contribuiu para o desaparecimento das relações e práticas feudais e consequentemente para o estabelecimento e consolidação do modo de produção capitalista (SALES, 2010, p.25).

Sobre este período da humanidade, meados do século XVIII e XIX, Führer e Führer (2015, p.20) afirmam que “vários fatores, em especial o avanço tecnológico e migração da mão-de-obra rural contribuíram para que lentamente se instalasse a chamada “Revolução Industrial” na Inglaterra, transformando as oficinas dos artesãos em fábricas, com produção em larga escala”.

O deslocamento da mão-de-obra do meio rural destinava-se para os centros urbanos onde estavam concentradas as indústrias. Esses trabalhadores advindos do campo maximizavam o contingente de trabalhadores em busca de trabalho nas indústrias e ocasionava a urbanização da cidade de forma desordenada. Passado o período do desemprego em massa, ocasionado inicialmente pela Revolução Industrial, as indústrias começaram a readmitir os trabalhadores, todavia as condições oferecidas eram precárias, além disso, o excesso da mão-de-obra contribuiu para a exploração da força de trabalho. Este cenário social e econômico é descrito por Chiavenato (2003) que explica que,

Ao mesmo tempo em que intensa migração de mão-de-obra se deslocava dos campos agrícolas para os centros industriais, surge um surto acelerado e desorganizado de urbanização. O capitalismo se solidifica e cresce o tamanho de uma nova classe social: o proletariado. O baixo padrão de vida, a promiscuidade nas

fábricas e os riscos de graves acidentes e os longos períodos de trabalho em conjunto proporcionaram uma interação estreita entre os trabalhadores e uma crescente conscientização da precariedade das condições de vida e de trabalho e da exploração por uma classe social economicamente favorecida (CHIAVENATO, 2003, p.35).

A revolução industrial contribuiu para a solidificação do capitalismo que ao passo que beneficiava uma minoria provocava o aumento da classe social dos desfavorecidos representada pelo proletariado. A forma como os empresários da época tratavam os trabalhadores era desumano, pois em prol do lucro exploravam a força de trabalho, exigindo muito e pagando pouco.

Os trabalhadores tinham que suportar condições miseráveis de trabalho, como longas jornadas de trabalho, tendo que realizar muitas vezes suas atividades em ambiente de insalubridade e periculosidade. Alves (2003) ao refletir sobre o contexto da Revolução Industrial aponta que documentos de natureza científicos, religiosos, literários e políticos, como de Karl Marx e Engels, e a Encíclica Rerum Novarum, subscrita pelo Papa Leão XIII relatam em seus escritos a dura realidade que cercava os trabalhadores.

Essas publicações punham em relevo a deplorável situação de penúria a que incontáveis seres estavam expostos, pois os recentes inventos industriais e seu mercado dependiam da participação humana, e os donos exigiam a máxima energia da mão-de-obra, sem distinguir entre mulheres, homens ou crianças, em ambiente de alta insalubridade e periculosidade, com baixa remuneração (ALVES, 2003, p.20).

Os vários relatos sobre este período da história da humanidade revelam as adversidades que os trabalhadores enfrentavam para garantir sua sobrevivência. “Por economia utilizava-se a força de trabalho de crianças, com até 6 anos de idade, que eram submetidas a jornadas de 14 ou 15 horas de trabalho. Havia a chamada “jornada de sol a sol”: durava o trabalho enquanto houvesse luz” (FÜHRER; FÜHRER, 2015, p.21). O que os trabalhadores recebiam em troca do seu trabalho mal dava para sobreviver, muitos dormiam na própria fábrica ou em recintos imundos alugados.

Trabalhavam para manter a posição social e conforto da classe dominante que cada vez mais enricava à custa da exploração de suas forças de trabalho. Enquanto a classe dominante desfrutava de conforto, fartura e boa qualidade de vida, a classe do proletariado vivia em meio à miséria, sobrevivendo das migalhas da burguesia. “Foi observado algum movimento de caridade nesse período, mas, no geral, a classe dominante e a classe média eram absolutamente insensíveis ao sofrimento do operário miserável”. (FÜHRER; FÜHRER, 2015, p.22). A indiferença da classe dominante associada à falta de controle do Estado

deixava os trabalhadores totalmente vulneráveis aos problemas que enfrentavam, aparentemente sem nenhuma expectativa de dias melhores.

[...], qual seja, subordinação, onerosidade e habitualidade, bloqueava a esperança, ascensão da chamada classe trabalhadora, que tinha na força de trabalho seu exclusivo e único capital, mantendo-os não só como trabalhadores, mas também como empregados dependentes. Algo, historicamente, não muito diferente da escravidão, pois, com o salário oferecido pelo mercado, o trabalhador não conseguiria viver melhor que o escravo (ALVES, 2003, p. 21).

No pensamento do autor a classe dos trabalhadores vivia num regime semelhante ao da escravidão com a pequena diferença que agora “o salário passou a então a ser o preço do trabalho” (ALVES, 2003, p.21). O sistema econômico da época desfavorecia o trabalhador alienando-o ao miserável salário que mal dava para sobreviver. Isso porque “no final do século XVIII, e início do século XIX, o continente Europeu mergulha na chamada revolução industrial e está sob **a concepção do liberalismo econômico** dos autores clássicos” [grifo nosso] (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.22).

Os economistas liberais defendiam a não intervenção do Estado sobre as organizações e defendia a livre concorrência pregando que, quando o homem busca alcançar seu interesse próprio acaba beneficiando a coletividade de forma mais efetiva. Afirmavam que a competitividade provocaria o desenvolvimento da sociedade. De acordo com Bialoskorki Neto (2006, p.22) tal pensamento ditou as bases econômicas da Revolução Industrial.

Todavia, neste mesmo período, algumas ideias antagônicas ao capitalismo, quanto à situação social dos trabalhadores e o modelo de sistema econômico que vigorava na época, surgem em forma de revolta, pois como argumenta Bialoskorki Neto (2006, p.22) a “realidade de pobreza e exploração do trabalho, em que crianças e mulheres grávidas trabalham 17 horas diárias, passam fome e não contam com nenhum benefício social, em um mundo de desemprego, carestia e miséria, que leva alguns pensadores econômicos à revolta” (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.22).

Devido às ideias defendidas por tais pensadores, traduzidas em preocupação com a desigualdade social e oposição à propriedade privada e à livre concorrência, que simbolizava a bandeira levantada pelos economistas liberais, uniu tais pensadores na defesa de um mesmo ideal passando a serem conhecidos como socialistas utópicos. “Os socialistas consideram o liberalismo econômico como algo pernicioso à sociedade e pregam certa igualdade social de oportunidade e de condições, ou seja, a cada um a sua oportunidade, de acordo com suas necessidades e na proporção de seu trabalho” (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.23).

Para o período histórico em debate as ideologias dos socialistas pareciam loucura, representando verdadeira utopia, mas não se pode negar que tais pensamentos ao passo que confrontavam a lógica econômica vigorante da época, tinham aceitabilidade, gerando esperança para a classe trabalhista. Suas influências e contribuições podem ser percebidas através das ideologias e práticas disseminadas por tais pensadores.

Robert Owen (1771 - 1858) é considerado o pai do Cooperativismo, combatia o lucro e a concorrência por considerá-los responsáveis pelos principais males e injustiças sociais. Acreditava ser possível organizar uma sociedade sobre base mais humana. Com base em suas ideias, buscou na prática, mudar a realidade dos trabalhadores ingleses.

Sendo um rico empresário da época e compadecendo-se da situação de penúria dos trabalhadores realizou mudanças em sua indústria em prol do bem estar dos trabalhadores. Dentre suas práticas destaca-se: diminuição da jornada de trabalho de 17 horas diárias para 10 horas; proibiu o trabalho de crianças de menores de 10 anos e criou escolas e refeitórios para os operários. Por meio de tais ações procurava melhorar, na prática, a vida dos trabalhadores (BIALOSKORKI NETO, 2006).

As práticas de Robert Owen junto aos seus trabalhadores resultaram não apenas na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mas inclusive na melhoria da vida econômica da fábrica. Impulsionado com tais resultados Robert Owen elaborou um plano social que consistia em criar comunidades produtivas nas quais os trabalhadores seriam os responsáveis pelos meios de produção e consumo, estas seriam pautadas no princípio da propriedade coletiva. Todavia, suas ideias e ações não alcançaram o mesmo sucesso com as comunidades produtivas que obteve com seus trabalhadores.

Apesar das ações de Robert Owen não serem todas bem sucedidas, ao seu tempo, pode-se afirmar que, suas ideias influenciaram práticas futuras, pois foi contemplada nos estatutos dos pioneiros de Rochdale, na doutrina cooperativista e na criação da Aliança Cooperativista Internacional - ACI, uma vez que em 1835, na Inglaterra, Robert Ower fundou a “Association of Classes of all Nations” uma organização internacional que tinha intenção e objetivos que se assemelha a atual ACI. Ou seja, as ideias de Ower não se perderam no tempo, apenas alcançaram nova roupagem adaptando-se ao cooperativismo moderno.

William King (1786 – 1865) aparece como um dos seguidores das ideias de Robert Owen, todavia, ao contrário de Owen que não teve tanto sucesso quando tentou criar as comunidades de produção, Willian King, famoso médico, conseguiu maior êxito através de suas realizações, pois consta que criou mais de 300 cooperativas de consumo, embora todas tenham chegado ao estado de falência.

Trata-se de um intelectual que se dedicou ao cooperativismo de consumo, que defendia que a “transformação do ambiente econômico deveria dar-se pelo estabelecimento de cooperativas de consumo que acumulariam recursos suficientes para, em um segundo momento, construir um sistema cooperativo de produção” (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 30). Argumentava que o sistema cooperativista estava ligado diretamente ao processo de educação cooperativa, caracterizando a cooperação como um ato voluntário.

É possível entender as ideologias de Willian King através de suas frases de efeito, expressa como, “[...] Trabalhadores! Sois produtores. Mas não sois mais que isto? Não sois consumidores? Então!” (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 30), os pensamentos deste intelectual apontam para sua ideologia de transformar a economia através da classe trabalhadora, de despertar o pensamento crítico dos trabalhadores para refletir ~~no~~ seu papel, além de ser meros produtores.

Charles Fourier (1772 – 1837) francês que idealizava uma sociedade igualitária, justa e equilibrada. Motivado por seu anseio de concretizar sua idealização desenvolveu um projeto social que consistia estabelecer colônias socialistas comunitárias, ou seja, unidade de produção coletiva onde as pessoas poderiam produzir e viver coletivamente, o que ele denominou de Falanstério. “As Falanges propostas por Fourier seriam correspondentes a pequenas unidades sociais com populações de cerca de 1500 habitantes, e cada uma possuiria um edifício comum chamado Falanstério no qual todos viveriam harmoniosamente” (BARROS, 2011, p.246).

Vale ressaltar que a instituição do Falanstério estava ligada diretamente a forma ideal de sociedade defendida por Fourier, pois enxergava a realidade na qual vivia como desordenada, avessa, enlouquecida e para tanto a proposta do Falanstério seria a forma de mudar a realidade promovendo a organização, ordenação e equilíbrio da sociedade. Sendo assim, o Falanstério comportaria as ideologias de Fourier, representaria o tipo de sociedade ideal, justa e igualitária defendida por ele.

Além disso, Fourier ao estabelecer o Falanstério, objetivava dissolver com a estrutura familiar monogâmica, isto por que era um crítico ferrenho do casamento, pois acreditava que o fim do casamento promoveria uma sociedade mais livre, uma vez que o casamento alienava as pessoas uma nas outras, gerando sentimentos prejudiciais aos seres humanos como ressentimentos, doenças, depressão, ocasionado principalmente pela traição dos parceiros. Além disso, apontava para a opressão de mulheres e crianças pela figura do homem.

Outro aspecto estava associado ao trabalho, uma vez que,

No falanstério, não haveria seres humanos improdutivos – tal como existiam no estado de “Civilização” que o seu sistema pretendia superar. Segundo Fourier, a improdutividade abarcava cerca de 2/3 dos seres humanos, entre profissões desnecessárias e improdutivas, fora os ociosos de várias espécies e as mulheres mantidas em reclusão doméstica. Ao mesmo tempo, o Trabalho deveria sempre ser constituído por uma dimensão de prazer e por um aspecto lúdico, o que expressava, aliás, a aversão de Fourier ao fato de que a maior parte dos seres humanos realizava um trabalho que não apreciava efetivamente (BARROS, 2011, p.249).

Charles Fourier objetivava alimentar um sistema diferente do atual onde a improdutividade humana seria eliminada e o trabalho não seria encarado como um fardo, mas sim como algo prazeroso, uma vez que as pessoas realizariam variadas atividades no falanstério, mostrando sua aversão à especialização do trabalho, que alienava muitas vezes os trabalhadores a funções específicas que, na maioria das vezes, não gostavam de executar. Argumenta-se que Fourier em sua juventude trabalhara como balconista de comércio, contra a sua vontade, o que explica a sua revolta contra a realização de trabalho que não expresse prazer e vocação do trabalhador.

A busca da felicidade, a não privação das paixões, a eliminação de egoísmo e o compartilhamento de sentimentos de fraternidade, igualdade e justiça era o resultado almejado por Charles Fourier ao estabelecer o falanstério.

Este projeto criado por Fourier tinha como intenção apresentar aos burgueses e convencê-los em investir em sua ideia, todavia, o sonho de transformar a sociedade de forma pacífica e com a ajuda dos industriais burgueses não se concretizou, sendo que nenhum burguês manifestou interesse em investir em seu empreendimento.

Os **socialistas utópicos** almejavam transformar a sociedade por meio da cooperação de forma voluntária e pacífica envolvendo todos os indivíduos da sociedade. Ressalta-se que o modelo de sociedade defendida por tais pensadores foi foco de várias críticas devido às suas idealizações de sociedade justa e igualitária não apresentarem, de forma exequível, como isso aconteceria. Na contramão do socialismo utópico, apresenta-se o **socialismo científico**, que embora defenda a transformação da sociedade e levante a bandeira contra a desigualdade social, se diferencia principalmente pelos meios apontados para transformar a sociedade.

Enquanto de um lado, os socialistas científicos consideram que,

[...] esses ideais são atingidos quando suprimidos as propriedades privadas sobre os meios de produção e de consumo. Assim, tornam-se comum os meios de produção, e os indivíduos organizam-se economicamente em estruturas verdadeiramente comunitárias, chamadas comunas, em que o Estado centraliza o planejamento da atividade (BIALOSKORKI NETO, 2006, p. 23-24).

Do outro lado, os socialistas utópicos advogam que,

[...] será possível a substituição do mercado por instrumentos de cooperação, bem como que a propriedade privada deverá ser extinta por meio de um regime de co-propriedade dos meios de produção. Essa co-propriedade será necessariamente voluntária, tendo a liberdade de cooperação como traço fundamental, sendo, portanto, ideal para transformar a sociedade (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.25).

As ideologias de ambos os grupos socialistas possuem como ponto de motivação a insatisfação com o modelo econômico que vigorava na época e que ocasiona a desigualdade social. Ambos visavam transformar a sociedade almejando acabar com os males que oprimia a grande maioria dos indivíduos. Todavia, enquanto os utópicos acreditavam na transformação de forma pacífica e voluntária, sem conflitos e brigas de classe, os científicos ponderavam que isso não seria possível sem a luta entre as classes e que o proletariado tinha que dominar os meios de produção.

Observa-se que os socialistas utópicos enfatizam a transformação da sociedade pautada no indivíduo ou grupo de indivíduos, já os socialistas científicos apontam a transformação da sociedade por meio da classe social, propondo uma verdadeira revolução. Este último pensamento sofre forte influência de Karl Marx e Friderick Engels, pois, para estes “os agentes de transformação não deveriam ser indivíduos, e sim “classes sociais” inseridas nos “modos de produção”, envolvidas em contradições em relação a outras classes que ainda representavam os interesses da sociedade a ser superada” (BARROS, 2011, p. 242).

Sendo assim, Bialoskorski Neto (2011) apresenta de forma muito sucinta a diferença entre as duas correntes socialistas, ao destacar que,

Aqui é clara a diferença de postura entre essas duas correntes socialistas: os utópicos negam a tese do materialismo histórico, a obrigatoriedade de participação, a propriedade coletiva e comunitária pela força, da produção ao consumo, e os métodos violentos de cisão social com o objetivo de busca de uma sociedade mais justa. Esses pensadores indicam que a solução para a melhor repartição não está apenas na supressão da propriedade privada, mas, sim, em uma transformação do regime de propriedade por intermédio da associação e cooperação. Propunham uma modificação do sistema econômico por meio da cooperação e, especificamente, dos empreendimentos cooperativistas, sejam de produção, de consumo ou de crédito (BIALOSKORKI NETO, 2006, p.25).

Em suma, o que se analisa é que enquanto de um lado temos uma doce dupla de utopia, do outro lado, temos uma visão totalmente radical, o que influenciou para que ambas recebessem críticas quanto ao seu ideal de sociedade e os meios para conseguir tais objetivos. Destaca-se ainda, que embora nenhuma dessas correntes tenha conseguido consolidar seu

ideal de sociedade pelos meios apontados, não se podem negar as significativas contribuições de ambas as correntes socialistas, principalmente no que tange às críticas sociais referente ao modelo de sociedade vigente em sua época e que até hoje servem de reflexão e que motivaram vários movimentos sociais, dentre os quais, o cooperativismo é um exemplo real.

1.2 O INÍCIO DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

Alguns autores ao refletir sobre as origens do cooperativismo remontam os primórdios da história da humanidade para explicar a sua existência, ao destacarem que a cooperação sempre existiu entre as pessoas como meio necessário para atender suas necessidades.

Dentre estes autores destaca-se Klaes (2005, p.34) que defende que “cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios”. O autor expõe que a solidariedade e a ajuda mútua, tendo como instrumento a cooperação, são práticas que fazem parte da natureza dos seres vivos, pois inclusive os animais desfrutam de tais princípios, dentre outros cita, por exemplo, as formigas, pássaros e pinguins que exalam sentimentos de solidariedade e cooperação no enfrentamento das intempéries e sobrevivência. De igual modo, o autor ressalta que os seres humanos sempre se utilizaram de ajuda mútua e cooperação para alcançarem seus objetivos. Nesta perspectiva, associa a existência do cooperativismo aos primórdios da história da humanidade.

Namorado (2005, p. 3 e 4) ratifica que “a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas. Nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie”. Isso justifica de acordo com o autor que o cooperativismo circunstancialmente falando não possa ser datado e nem considerado como algo passageiro, todavia reconhece e afirma que, historicamente, o cooperativismo alcançou **legitimação no movimento operário**, uma vez que isso marcou o movimento cooperativo e possibilitou a sua estruturação. Destaca os princípios de Rochdale datados de 1844 como um reflexo do movimento operário e, por conseguinte, uma “representação viva da raiz do cooperativismo”.

Sobre a discussão deste assunto Bialoskorski Neto (2006 p. 21-22) ao fazer uma abordagem histórica, embora aponte que o cooperativismo assim como suas formas de cooperação seja algo muito antigo da história da humanidade, defende que o cooperativismo

alcançou maior expressividade de desenvolvimento no século XIX, no contexto do capitalismo, sendo na visão do autor o que marca o cooperativismo dito como moderno.

É justamente à luz do marco histórico dos meados do século XIX, sobre o forte impacto da revolução industrial e do capitalismo em seu ápice, que é sustentada a corrente ideológica de que não se pode confundir cooperação com cooperativismo, uma vez que, antes de 1844, todas as iniciativas ou formas de trabalho ou de relação que as pessoas desenvolviam no campo da cooperação não representavam o movimento cooperativo, isso porque foi a partir do contexto da revolução industrial que o movimento cooperativo encontra seu berço histórico no que tange à gênese do movimento cooperativo, como bem advoga Rios (2007, p.17) ao considerar o “cooperativismo como fruto do movimento operário”.

O professor Luciano de Souza Costa da universidade Estadual do Oeste do Paraná colabora através de sua pesquisa sobre cooperativismo que “embora sejam encontradas experiências cooperativas e associativas em períodos bastante remotos, estas não passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social”. No pensamento do autor não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, uma vez que a cooperação restringe-se ao ato de “colaborar” podendo ser vista em qualquer conjuntura da sociedade. Todavia, o cooperativismo é compreendido como um “movimento social” pelo qual as pessoas se uniram para enfrentar a “opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX”.

Sendo assim, a organização e funcionamento do movimento cooperativo refletem a compreensão que as pessoas tinham dos problemas que careciam de enfrentar ocasionados das transformações industriais (FRANTZ 2012, p.16). Embora se registre vários benefícios advindos com a Revolução Industrial muitos foram também os problemas que lhe acompanharam e foi exatamente para enfrentar tais problemas que o cooperativismo nasceu como forma de reação aos problemas da época.

Foi justamente sob este cenário que surgiu na Inglaterra, precisamente por volta do ano de 1844, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, uma cooperativa de consumo organizada por 28 tecelões, dentre estes uma tecelã, que ficaram conhecidos mundialmente como os “Pioneiros de Rochdale”.

Dentre os vários problemas que os trabalhadores enfrentavam, o aspecto econômico e social destacava-se como um dos principais, uma vez que, as profundas mudanças oriundas da Revolução industrial favoreceram economicamente, principalmente uma minoria, enquanto que a maioria vivia em situação de penúria. “É por isso que a iniciativa dos tecelões de

Rochdale apresentou-se, historicamente, como uma tentativa econômica, por meio do cooperativismo de consumo, de produzir uma solução para os principais problemas de seu sustento econômico” (FRANTZ, 2012 p.18).

Keil e Monteiro (1992) afirmam que influenciado pelo contexto do desemprego e da fome os operários de Rochdale fundam uma sociedade baseada na ajuda mútua com vista à melhoria das suas condições de vida, sendo que de acordo com seus fundadores buscava-se através dessa união solidária:

- Abrir um armazém para a venda de provisões, roupas, etc...
- Comprar ou construir um certo número de casas, destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica ou social.
- Iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade estimar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que estiverem desocupados ou sujeitos a repetidas reduções de seus salários;
- A fim de dar a seus membros mais segurança e maior bem estar, a sociedade comprará e adquirirá terras que serão cultivadas pelos sócios desocupados ou cujo trabalho for mal remunerado;
- Tão logo seja possível a Sociedade procederá a organizar as forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colônia que se bastará a si mesma e na qual os interesses estarão unidos. A Sociedade ajudará a outras sociedades cooperativas para estabelecer colônias similares; A fim de propagar a sociedade a Sociedade estabelecerá, tão logo seja possível, um salão de combate aos vícios (KEIL; MONTEIRO, 1982, p. 2).

Os pioneiros de Rochdale buscaram, por meio de normas, estruturar o empreendimento criado, estabelecendo ~~desta forma~~ princípios que serviriam de base para direcionar o empreendimento e as ações de seus membros. De acordo com Frantz (2012, p. 18) “foi uma experiência prática de cooperação que reconheceu determinados princípios necessários à organização e funcionamento de um empreendimento cooperativo no contexto da nova realidade socioeconômica”. Vista na opinião do autor como uma “aplicação racional dos princípios de organização econômica”. Foram responsáveis por criarem os princípios que hoje vigoram e identificam o cooperativismo tido como moderno.

As iniciativas dos Pioneiros de Rochdale são vistas como uma experiência de sucesso que possibilitou desenvolvimento e expansão do cooperativismo para vários segmentos e regiões. É por isso que muitos pesquisadores da temática apontam este período como marco histórico do surgimento do cooperativismo, uma vez que foi a partir desta iniciativa que o cooperativismo alcançou sua configuração de modelo de negócio baseado em uma lógica racional.

À luz de todo este debate em volta do surgimento do cooperativismo, Frantz (2012) traz uma significativa contribuição ao revelar seu ponto de vista sobre o assunto. O autor

inicia sua exposição explicando que “a experiência de Rochdale não iniciou o movimento cooperativo, mas transformou-se em um modelo de organização que conseguiu superar as inúmeras dificuldades práticas de cooperação, no contexto da realidade da época, em que florescia a revolução industrial capitalista” (FRANTZ, 2012 p.18).

Esse pensamento do autor é embasado pelo fato de que a Experiência de Rochdale não se trata de uma iniciativa inédita do cooperativismo, uma vez que várias tentativas dessa natureza já tinham sido realizadas antes, embora todas tenham fracassadas, por isso defende que “a experiência de Rochdale precisa ser vista como resultado de longas experiências e lutas sociais”. Todavia, destaca que “a iniciativa dos tecelões de Rochdale, em 1844, foi uma das experiências mais marcantes da história do cooperativismo moderno. É considerada a experiência matriz do cooperativismo moderno”. (FRANTZ, 2012 p.18).

Em suma, pode-se dizer que a Revolução Industrial e a Experiência dos Pioneiros de Rochdale constituíram um divisor de águas na história do cooperativismo dando-lhe uma performance de modelo de negócio econômico vigorante. É sob este entendimento que se desenvolve a elaboração desta dissertação considerando o período histórico e a iniciativa dos pioneiros de Rochdale como gênese do cooperativismo, para tanto avocará esta fase de cooperativismo moderno, seguindo o pensamento de autores como Bialoskorski Neto (2006), Frantz (2002), dentre outros que assim o denominam.

1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO MODERNO: UMA OUTRA ALTERNATIVA PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

No entendimento de alguns autores, o cooperativismo e a economia solidária se consolidam no mesmo período histórico, econômico e social, sendo que assim, como o cooperativismo “a economia solidária surgiu historicamente como reação às injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista” (SINGER, 2014, p.11), sendo este período histórico registrado no contexto das influências da revolução industrial, como apresentado anteriormente.

Singer (2002) ao expor que a origem histórica da economia solidária seja consequência do capitalismo industrial, chama este período da história de “Cooperativismo Revolucionário”, uma vez que revela e destaca a economia solidária como uma crítica operária e socialista do capitalismo. Nesta perspectiva, o cooperativismo ainda em sua fase

inicial já se configurava como modo de produção alternativo ao capitalismo (SINGER, 2002, p. 25-35).

O cooperativismo e a economia solidária possuem uma forte relação, na verdade, é nos aspectos históricos, conforme exposto, que se registra o cruzamento efetivo de ambos.

Entende-se que a economia solidária representa um modelo econômico representado através de vários empreendimentos econômicos solidários. Em termos práticos, considera-se que a economia solidária é praticada pelos variados empreendimentos que se consolidam por meio da solidariedade econômica. Por sua vez, o cooperativismo, especificamente, é entendido como uma das formas de materialização da economia solidária. Ou seja, representa uma das formas práticas mais conhecida de economia solidária.

Assim como foi no passado com os pioneiros de Rochdale, atualmente, diante dos problemas sociais e econômicos que a sociedade vem enfrentando, o cooperativismo arraigado à economia solidária continua sendo apresentado como alternativa para minimizar tais entraves. Principalmente para os excluídos pelo sistema capitalista tem se configurado como oportunidade de organização da força de trabalho, geração de ocupação e renda e, de promoção da inclusão social.

No entendimento de Paul Singer a economia solidária apresenta-se como alternativa frente aos problemas gerados pelo capitalismo, não que seja a solução do problema, mas oferece um caminho diferente do capitalismo na organização da economia da sociedade.

A economia solidária não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção econômicas darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação - mas não a eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores (SINGER, 2008, p.9).

O trabalho na economia solidária ganha uma configuração diferente daquela do capitalismo, principalmente porque o trabalho sobrepõe ao capital e é regado por princípios opostos do capitalismo, principalmente por valorizar a cooperação em vez da concorrência, o coletivo em vez do individualismo, a distribuição da riqueza em vez de sua concentração. “Apesar do conceito de economia solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.15).

Singer (2004) explica o desenvolvimento econômico sob a ótica do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento solidário, apresentando suas diferenças e formas de atuação. Se por um lado, o desenvolvimento capitalista é realizado sob “a ágide do grande capital e

moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo”. Por outro lado, o desenvolvimento solidário é “realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da competição e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados” (SINGER, 2004, p.9).

O desenvolvimento capitalista contrasta-se com o solidário devido o fato de se basear na propriedade privada do capital, onde a grande parcela dos trabalhadores encontra-se excluída. Isso porque o modo de produção capitalista provoca a divisão de duas classes: os proprietários de capital e os seus empregados. Sendo que os primeiros por serem proprietários dos meios de produção conduzem o desenvolvimento de acordo com seus interesses, sendo os maiores beneficiados com o acúmulo de capital (SINGER, 2004, p.10).

Na contramão do capitalismo o desenvolvimento solidário estimula novas forças produtivas estabelecendo novas relações de produção visando um crescimento econômico sustentável que possibilite os excluídos desfrutarem dos frutos deste crescimento (SINGER, 2004, p.7).

Vale ressaltar que o autor esclarece que, numa análise histórica, o capitalismo provocou melhoria de vida não apenas para capitalistas, mas para a classe trabalhista, traduzidas, por exemplo, com as conquistas dos direitos sociais e políticos alcançados por vários grupos sociais. Embora apresente um caráter seletivo, não se pode negar o progresso advindo do desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, a economia solidária não objetiva opor-se ao desenvolvimento, que por mais que seja capitalista, faz a humanidade progredir. Todavia, o que se busca é tornar este desenvolvimento mais igualitário e justo, onde os ganhos e perdas sejam distribuídos de forma equitativa, evitando que os maiores custos em prol do desenvolvimento sejam conquistados com a exploração ou sacrifício dos menos favorecidos.

Noëlle Lechat na busca de compreender a economia solidária no Brasil, identifica três aspectos mutuamente complementares da economia solidária:

- Um projeto socioeconômico, político e cultural que visa ao desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente a partir de relações sociais de produção autogestionárias antagônicas às do sistema capitalista.
- Um conjunto de empreendimentos econômicos solidários (associações; cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito) que tenta organizar-se em cadeias horizontais e verticais, em redes e fóruns como o apoio de movimentos sociais, ONGs, Igrejas, sindicatos e universidades.

- Um movimento social que reivindica políticas públicas de apoio ao novo cooperativismo e um novo marco legal para o trabalhador associado e para os empreendimentos econômicos solidários (LECHAT, 2006, p. 153).

A economia solidária influencia diretamente a economia do país e oportuniza novas formas de produção voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador. Isso porque “a geração de novas unidades produtivas significa, para a economia, novos postos de trabalho e acréscimos de renda, em outras palavras crescimento econômico” (SILVA, NISTAL; FERREIRA, 2014, p. 132).

Ressalta-se, que os Empreendimentos de Economia Solidária são constituídos por motivos variados e por grupos de pessoas heterogêneos que optam pelo ingresso a este tipo de organização da força de trabalho de acordo com suas necessidades e objetivos. “De fato, há entidades de apoio a certos tipos de empreendimentos solidários e cada organização tem suas próprias versões sobre quais são os que fazem parte dela, mas todas reconhecem que há uma grande heterogeneidade entre eles” (LECHAT, 2006, p.154), todavia, o que possibilita a integração e manutenção de tais grupos é o compartilhamento da visão de que os “Empreendimentos Econômicos Solidários [...] é um vetor para o desenvolvimento de bem-estar aos seus membros, moradores de bairros pobres, que começam a ter uma nova relação com o trabalho e com a comunidade da qual fazem parte” (SILVA, Heloísa; NISTAL, Luiz; FERREIRA, Sylvio, 2014, p. 132). Mas, a verdade é que há espaço para todos os trabalhadores, desde que compartilhem dos princípios prezados pela economia solidária.

Geralmente, os empreendimentos solidários apresentam as seguintes características, de acordo com Culti; Koyama e Trindade (2010):

- a) São organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito;
- b) Baseiam-se na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático;
- c) A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da economia solidária.

É por isso que a economia solidária é visualizada por Paul Singer como uma alternativa superior ao capitalismo, sustenta seu argumento ao explicar que ela “é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002, p. 114). A economia solidária em termos gerais visa proporcionar o bem estar do indivíduo, como por exemplo, auxiliando para que a estreita relação existente entre o

homem e o trabalho seja seguida de forma harmoniosa e satisfatória. E não como algo imposto e destrutivo ao ser social.

1.4 COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: OPORTUNIDADE DE TRABALHO, OCUPAÇÃO E RENDA.

O trabalho acompanha desde cedo a história de vida do homem, está diretamente ligado aos aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e geográficos, fazendo parte, desta forma, do contexto de vida do ser humano.

Além de estabelecer uma relação entre os homens, representa uma relação entre o homem e a natureza, como argumenta Marx “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural” (MARX, 1996, p.297). Na linha deste pensamento o trabalho é fruto da relação entre o homem e a natureza, onde ambos se influenciam mutuamente e que ao longo dos anos constroem e destroem meios de produzir o trabalho, influenciando a vida social do indivíduo.

O trabalho é inerente à sobrevivência do homem, faz parte da vida, sendo considerado por Karl Marx como algo exclusivamente particular do homem, o trabalho possui objetivo predefinido, associando-se ao uso de valor e servindo para satisfazer necessidades dos indivíduos. “É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir” (MARX, 1996, p. 297).

O trabalho foi fortemente impactado pelo capitalismo, o qual busca lucrar por meio da exploração da força de trabalho do homem. O capitalismo aguça a concorrência e o individualismo e gera concentração de riqueza onde a minoria usufrui. Os que mais colaboram para sustentar a lucratividade das empresas capitalistas são os que menos são favorecidos nesse sistema – os trabalhadores.

Mais uma vez deve-se recorrer à história, com corte epistemológico a partir da Revolução Industrial, para refletir sobre a questão do trabalho visando melhor compreendê-lo na perspectiva da economia solidária traduzida por meio do cooperativismo.

Sabe-se que desde o advento da Revolução Industrial ocorreu profundas mudanças que influenciaram os vários aspectos da sociedade. Especificamente em relação ao trabalho considera-se que sua influência foi drástica, uma vez que trouxe uma nova concepção de trabalho e mudanças em seu conteúdo e contexto.

Isso porque as empresas industriais cuidaram de substituir o trabalho dos artesãos pelo operário especializado. O trabalho deixa o contexto artesanal e passa a incorporar no contexto industrial. Nessa época, vários postos de trabalhos foram eliminados e/ou transformados em novos, onde muitas das forças de trabalho foram substituídas pelas máquinas.

A Era industrial estabeleceu uma nova relação entre capital e trabalho, expondo a figura do patrão e empregado. Neste processo de mudança as pessoas passam a visualizar o trabalho sob uma nova perspectiva, o que estimulou, por exemplo, o êxito rural de muitos trabalhadores para o centro urbano na promessa de conseguirem emprego. Isso gerou um aglomerado de pessoas na cidade e desordenamento da mesma, principalmente de ordem econômica e social. Se por um lado uma parcela da população estava dentro das indústrias, outra ainda maior tentava entrar, ou seja, a demanda por procura de emprego era maior do que a sua oferta. Os donos das fábricas se aproveitavam da situação para explorar a mão de obra, pagando pouco e exigindo muito da força de trabalho.

As relações de trabalho, sob esta nova perspectiva, estão diretamente ligadas aos novos modelos de produção, os trabalhadores passam a ser dependentes das empresas. Conseguir se inserir dentro deste novo sistema de produção apresenta-se como a única forma de trabalho, frente à nova mentalidade dos trabalhadores - está trabalhando nas fábricas por pior que fosse as condições era melhor que fazer parte do grupo dos desempregados. O resultado apresentou-se em um contingente de pessoas sem trabalho, aglomerados nas cidades e contribuindo para agravar os problemas da mesma. Sob esta perspectiva o desemprego acompanhou o desenvolvimento industrial sendo uma preocupação constante do homem ao longo dos anos. Paul Singer denominou a onda de desemprego ocasionado pela a Revolução Industrial de “**desemprego tecnológico**”, argumenta que “todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico” (SINGER, 2008, p.16). Isso porque muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalho com o ingresso das máquinas as quais possibilitaram as empresas alcançarem maior índice de produtividade, com menor custo. Todavia, ressalta-se que novas oportunidades de emprego surgiram, mas que “como aqueles que ocuparam os novos empregos gerados pela tecnologia nem sempre foram os mesmos expulsos dos empregos eliminados pela tecnologia, as calamidades sociais provocadas pelo desemprego tecnológico não devem ser menosprezadas” (SINGER, 2008, p. 16).

Semelhante à Revolução Industrial, a globalização promoveu significativas mudanças em vários aspectos da sociedade, principalmente no que se refere ao contexto social

e econômico, visto que a economia globalizada fomentou o ingresso de novos tipos de organizações industriais, que promoveram relevantes mudanças no sistema de produção e consequente na forma de organização do trabalho. Resultando em novos postos de trabalhos e limitando vários outros. Sendo que, com a integração do mercado, a competitividade aumentou e muitas empresas não sobreviveram a tais mudanças.

Singer (2008, p. 23) chama o desemprego causado pela globalização de **“desemprego estrutural”** e ressalta que este “é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir”. O autor explica que isso acontece porque “a globalização faz com que milhões de trabalhadores [...] percam seus empregos. O “desemprego estrutural” ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho”. Sob esta ótica, a Revolução Industrial e a globalização apresentam semelhantes resultados principalmente em relação ao trabalho, emprego e desemprego.

Diante do contexto exposto, atualmente o sonho de conquistar um emprego tem sido o grande calcanhar de Aquiles de muitos cidadãos, sendo que o número das vagas de postos de trabalho é menor que a demanda, ou seja, o número de pessoas à procura de emprego supera as vagas disponíveis no mercado. Além de o mercado de trabalho ser seletivo, excluindo a grande maioria dos trabalhadores, as crescentes taxas de demissões e desempregos que assolam o país têm gerado poucas expectativas para a classe de trabalhadores, incentivando-os a buscarem outras formas de ocupação que garanta o atendimento de suas necessidades.

O cenário atual revela que o Brasil tem enfrentando sérios problemas desta natureza, dados mostram que o país iniciou o ano de 2015, segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) alastrando ainda mais o cenário do desemprego, uma vez que no mês de janeiro do corrente ano, as demissões superaram as contratações em 81.774 (oitenta e um mil, setecentos e setenta e quatro) trabalhadores que perderam seu emprego, isso reflete o pior resultado, para o mês de janeiro, em seis anos, perdendo apenas para janeiro de 2009 no qual 101.748 (cento e um, setecentos e quarenta e oito) empregos foram fechados, reflexo da crise econômica internacional.

De acordo com o IBGE o Brasil finalizou o primeiro trimestre de 2016 registrando um índice de desemprego de 10,9%. Já no segundo trimestre finalizado em junho, a taxa de desemprego subiu para 11,3%, isso significa dizer que cresceu o índice de população desocupada em 4,5% em comparação ao primeiro trimestre de 2016, o que representa 11,6

milhões de pessoas. Quando se compara ao segundo semestre do ano de 2015 o aumento é mais expressivo representando 38,7%.

A realidade é que as oportunidades de emprego oferecidas pelo Mercado de trabalho (MT) não têm sido suficientes para suprir a demanda de trabalhadores desempregados, os quais compõem o Mercado de Recursos Humanos. O mercado de trabalho ou mercado de emprego, segundo Chiavenato (2009, p.135), “é constituído pelas ofertas de trabalho ou de emprego oferecidas pelas organizações, em determinado lugar e em determinada época. É basicamente definida pelas organizações e suas oportunidades de emprego”. Por outro lado, entende-se como mercado de recursos humanos o “conjunto de pessoas aptas ao trabalho em determinado lugar e em determinada época [...] é constituído de candidatos reais e potenciais em relação a determinadas oportunidades de emprego” (CHIAVENATO, 2009, p.138). O que se percebe é que além da insuficiência de vagas de emprego, a eliminação de postos de trabalho agrava ainda mais a situação da classe trabalhista.

O fato de relacionar o trabalho diretamente ao emprego assalariado tem sido uma barreira para tratar a temática em questão. O desemprego é uma questão social que não será resolvida apenas visando maximizar os postos de trabalho nas empresas, pois ao longo dos anos o mercado de trabalho sempre se mostrou seletivo e insuficiente para agregar todos os trabalhadores que compõem o mercado de recursos humanos.

É nesta linha de pensamento que Paul Singer coloca o desemprego em perspectiva, propondo uma discussão de seus pressupostos, que reside em distinguir ocupação de emprego. O emprego “implica em assalariamento - uma relação de emprego só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego há alguém” (SINGER, 2008, p.12). O autor enfatiza que na verdade a empresa não dá ou oferta o emprego, mas é o trabalhador que oferece a sua força de trabalho para ser comprada pela empresa, se a oferta é feita da parte do trabalhador, este se configura como vendedor da força de trabalho e a empresa assume o papel de comprador. Sob este ponto de vista o autor afirma que nessa relação de compra e venda a “mercadoria não é o emprego, mas a capacidade de produzir do trabalhador. A firma empregadora é o comprador, o demandante e, como tal, paga o preço da mercadoria – o salário”.

É por isso que Paul Singer ratifica que o que se necessita é de ocupação e não unicamente de empregos assalariados. Singer (2008, p.14) simplifica seus argumentos ao corroborar que “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce”. E acrescenta ainda que “emprego assalariado é um tipo de ocupação – nos países capitalistas o mais frequente, mas não o único”.

Quando se passar a considerar outras formas de trabalho, não aquela unicamente vinculada ao emprego assalariado, as chances de se atenuar as taxas de desempregos serão maiores, visto que o cenário do mercado de trabalho já se mostrou limitado em relação à disponibilidade de postos de trabalho com emprego assalariados. “No resgate do objetivo social das sociedades de pessoas e estratégia de combate ao desemprego, surgem cooperativas solidárias, propondo uma organização da produção autogestionária e estimulante a prática da solidariedade” (VIEIRA, 2010. p.158). O trabalho sob a luz da economia solidária possibilita aos trabalhadores alternativas diferenciadas de atenderem as suas necessidades. Funciona como instrumento de inclusão de trabalhadores que, na sua maioria, encontra-se excluído do mercado de trabalho.

NoëlleLechat (2006) expõe o cenário da economia mundial e seus efeitos no país:

A economia mundial expulsou do campo milhões de pessoas, destruiu o modo de produzir e reproduzir vida, acabou com seus meios de subsistência, mas não ofereceu alternativa. Em vez de serem absorvidos pela modernização da economia e pelo desenvolvimento econômico, os pobres não desapareceram, ao contrário, se multiplicam de uma maneira assustadora. Para sobreviver eles não têm outra alternativa senão organiza-se segundo outra lógica. Devem inventar uma outra maneira de conseguir renda e um trabalho. Esta outra maneira é a economia informal (LECHAT, 2006, p.159).

A grande parcela dos trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado de trabalho é conduzida a outro tipo de mercado, conhecido como informal. O mercado informal geralmente é aplicado para caracterizar os trabalhadores que possuem algum tipo de ocupação, mas que não estão sob a guarda da legislação trabalhista, não usufruindo de seus direitos e nem se responsabilizando pelo cumprimento dos deveres. Em termos conceituais, ainda não houve um consenso para nomear e definir conceitualmente este grupo de trabalhadores. Todavia, o termo mais usado tem sido trabalho informal ou setor informal, associando-o ao termo de informalidade.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) na resolução da 15ª Conferência Internacional de Estaticistas do Trabalho, 1993, afirmou que,

Em termos gerais, o sector informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objectivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas. Estas unidades funcionam normalmente com um fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, enquanto factores de produção e operam em escala reduzida. As relações de trabalho - quando existem - baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais (OIT, 2006, p.24,25).

Considerando este pensamento, observa-se que o mercado informal é constituído por trabalhadores que produzem e/ou prestam algum tipo de serviço à sociedade, e que não se trata de um grupo de pessoas ociosas, pelo contrário são trabalhadores ativos que encontraram neste tipo de atividade uma alternativa para resolver ou ao menos minimizar seus problemas, principalmente de ordem econômica, e que além de produtos e serviços gera empregos, diferente daquele formalmente aceito e incentivado pelo governo. Em termos econômicos, o mercado informal é responsável por uma parcela significativa da economia do país “o imenso contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal, ocupa uma parte significativa da economia brasileira e latino-americana” (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2001).

Os dados revelam que a economia informal, conhecida também como economia subterrânea movimentou cerca de R\$ 830 bilhões em 2014, o que representa 16,2% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE). Este representa um cenário geral do aspecto econômico do mercado informal, mas, em análise às suas peculiaridades, este é cheio de desafios e limitações no que tange a trabalho e capital.

Ao refletir sobre as diferenças entre trabalho formal e trabalho informal, utiliza-se o pensamento de Guimarães e Pereira (2015 p. 464) que ressalta as diferenças de realidade que cercam ambos os trabalhadores, ao enfatizar que “o trabalhador formal tem oportunidade de lutar por cidadania, enquanto o que se encontra na informalidade acaba por lutar por sua subsistência, pois seu trabalho, em geral, gera renda suficiente apenas para sua sobrevivência”. Os autores ressaltam ainda que o trabalho informal apresenta características específicas, uma vez que,

pode ser executado por qualquer pessoa, não requer conhecimento prévio e exige baixa ou nenhuma tecnologia. Por sua vez, o trabalho formal possibilita a geração de renda suficiente para a existência cidadã da pessoa, bem como o acúmulo e a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, requer conhecimento, *know-how* e, por vezes, equipamentos e conhecimentos técnicos. A diferença entre eles está na tecnologia empregada. (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015, p. 464).

Isso revela que o mercado de trabalho informal enfrenta vários problemas, principalmente em termos de organização do trabalho, produtividade, limitação de acesso ao

crédito e reconhecimento em termos profissionais, é concebido muitas vezes como uma classe inferior às demais por estar às margens da formalidade.

À luz desta questão, Paul Singer (2000 p. 21) corrobora que “para resgatar o trabalho informal da pobreza é necessário organizá-lo”. Ele destaca que a condição de organização sob a forma de sindicato clássico não é a mais adequada por enfatizar que os trabalhadores informais não possuem emprego regular, por outro lado, argumenta que a forma que se mostrou mais eficaz para a organização dos trabalhadores informais são as cooperativas, por terem como base a solidariedade entre os seus cooperados, que impede a concorrência entre os mesmos. O autor enfatiza ainda, que “a organização em cooperativa permite transformar o trabalho informal em formal e a pequena produção, fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades, em produção em escala média e grande”.

Em relação ao fato de associar informalidade com pobreza, Guimarães e Pereira (2015 p. 466) revelam preocupação e necessidade de examinar com atenção o que se considera como linha da informalidade e linha da pobreza, pois, no pensamento dos autores, existem diferenças que as separam, posto que, “diferente da linha da pobreza horizontal, cortando a renda, a linha da informalidade é vertical e contempla em si diversas faixas de renda”. Acrescentam ainda, que é por isso que “muitas vezes, confunde-se informalidade com pobreza”.

Seguindo a linha deste pensamento, a informalidade não pode ser visualizada como questão absoluta associada à pobreza, pois, muitas vezes, os trabalhadores que se encontram na informalidade possuem uma atividade econômica que, em alguns casos, os deixam numa situação igual ou melhor do que quem se encontra no mercado de trabalho formal. Todavia, ressalta-se que neste caso específico, o que separa uma classe da outra é o acesso às políticas públicas, pois, com exceção das políticas sociais, as demais não alcançam a informalidade, inibindo a inclusão social. Guimarães e Pereira são críticos ao debater esta temática, pois enfatizam que,

Quando se analisa a pobreza junto da informalidade, defronta-se com o problema do uso de políticas públicas sociais para atacar a pobreza e a informalidade ao mesmo tempo. Essa estratégia não é adequada para tratar a informalidade, pois essas pessoas que estão na informalidade têm toda uma dinâmica econômica, e não têm, necessariamente, nenhum problema de pobreza. O que separa um do outro? [...] na realidade é o formal e o informal. O que acontece? Todas as políticas públicas de urbanização que seguem o padrão atingem apenas a formalidade. As políticas públicas não chegam até a informalidade, a não ser as políticas sociais. As políticas públicas de educação, eletrificação, urbanização e o acesso ao crédito só atingem quem está na formalidade. A informalidade é despojada de acesso às políticas públicas, tendo como único canal as políticas sociais (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015 p. 467).

O cooperativismo sob esta ótica é apresentado como uma alternativa para a organização do trabalho informal, garantindo condições que possibilitem acesso às políticas públicas. Geralmente as cooperativas são formadas por trabalhadores informais, alguns desses ao mesmo tempo que se encontram na informalidade convivem com a pobreza, enquanto outros, embora vivam na informalidade, não necessariamente passam pelo problemas de pobreza. Isso mostra que o cooperativismo agrega pessoas de níveis econômicos e, até mesmo social, diferentes, que são agrupadas de acordo com as atividades de produção e objetivos comuns. Em síntese, visando à melhoria da qualidade de vida. “Hoje, uma parte importante dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho busca se organizar em associações, cooperativas, empreendimentos autogeridos e familiares para gerar trabalho e renda” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.16).

O cooperativismo proporciona condições para que os seus cooperados passem de meros consumidores para produtores. Que tenham acesso às políticas públicas voltadas ao incentivo e fortalecimento de políticas tecnológicas, de crédito produtivo, de inovação e produção. Guimarães e Pereira ressaltam que para o mercado informal está disponível o crédito de consumo, enquanto que, para o mercado formal o crédito de produção, sendo assim exemplificado:

Qualquer trabalhador morando em comunidades informais que queira um crédito para comprar uma televisão ou um carro, por exemplo, consegue acesso imediato, sem vistoria sequer em sua propriedade. Isso quando se trata de crédito para consumo. Se esse mesmo trabalhador quiser comprar equipamentos e máquinas, ele não tem acesso às linhas de créditos subsidiadas. Quando se fala em transformar esse grupo pertencente à informalidade em elemento produtor, fala-se, na verdade, em uma mudança na essência, onde ele deixa de vender trabalho e passa a vender produto. Diante de tal proposta, o que ocorre? Todo o circuito de leis ataca essa iniciativa assolando-a com o rótulo da ilegalidade (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015 p. 468).

Existe dois aspectos importantes a serem considerados diante o exposto; primeiro, o cooperativismo pode ser uma saída para que os trabalhadores informais tenham acesso ao crédito de produção, deixem de vender a sua força de trabalho que alimenta o próprio sistema por meio do consumo dos produtos que eles mesmos ajudaram a produzir, e passem a produzir e vender produto; segundo, existe uma interação muito grande entre a informalidade e a formalidade, aceita-se que a informalidade aqueça a economia formal, através dos serviços prestados e consumo por parte destes, todavia, os grupos informais encontram forte

limitações quando buscam mudar de papel e decidem deixar de vender trabalho para vender produto.

O cooperativismo se apresenta como uma das propostas para amenizar esta questão social que tanto é motivo de debates e divergências de opiniões, como forma de organizar esses grupos informais em cooperativas, visando diminuir o nível de informalidade e consequente contribuir na melhoria da qualidade de vida das populações que fazem parte da base da cadeia produtiva, onde na maioria das vezes, a informalidade é maior e onde o acesso às políticas públicas é escasso.

Paul Singer (2000, p.12) afirma que “se for possível organizar em cooperativas uma grande parte do trabalhador informal, ele deixará de fazer parte da população relativamente excedente e seus integrantes deixarão de estar condenados a trabalhar jornadas máximas para ganhar um mínimo”. Mas ao mesmo tempo, desperta a atenção para as dificuldades que podem ser enfrentadas na organização do trabalhador informal em forma de cooperativas.

É, no entanto, difícil reunir trabalhadores que atuam isoladamente e em competição entre si em cooperativas, pois estas requerem profundos laços de confiança mútua e solidariedade entre os companheiros. A cooperativa de trabalhadores é uma organização autogestionária, em que cada sócio é proprietário de uma cota igual do capital e tem direito a um voto na assembleia, em que todas as decisões importantes são tomadas e na qual são eleitos os diretores e demais encarregados da administração. A dificuldade provavelmente reside no receio do trabalhador de abrir mão de sua autonomia para compartilhar o destino de outros, de cujo caráter e integridade ele não tem provas (SINGER, 2000, p. 13).

Embora possam existir algumas limitações iniciais na organização do trabalho informal sob a forma de cooperativas, o que realmente vai ser o grande divisor de águas para o sucesso ou fracasso do empreendimento dos trabalhadores será a capacidade de compartilhar dos princípios básicos do cooperativismo, principalmente o de solidariedade, pois como salienta Nascimento (2004) “cumprir afirmar que, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana”.

O cooperativismo é uma forma diferenciada de negócio que tem como base a economia solidária, que embora apresente diversidade de conceitos, a Economia Solidária é caracterizada como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2004).

A economia solidária tem colaborado significativamente para a geração de emprego e renda e promoção da inclusão social uma vez que “seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos” (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010, p.15).

É por isso que o cooperativismo se distingue de outras formas de negócios capitalistas por desenvolver-se no berço da economia solidária, em vez do individualismo, o cooperativismo se apoia na ajuda mútua, no trabalho coletivo, na inclusão social e distribuição da renda de forma justa e igualitária, onde o trabalho sobrepõe o capital, visando o desenvolvimento do trabalhador principalmente em termos econômico, social e cultural. Culti, Koyama e Trindade colaboram nesse sentido afirmando que,

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010 p.16).

Um dos aspectos mais relevantes do cooperativismo é que consiste em um sistema que acolhe todos aqueles que a sociedade rejeitou, sendo que a maioria das cooperativas atualmente é composta pela força de trabalho excedente da sociedade, mas que unidas desenvolvem um modelo de trabalho mais humano e fraternal, uma economia fruto da solidariedade que possibilita o atendimento de suas necessidades e interesses, geração de ocupação, renda e inclusão social.

Nesta linha de pensamento, Bialoskorski Neto (2006 p.194), advoga que as cooperativas poderão oferecer às sociedades a oportunidade de incentivo a um sistema econômico diferente, mais igualitário e justo, e, portanto, alternativo a uma economia competitiva, que marginaliza classes sociais e se apresenta como concentradora de renda. As cooperativas podem auxiliar na construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária. Acrescenta ainda que:

A construção de uma nova sociedade depende de oportunidades mais igualitárias aos agentes econômicos, do crescimento econômico e da renda, da eficiência microeconômica nas empresas e de adequada distribuição de renda. O sistema cooperativista pode auxiliar nessa trajetória da sociedade (BIALOSKORSKI NETO, 2006 p.194).

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados ou públicos e assume os correspondentes riscos, em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos de diferente poder aquisitivo, é importante para o desenvolvimento local de forma sustentável, trazendo benefícios evidentes em termos de geração de empregos, distribuição de renda, resgate de autoestima e cidadania de seu quadro social (INFOCOS, 2007.p.87). Ademais, as cooperativas são empreendimentos que visam ser economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente correto, culturalmente aceito e politicamente atuante e ético, ratificando assim, a sua relevância para o desenvolvimento sustentável nas localidades onde se inserem.

Todavia, não podemos conceber o cooperativismo como solução definitiva e perfeita para os problemas da sociedade ligados geralmente aos aspectos socioeconômicos, mas como uma alternativa que deve ser incentivada e desenvolvida levando em consideração as peculiaridades de cada grupo e região, uma vez que este modelo de negócio vem se mostrando um instrumento de promoção de desenvolvimento, trabalho, ocupação e renda, além de auxiliar no combate à informalidade e ao desemprego.

CAPÍTULO II

2 COOPERATIVISMO HOJE: UTOPIA OU REALIDADE? DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO COOPERATIVISMO

[...] quando se considera a economia e o processo de desenvolvimento, pode-se perceber que há significativa importância do nível cultural e social em determinado local, na forma de organização de certa coletividade, que influencia o desenvolvimento.

Bialoskorski Neto

Este capítulo apresenta inicialmente, com base em dados da OCB (2015), um relance sobre o cenário do cooperativismo no que tange às suas dimensões econômicas e sociais, seguido de uma discussão teórica envolvendo os temas capitalismo, economia informal e cooperativismo visando mostrar como que se relacionam, constituem-se e se apresentam na sociedade, especificamente, no contexto da Amazônia. Para então, com base na abordagem realizada, ponderar sobre o modelo de negócio cooperativo.

O sistema cooperativista é muito organizado, sendo representado em âmbito internacional pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), nacionalmente pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e na esfera estadual pelas Organizações Cooperativistas Estaduais (OCEs), presentes em cada estado do Brasil. Tudo isso contribui para que o cooperativismo através de uma gestão integrada alcance uma maior dimensão geográfica em termos numéricos.

As estratégias de organização do sistema cooperativista têm buscado tornar o cooperativismo ao longo de sua trajetória um agente de desenvolvimento econômico e social. O seu esforço é tanto nesta direção que, atualmente, o cooperativismo é considerado um modelo de negócio disseminado e praticado mundialmente.

Um relance do cenário atual do cooperativismo é mostrado na Agenda Institucional do Cooperativismo com edição publicada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 2015, tendo como fonte de dados a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esses dados revelam que uma em cada sete pessoas no mundo é associada a uma cooperativa, o que significa dizer que o modelo cooperativista já alcançou mais de 1 bilhão de pessoas no mundo, estando presente em forma de cooperativas em mais de 100 países e gerando mais de 100 milhões de empregos.

O cenário aponta que o cooperativismo é uma realidade mundial e que vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social em escala internacional, nacional e local.

O Brasil, de acordo com a OCB (2015), possui hoje mais de 6,8 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos, sendo que nos últimos anos o número de cooperados inseridos nessas cooperativas alcançou o patamar de 11,5 milhões de associados. Em termos percentuais, o número de associados a cooperativas representam hoje 5,7% da população brasileira que, se somadas às famílias dos cooperados, estima-se que este percentual suba para 22,8% da população brasileira, o que equivale a 46 milhões de pessoas. No que tange à geração de empregos as cooperativas brasileiras geram hoje cerca de 338 mil empregos formais.

Os dados são animadores no que se refere à capacidade do cooperativismo de promover a inclusão social ao possibilitar, através das cooperativas, oportunidades de emprego e renda. Não se pode negligenciar a contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento socioeconômico de muitos grupos sociais no país e no mundo.

O cooperativismo cresce em importância, mais ainda quando se analisa sua participação na economia do país, pois conforme relatório de gestão da OCB (2016) com base em fonte de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no ano de 2015 o volume de recursos movimentado pelas exportações realizadas por cooperativas brasileiras a 148 países representou cerca de 5,3 bilhões. Isso mostra a atuação ativa do cooperativismo não apenas no mercado nacional, mas no comércio internacional, gerando maiores divisas para o país e desta forma ajudando a aquecer a economia do mesmo. Principalmente no período de crise em que o Brasil se encontra, as cooperativas têm mostrado sua capacidade de inovar e sobreviver frente às turbulências do mercado.

As cooperativas atualmente estão presentes em vários setores econômicos do país, chamados de ramos do cooperativismo. Os 13 ramos do cooperativismo representam os setores que as cooperativas atuam, os quais conforme a OCB (2015) são identificados e descritos da seguinte forma:

- Agropecuário: cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pescas, cujos meios de produção pertencem ao cooperado.
- Consumo: empreendimentos dedicados à compra em comum de artigos de consumos para os seus cooperados.
- Crédito: cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus associados.

- Educacional: cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins.
- Especial: cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações de desvantagens nos termos da Lei 9.867/1999.
- Habitacional: destinadas à construção, administração e manutenção de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
- Infraestrutura: atendem direta e prioritariamente ao seu quadro social com serviços essenciais como energia e telefonia.
- Mineral: cooperativas com finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- Produção: estimula o empreendedorismo reunindo pessoas dispostas a produzir bens e produtos, como donos do seu próprio negócio.
- Saúde: cooperativas destinadas à preservação e à promoção da saúde humana.
- Trabalho: cooperativas que se dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional de seus trabalhadores associados para a prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.
- Transporte: cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e de passageiros.
- Turismo e lazer: atendem direta ou prioritariamente ao seu quadro social, com serviços turísticos, de lazer, de entretenimento, de esportes, artísticos, de eventos e de hotelaria.

O cooperativismo hoje está presente em todos esses setores econômicos, por meio das diversas cooperativas que têm contribuído para gerar oportunidades de trabalho e renda, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico do país. Todavia, convém ponderar que os dados apresentados revelam um cooperativismo que não representa a natureza do cooperativismo da economia solidária. Representam cooperativas que atuam, enquanto empresa estruturada, junto ao mercado e que possuem uma atuação diferente das constituídas e sustentadas nas bases da economia solidária. Muitas dessas cooperativas são questionadas quanto às suas raízes ideológicas e princípios norteadores uma vez que suas práticas de trabalho, estrutura de negócio e a forma como se projetam no mercado muitas vezes gera questionamento e dúvida rotulando-as a filhotes do capitalismo.

2.1 CAPITALISMO, ECONOMIA INFORMAL E COOPERATIVISMO

O sistema econômico vigente na economia atual com maior expressão, denominado de capitalismo, assume hoje características diferentes de épocas atrás. Por meio de uma análise de economia de mercado é possível verificar como o capitalismo moldou a sociedade ao longo dos anos.

Durante toda a sua trajetória registra-se em dados momentos de resistência social a este sistema econômico, todavia, através de suas artimanhas o capitalismo conseguiu não apenas se desenvolver, mas se expandir e se sustentar.

Quando se analisa o capitalismo em âmbito global, observa-se sua força e predominância sobre outras formas de economia, todavia, ao considerar de forma separadas as várias regiões, observa-se que o mesmo não possui a mesma força em todas as localidades. Quando se analisa o Brasil, por exemplo, fica nítido o capitalismo em massa principalmente nas regiões metropolitanas onde estão localizados os principais polos industriais. Todavia, quando se volta o olhar para regiões onde a industrialização não se expandiu intensamente, nota-se um capitalismo industrial com menos vigor ou retardatário, como por exemplo, em algumas regiões da Amazônia, distantes dos centros industriais, onde a economia caracteriza-se pela atividade de subsistência e as atividades industriais são incipientes quando não, inexistentes.

Fica nítida a desigualdade econômica, social e de desenvolvimento regional provocado pelo capitalismo, influenciando na fomentação da economia informal, pois como o capitalismo é seletivo acaba excluindo muitos do sistema econômico.

É sob este cenário que o cooperativismo apresenta-se como alternativa de organização da força de trabalho informal, gerando ocupação e renda, possibilitando a inserção dos trabalhadores no setor formal, através da cooperativa, o que evidencia sua capacidade de integração nas dimensões econômicas e sociais.

Tanto o capitalismo quanto o cooperativismo representam modelos de negócios vigentes na sociedade, sendo praticados em todo o mundo, pois embora conflitantes entre si, ambos pregam o desenvolvimento, diferenciando em seus métodos para alcançá-lo.

2.1.1 Reflexão sobre a atuação do capitalismo na Economia de Mercado

A economia de mercado ao longo dos anos tem sido um fator preponderante a ser considerado quando se busca entender a forma de organização da vida econômica da sociedade.

Vale ressaltar que a economia de mercado antecede ao capitalismo, isso significa que antes do capitalismo a economia de mercado se sustentava de forma diferente da que é apresentada na conjuntura do capitalismo. Cita-se como exemplo as formações sociais anteriores ao capitalismo que conforme Singer (1987) “a economia de mercado só coexistiria com uma economia de subsistência mais ou menos extensa. Alguns bens eram produzidos como valores de uso, para o consumo dos próprios produtores ou de outros membros de seu círculo domésticos” (SINGER, 1987, p. 12).

Entende-se por economia de subsistência aquela onde se produz preferencialmente para consumo próprio ou consumo interno, produzir para sobreviver. Neste tipo de economia a importação de produtos é escassa existindo apenas quando não se consegue suprir suas necessidades com a produção doméstica.

No Brasil, Singer (1987) argumenta que por um longo período a economia de mercado se assentava no setor de subsistência, sendo que geralmente a produção nas fazendas distinguia-se em produção para o mercado, através, por exemplo, do cultivo de café, cacau, cana, algodão ou criação de gado; e, produção de subsistência, cultivo de horta, pomar, plantações de cereais e criação de pequenos animais, assim como existência de oficinas para se trabalhar madeira, couro, fibras, dentre outros materiais. Esta ampla e diversificada produção de subsistência limitava o consumo de mercadoria, pois só era importados produtos que não se produzia na produção doméstica. Ressalta-se que até mesmo nas grandes cidades onde a economia de mercado era maior, ainda assim era comum a criação de pequenos animais e cultivo de árvores frutíferas, assim como, fabricação para autoconsumo de vestuários, roupas de cama, mesa, dentre outros (SINGER, 1987, p.12).

Sob o regime da economia de subsistência o mercado tinha pouca influência sobre a vida das pessoas, pois o consumo era atendido por meio da economia doméstica. Neste período o dinheiro tinha valor apenas para aquisição de bens de ostentação, pois ainda não representava a riqueza de um povo como hoje é considerado. Isso por que para “a grande massa do povo, as necessidades a serem satisfeitas mediante o dinheiro eram limitadas e, por isso, a necessidade de dinheiro também o era. Para muitos, um trabalho remunerado ocasional bastava” (SINGER, 1987, p.13). Aqui o trabalho sobrepõe o capital, ou seja, a produção para

o autoconsumo merece mais dedicação de tempo do que a dedicação para acúmulo de dinheiro.

Em termos gerais a produção para o mercado se dava de forma artesanal e geralmente realizada em pequenas unidades de produção e por pessoas ligadas por parentescos. As chamadas corporações de ofício eram criadas por variados produtores, sendo que cada corporação era composta por produtores que tinham habilidades semelhantes para fabricação do mesmo produto.

O foco principal da organização dessas corporações era evitar a concorrência entre os produtores. Por isso, era organizada sob um regime muito rígido, pois definia a quantidade de produtos, número de unidades de produção assim como seus respectivos trabalhadores. Existia padronização dos preços e proibição de inovação técnica, ou seja, inserção de novos produtos no mercado. “A organização corporativa era avessa a mudanças, valorizava a tradição e a defesa das vantagens adquiridas no passado”. Apesar de esta economia de mercado representar o período da Idade Média, pode-se afirmar que sobrevive até hoje em regiões onde o capitalismo não conseguiu vingar (SINGER, 1897, p.13).

No que tange ao capitalismo este também é considerado uma economia de mercado, só que antagônica ao que apresentado anteriormente. Em meados do século XVI surge o capitalismo, caracterizado como capitalismo manufatureiro, “fruto da formação do mercado mundial, resultante das Grandes Navegações” que provocaram a “interligação marítima de todos os continentes e elevaram o comércio a longa distância a um novo patamar” (SINGER, 1897, p.13).

Com a integração do mercado mundial, a produção em massa é incentivada e muitos empresários capitalistas passam a empregar grandes quantidades de artesãos na tentativa de maximizar a produção para o mercado. Um dos principais aspectos do capitalismo manufatureiro foi a capacidade de estimular o aumento da produtividade em grande escala, para tanto, mudou os métodos de trabalho que influenciou diretamente no cotidiano do trabalhador, através da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho é algo instituído visando aumentar a produtividade da indústria almejando maximizar desta forma sua eficiência. “Em lugar de cada trabalhador realizar todas as operações, cada operação passava a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores” (SINGER, 1987, p. 16). Especificadamente, isso provocou diminuição de custos e aqueceu a competitividade do mercado através de produtos mais baratos e em maior escala.

Todavia, conforme Singer (1987, p.14) “o período de desenvolvimento do capitalismo manufatureiro, do século XVI ao século XVIII, assiste ao embate entre o capital

manufatureiro (apoiado, em vários países, pelas monarquias absolutas) e as corporações, muitas vezes aliadas à nobreza local”, isso porque essa nova lógica de economia de mercado desenvolveu-se na contramão do que as corporações de ofícios defendiam uma vez que tinham como base a economia de subsistência. Isso explica porque que o estabelecimento do capitalismo manufatureiro gerou tanto embate e se instalou de forma lenta e desigual.

Assim como as grandes navegações possibilitaram a expansão do comércio resultando no capitalismo manufatureiro, semelhantemente as invenções de máquina a vapor com a Revolução Industrial provocou o capitalismo industrial, como é ratificado por Singer (1987, p. 39),

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, o capitalismo se transforma paulatinamente de “manufatureiro” em “industrial”, adquirindo muitas de suas características atuais: dinamismo tecnológico, centralização do capital em grandes firmas, generalização da economia de mercado e do trabalho assalariado (SINGER, 1987, p. 39).

A inserção tecnológica dá um novo dinamismo para as indústrias, pois com a utilização das máquinas o trabalhador passa a disputar espaço com as mesmas, pois se na manufatura o trabalhador realizava suas atividades com o auxílio de ferramentas, na maquinofatura é o trabalhador que auxilia na produção, uma vez que a máquina substitui o trabalhador na realização das tarefas, de produtor passa para auxiliar de produção, sendo que agora o papel do trabalhador é dar suporte para que as máquinas realizem o trabalho, prestando-lhe a assistência necessária para realização da produção.

Vale ainda ressaltar que o capitalismo cuidou de definir e alargar expressivamente duas classes: patrões de um lado e empregados do outro, a primeira conhecida como burguesia e a segunda de proletariado. O trabalho assalariado era necessário para sustentar o capitalismo, o produto que era produzido pelos trabalhadores, mais tarde, transforma-se em mercadoria de compra do mesmo. A maximização da produção era incentivada com a finalidade de geração de lucro e consequentemente acúmulo de capital dos empresários industriais.

Com a onda do capitalismo industrial a economia de mercado sofre novamente influência e apresenta um novo dinamismo. Sendo assim o capitalismo industrial se estabelece diferenciando-se do capitalismo manufatureiro.

Ao considerar tais diferenças Singer (1987, p. 18-19) explica que enquanto o capitalismo manufatureiro inspira o mercantilismo promovendo a unificação do mercado nacional e necessitando da intervenção do Estado Nacional como auxiliador para eliminar os

concorrentes do mercado, tendo o Estado como uma forma de proteção. O capitalismo industrial, por sua vez, inspira o liberalismo econômico tendo como estratégia de expansão a unificação de todos os mercados, locais e nacionais, defendendo a livre concorrência e a não intervenção do Estado, rejeitando assim a proteção do Estado.

Ao longo dos anos o capitalismo industrial se expandiu passando a dominar a economia de mercado de vários países. No Brasil, por exemplo, o liberalismo econômico, característica marcante do capitalismo, tem seus passos iniciais em 1808 a partir do decreto de abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”, promulgado por D. João VI. Todavia, embora o Brasil tenha alcançado sua independência em 1822, a prática de sua estrutura socioeconômica ainda baseava-se no escravismo colonial, por isso se diz que o Brasil apenas passa a vivenciar realmente o capitalismo industrial, a partir de 1888 com a vitória dos abolicionistas, quando a escravidão daquele molde teve seu fim (SINGER, 1987).

Especificamente ao ponderar sobre a origem do capitalismo no Brasil é necessário lembrar que a base econômica do país ao longo dos três séculos enquanto colônia e mesmo após a sua independência era de economia de subsistência expansiva sustentada principalmente pela produção de produtos agrícolas. Ademais, até meados do século XIX o Brasil ainda possuía como principal força de trabalho, o escravo.

Com este cenário brasileiro, o capitalismo encontrava dificuldade para se expandir no país. Isso porque essa lógica de economia de mercado desenvolvia-se na contramão do capitalismo, uma vez que este tem na “alienação da força de trabalho por indivíduos livres em troca de salários” (SINGER, 1987, p.67) como uma de sua principal característica do modo de produção capitalista.

Na verdade, o Brasil começa a sofrer pressão do capitalismo no sentido de mudar sua dinâmica econômica, pois nessa época a Inglaterra com a Revolução Industrial se desenvolvia e queria expandir o mercado. Como os escravos não recebiam pelo trabalho o Brasil foi pressionado a acabar com a escravidão, pois os trabalhadores precisavam ser assalariados para comprar os produtos e sustentar o capitalismo. É por isso que o fim da escravidão foi um fator fundamental para a expansão do capitalismo industrial no Brasil.

A partir de então alguns acontecimentos marcam este novo período, começa, por exemplo, o processo de migração de alemães e italianos para o Brasil o que dá início ao período colonial (colonato). “O colono era uma combinação de assalariado e arrendatário, sendo pago para cuidar do cafezal e ao mesmo tempo sendo autorizado a plantar entre os pés ou em terras não aproveitadas” (SINGER, 1987, p. 67). Neste período, o que vigora era um sistema semicapitalista sendo que o acúmulo de capital advinha principalmente da exportação

e era investido na expansão do negócio, em termos de estrutura, como por exemplo, na ampliação do cafezal e suporte às demais atividades complementares que sustentavam o negócio. Avançar para novos ramos de produção não era apreciado com bons olhos, isso porque a preferência por produtos estrangeiros impedia que se investisse na substituição de importação e, conseqüente, em novas formas de produção.

É possível observar realmente os inícios da produção capitalista com o surgimento das primeiras pequenas indústrias no Brasil que buscavam a substituição de importações industriais. Isso se intensificou com o ingresso das grandes indústrias que promoveram berço para o capitalismo se expandir no Brasil.

Ao cuidar de datar a expansão capitalista no Brasil, Singer (1987, p.76) expõe que o Brasil na verdade começa se industrializar entre as décadas de 30 e 40. Mas, que é nos anos da década de 50 que o Brasil pode ser considerado realmente um país capitalista, pois é o período onde o capitalismo alcança plena expansão no Brasil desfrutando inclusive de um parque industrial com trabalhadores assalariados e que tudo isso contribuiu para modificar os aspectos econômicos e sociais do país.

Todavia, existe uma grande discussão entre alguns autores quando se passa a considerar a industrialização no Brasil. Isso porque a crítica que se faz é que o processo de industrialização capitalista se deu exclusivamente na região sudeste, não representando uma realidade de outras regiões do país, especificadamente quando se considera a Região Amazônica.

2.1.2 A Dinâmica da Economia na Amazônia: o capitalismo e a economia informal

A Amazônia representa uma antiga relação com a Europa, pois esta região estava ligada culturalmente à França, economicamente à Inglaterra e politicamente à Portugal. Se o Brasil é considerado capitalista na década de 50, quando a Amazônia passou a ser capitalista?

Em relação à temática em questão, Cleary (1994, p.160) é um dos defensores que o capitalismo não conseguiu se estabelecer predominantemente na Amazônia e, que ao contrário do que muitos defendem, no seu entendimento a “Amazônia não está avançando para o capitalismo, mas recuando dele”.

Para David Cleary o que existe na Amazônia são enclaves, ou seja, alguns projetos de incentivos. Por isso o autor denomina o capitalismo existente na Amazônia como capitalismo de enclave e explica que este não se desenvolveu em toda a região da Amazônia,

mas em áreas específicas, tendo seu início nas grandes cidades, e nas áreas próximas às cidades, onde o capitalismo se realizou com maior facilidade. “O mapa do capitalismo Amazônico é curioso, porque não é espalhado pela Amazônia inteira, mas concentrado em alguns focos estratégicos: as grandes cidades, uns poucos pólos industriais [...]. Trata-se de fato de um capitalismo de enclaves” (CLEARY, 1994, p.161).

Se considerarmos o pensamento de Cleary sobre o capitalismo na Amazônia o qual afirma que o capitalismo não conseguiu dominar a economia da região. Por qual lógica então a economia desenvolveu-se na Amazônia?

Em resposta a esta indagação Cleary (1994) destaca que a economia informal é a chave da compreensão da história moderna da Amazônia. Não foi o capitalismo que acabou triunfando na Amazônia, mas sim a economia informal (CLEARY, 1994, p.162). Isso porque no pensamento do autor o capitalismo apresenta características marcantes as quais são inexistentes ou apresentam-se de maneiras diferentes na maioria das atividades econômicas da região. Essas relações típicas do capitalismo são apresentadas pelo autor a seguir:

O capitalismo não é capitalismo sem as relações típicas do capitalismo, ou seja, **trabalhadores assalariados** de um lado, **capitalistas** do outro, e a **apropriação do valor adicional da produção** (*appropriation of surplus value*), determinando a organização social da produção. Sem dúvida, há muita acumulação de capital na Amazônia de hoje, mas, isso não deve ser confundido, como muitas vezes já foi, com capitalismo [grifo nosso] (CLEARY, 1994, p.160).

É nisto que se ampara o autor e o faz defender que, o que se chama de capitalismo na verdade é economia informal, pois não se pode confundir acúmulo de capital com capitalismo. No pensamento do autor existe sim acúmulo de capital na Amazônia sustentado por outra lógica de economia que não é o capitalismo. Capitalização ou monetização, assim como penetração do capital em várias regiões da Amazônia, não representa a penetração do capitalismo, pois se deve considerar se essas relações são acompanhadas das relações típicas do capitalismo:

- Meios de produção – local de produção. Este precisa de outros elementos para ser considerado meio de produção como, por exemplo: objeto de produção (matéria prima) e instrumento de produção (ferramenta). Este sob domínio do capitalista.
- Força de Trabalho: que representa a mão de obra responsável pela produção, pela transformação da matéria prima em um bem de consumo.
- Relações sociais de produção: constituem as relações de trabalho. A partir das relações entre o meio de produção e a força de trabalho se pode definir qual o

tipo de relação de trabalho existente. Em suma, no capitalismo o assalariamento é a relação social de produção existente. O principal aspecto que configura o capitalismo é a dominação do assalariamento.

O autor expõe que embora existam várias definições e formas de aplicação do termo, explica que a definição mais simples e comum “é que economia informal é aquela parte da economia que não paga imposto e não é regulada pelo Estado”. O autor argumenta que se trata de uma definição amparada na visão jurídica e balizada no Estado que se sente prejudicado pelas perdas dos impostos, o que faz caracterizá-la como uma economia ilegal.

Ressalta ainda, que não se trata apenas de atividades criminais, embora exista como, por exemplo, o narcotráfico, mas que inclui uma variedade de atividades nessa categoria, cita como exemplos o garimpeiro e o engraxate, que trabalham de uma maneira socialmente aceita, mas sem pagar impostos e sem ser sujeito à regulação do Estado. Mas inclui também empresários ricos, políticos corruptos, assim como os pobres em suas mais variadas atividades comerciais pelas ruas da cidade. “Ou seja, contém a mesma variedade social, as mesmas desigualdades sociais e econômicas que a economia formal” (CLEARY, 1994, p.162).

Sendo assim, no entendimento de Cleary (1994) “não foi o capitalismo que acabou ganhando a batalha na Amazônia, mas a economia informal”, enfatiza ainda que, o capitalismo-enclave funciona como ilhas de capitalismo em meio ao grande mar da economia informal. O que o leva a apontar a economia informal não apenas como maior do que a formal, mas até mesmo dominante na Amazônia (CLERY, 1994, p.163), isso significa dizer que para o autor, a Amazônia tem dois tipos de economia: capitalista e economia informal, sendo esta última predominante na região.

Ao analisar a história moderna da Amazônia, Cleary (1994) sintetiza seu pensamento quanto à temática em questão e de um modo geral expõe o seguinte pensamento, que para não correremos o risco de fragmentar a opinião do autor será transcrito na íntegra:

Houve, realmente, um período nas décadas de 60 e 70, quando parecia que o capitalismo ia ser dominante na região e que a integração física da economia da Amazônia com o resto do país ia acabar com as peculiaridades regionais em termos econômicos e sociais. Um Estado forte e vigoroso estava seguindo uma política regional. Ainda que se possa não concordar com a visão dos planejadores dessa época, é inegável que eles tinham uma visão e um sentido de direção. Mas a partir da década de 80, várias crises abalaram o Estado e a situação mudou completamente. Em primeiro, veio a crise fiscal, não dando mais para arcar com as despesas de manutenção da rede rodoviária, a qual entra em declínio (quem dirige por exemplo, a Transamazônia ou a Perimetral Norte, hoje?). Nem mesmo os incentivos fiscais foram capazes de sustentar a situação. Mais e mais o governo federal perdeu a capacidade de regular as atividades econômicas na região – observe-se como as empresas de mineração do setor formal foram perdendo espaço para os garimpeiros durante a década de 80, por exemplo. O poder de decisão, quanto existiu, ficou mais

e mais devolvido aos níveis estaduais e municipais. Nessas condições, com exceção dos parques industriais das grandes cidades e de uns pólos industriais no interior, a economia informal cresceu, até o ponto de que hoje nós podemos dizer que a economia capitalista é, de fato, subordinada a ela, no caso da Amazônia. Se quer entender a dinâmica do futuro da região, tem-se que entender a economia informal, e como ela funciona, mas que o funcionamento do capitalismo (CLEARY, 1994, p.163-164).

Em relação aos pensamentos de Cleary (1994), Paul Singer apresenta seu ponto de vista constituído de argumentos favoráveis e contrários às ideias de Cleary.

Por um lado Singer (1987) concorda com o autor ao afirmar que “a penetração do capital e capitalização não devem ser confundidos com capitalismo. Nem monetização deve ser confundida com capitalismo”. Pois para Singer, o capitalismo só existe quando realmente as relações de produção são capitalistas, ou seja, quando a produção é realizada por **trabalhadores assalariados**. Todavia, faz um contraponto encima desta ideia destacando que nada indica que estas relações tenham que ser legalizadas formalmente (SINGER, 1994, p. 170).

Para discutir melhor essa questão Singer (1994, p.170) assinala que “Cleary usa o conceito de “informal”, como se ele fosse sinônimo de “não-capitalista”, o que não é correto. “Informal” é destes conceitos que abrangem tudo, por ser negativo. Informal é apenas o antônimo de formal, ou seja, tudo o que não é formal é informal”. Defende, portanto, que uma empresa ou atividade informal pode ser capitalista, produção simples de mercadorias, produção para o autoconsumo ou qualquer outra coisa. Aponta ainda, que não são poucas as empresas que não registram seus empregados e sonegam impostos. São ao mesmo tempo capitalistas e informais.

Contribuindo com esta discussão, Cardoso; Müller (2008, p. 2) explica que “na Amazônia – talvez mais do que em qualquer outra região do país – o conceito de superexploração do trabalho e a extração da mais-valia absoluta constituem parte integrante da expansão do grande capital[...]”. Isso significa que para o autor, a exploração do trabalho na Amazônia reflete a expansão do capitalismo na região, pois o capitalismo se manifestou na Amazônia em sua pior face apropriando-se da superexploração do trabalho para acumulação rápida de capitais sem uso intensivo de equipamentos e tecnologia avançados.

Seguindo esta linha de pensamento, assim como “exploração e progresso, semisservidão e grande capitalismo, violência e crescimento econômico não se separam como água e óleo, [...]” (CARDOSO, MÜLLER, 2008, p.2), pode-se ponderar que capitalismo e trabalho informal estão intimamente conectados na Amazônia.

Embora o trabalho informal, de forma específica, não seja o alvo do estudo do autor supracitado, mas a lógica de sua interpretação contribuiu para balizar o entendimento de que o capitalismo e a economia informal na Amazônia não se apresentam de forma isolada, ou que a presença de um anula a do outro, pelo contrário estão totalmente conexos.

Se hoje a economia informal apresenta uma maior representatividade na Amazônia é por que o sistema econômico que concentra a economia e muda as formas de produção e relações conseguiu se expandir pela região, o chamado capitalismo, que tem sido a mola pulsante da exploração da Amazônia. Se analisarmos os grandes projetos e iniciativas voltadas para a Amazônia, em sua maioria, é pensada e movida pela lógica da acumulação do capital.

A economia informal realmente é uma categoria que envolve muitos elementos e interpretações formadas por divergências e concordâncias. Todavia, é certo afirmar que a economia informal é uma realidade em toda região do país. Por isso é merecido uma atenção especial para este tema, o qual precisa ser pensado e discutido não de forma isolada, mas num contexto que permita uma análise que dê conta de entendê-lo nas circunstâncias como se materializa na sociedade.

Para melhor compreensão do assunto, será discutido à luz da teoria dos dois circuitos da economia, desenvolvida por Milton Santos, o qual considera o setor formal como circuito superior e o setor informal como circuito inferior. Através dos dois circuitos o autor busca explicar como se desenvolve a dinâmica da economia de mercado sustentada por ambos os circuitos que estão em constante interação.

Várias são as características apresentadas pelo autor para explicar a diferença entre os dois circuitos, sendo que a tecnologia e a organização são apontadas como principal característica que diferencia as atividades do circuito superior e do circuito inferior. “O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada e recriada” (SANTOS, 2008, p. 42).

Nas atividades econômicas capitalistas o uso da tecnologia é um fator primordial para os empreendimentos, as empresas buscam se equipar com as melhores tecnologias do mercado visando maximizar a eficiência organizacional e conseguinte seus resultados, por outro lado a economia informal não dispõe de recursos suficientes que possibilite a inserção de tecnologia de ponta, pois é comum observar em tais empreendimentos a reutilização de bens de consumo duráveis, além disso, fica nítido o fator trabalho como aspecto preponderante.

Para Guimarães e Pereira (2015) o que alarga as diferenças entre os dois setores formal e informal são as políticas públicas, que justamente fazem com que a “tecnologia e a organização” apontadas por Milton Santos sejam tão diferentes entre os dois circuitos. Ao buscar explicar os dois circuitos enfatizam que “esses dois círculos estão no mesmo território, marcados pelas diferenças das políticas públicas, [...]”. Considerando esses dois circuitos e as políticas públicas voltadas para cada um deles, observa-se que no circuito inferior encontra-se a massa dos trabalhadores, enquanto que no circuito superior é dominado pelo setor produtivo, onde se localiza a classe dominante (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015, p.468).

Isso significa dizer que para o circuito superior, representada pelo setor formal, as políticas públicas existentes são voltadas para fomentar a produção por meio de políticas que possibilite a inserção de tecnologias e linhas de crédito produtivo, o foco é estimular a produção. Todavia, para o circuito inferior, onde se encontra o setor informal, as políticas públicas existentes visam garantir principalmente a qualificação profissional e o acesso ao crédito de consumo. Essas políticas públicas direcionadas para o circuito inferior acabam favorecendo o circuito superior, com mão de obra e consumidores com possibilidade financeira para aquisição de seus produtos.

Enquanto existe um esforço muito grande do circuito inferior para se inserir no circuito superior, o circuito superior com facilidade consegue tanto se manter no mesmo circuito como se inserir no circuito inferior, seja através da venda de seus produtos ou da utilização da força de trabalho de ambos os circuitos.

Guimarães e Pereira (2015) pontuam alguns aspectos de como ocorre, na prática, as diferenças entre ambos os circuitos. Explicam que enquanto quem se encontra no circuito superior possuem acesso a linhas de crédito de produção, quem faz parte do circuito inferior possui apenas acesso a linhas de crédito de consumo, exemplifica da seguinte forma,

Qualquer trabalhador morando em comunidades informais que queira um crédito para comprar uma televisão ou um carro, por exemplo, consegue acesso imediato, sem vistoria sequer em sua propriedade. Isso quando se trata de crédito para consumo. Se esse mesmo trabalhador quiser comprar equipamentos e máquinas, ele não tem acesso às linhas de crédito subsidiadas (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015, p. 68).

No pensamento dos autores há uma inconsistência entre as políticas públicas e econômicas que sustentam tais setores, pois os trabalhadores do setor informal não podem, por exemplo, vender para o setor formal, associando suas atividades à ilegalidade, todavia as grandes empresas vendem livremente para tais setores sem nenhum problema.

Ao analisar a cadeia produtiva de qualquer arranjo produtivo será possível notar atividades paralelas do mercado formal e informal no mesmo arranjo produtivo. Embora ambos sustentem um ao outro, apenas um é favorecido com políticas públicas de produção. É por isso que Guimarães e Pereira (2015, p.71) afirmam que “não haverá política inclusiva que não considere toda a cadeia produtiva. Se for dada continuidade à implantação de inovação e tecnologia só na ponta de cadeia produtiva não vai se chegar a lugar nenhum. É preciso pensar na cadeia inteira [...]”, do início ao final do processo.

Pode-se dizer que as limitações de acesso às políticas de desenvolvimento ao fomento da cadeia produtiva, sofrida por muitos indivíduos e grupos sociais, funciona como estímulo para buscarem saída na informalidade, pois como advoga Cleary (1994, p.163) “muitos pequenos proprietários não podem lidar com o sistema bancário porque não satisfazem as exigências burocráticas dos bancos, ou porque são analfabetos e têm dificuldade em preencher os formulários, ou porque querem aplicar o dinheiro em atividades econômicas alheias ao banco” (CLEARY, 1994, p.163). Isso, no pensamento do autor, é o que leva muitos a conseguirem empréstimos por outras vias, de pessoas físicas, através de acordos verbais subsidiados por relacionamentos sociais entre ambos.

Mais do que tentar buscar um conceito universal ou consenso de entendimento sobre economia informal torna-se necessário, mais ainda, pensar em estratégias e formas de políticas públicas para minimizar os impactos da economia informal, principalmente para aqueles que se encontram imersos na informalidade, não por opção, mas por questão de sobrevivência.

Na Amazônia, este cenário representa uma realidade, a economia informal realmente constitui principalmente para as populações distantes dos grandes centros urbanos uma saída para atendimento das necessidades, uma vez que o mercado formal não consegue comportar a todos. Todavia, isso contribui para a marginalização dos trabalhadores, limitando-os ao acesso das políticas públicas.

Nisto, a economia solidária, em forma de cooperativismo, surge para ajudar tais trabalhadores a se organizarem e desenvolverem os arranjos produtivos locais através do acesso a políticas públicas de desenvolvimento por meio das cooperativas.

O cooperativismo conhecido como uma das principais formas de economia solidária tem sido uma alternativa de organização da força de trabalho, geração de ocupação e renda e inclusão social e econômica. Permite a inclusão de trabalhadores que dificilmente conseguiria ingressar ou reingressar no mercado de trabalho sozinho, isso porque o cooperativismo trabalha na contramão do capitalismo, em vez de exclusão busca a inclusão, no lugar do

individualismo trabalha-se o coletivo, em vez da concentração de renda e lucro faz-se a distribuição da renda entre os cooperados. E principalmente, o homem é mais importante do que o capital, pois o trabalho sobrepõe o capital. O cooperativismo não visa à exploração da força de trabalho do trabalhador, uma vez que o cooperado é dono e cliente do empreendimento solidário.

O cooperativismo tem suas raízes no capitalismo e na economia informal. Sua relação com o capitalismo se dá em meio a conflitos, como forma de resistência ao sistema econômico defendido e praticado. Não é que o cooperativismo seja contra o desenvolvimento defendido pelo capitalismo, mas sim, contra a forma utilizada para alcançá-lo. Já para a economia informal, o cooperativismo estende a mão para os trabalhadores e busca através do esforço coletivo estimulado por necessidades, interesse e objetivo comum gerar ocupação e renda e transformar a prática econômica informal em um modelo de negócio formal, nas bases solidárias.

Ao considerar o cooperativismo como uma alternativa de desenvolvimento local deve-se levar em consideração as vicissitudes da região.

Há de se concordar que em algumas regiões o cooperativismo encontra maiores dificuldades de se implantar e se sustentar, assim como em outras sua disseminação é rápida e produtiva. Por isso conhecer a realidade da região e a forma como se dá a racionalidade econômica, social e cultural da mesma é fundamental.

Sob esta ótica, não se pode desconsiderar o capitalismo, pois trata-se de uma corrente econômica que alcançou uma proliferação em várias regiões, trata-se do principal sistema econômico sustentado pela globalização. Todavia, até mesmo o capitalismo com sua predominância econômica têm encontrado barreiras para se inserir em algumas localidades. Sendo inexistente no caso, por exemplo, nas aldeias indígenas, ou atuando de forma ainda retrógrada em regiões onde a economia desenvolve-se através de forças produtivas retardatárias.

Num entendimento humilde e simplório, afirma-se que não existe um modelo econômico infalível, que seja o melhor para os variados grupos sociais. Mas que tais modelos econômicos são dotados de vantagens e desvantagens e sua viabilidade deve ser considerada à luz da realidade do grupo e da região. Para determinadas atividades econômicas e grupos sociais o cooperativismo talvez seja a melhor alternativa, assim como também pode não ser o modelo de economia capaz de sustentar-se na realidade que o circunda.

Em relação à Amazônia trata-se de uma região cheias de singularidades que a torna mais complexa, pois no que tange aos aspectos econômicos a Amazônia apresenta traços tanto

de um capitalismo revigorante como também de um capitalismo sustentado por forças produtivas retardatárias, caracterizado como um capitalismo retardatário. Além disso, revela uma economia baseada na informalidade. Todos esses aspectos podem ser notados nas várias regiões integradas à Amazônia. Sendo assim, nos grandes centros onde a industrialização se consolidou atua o capitalismo industrial, sendo que o capitalismo retardatário assim como a economia informal predomina nas regiões mais afastadas dos polos industriais, representando uma realidade para as várias populações residentes nos interiores da Amazônia.

CAPÍTULO III

3 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL DO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS NOS MUNICÍPIOS DE TABATINGA/AM E BENJAMIN CONSTANT/AM

A forma cooperativa só é vantajosa se a coordenação das atividades econômicas de seus agentes resultarem em vantagens maiores que os custos da renúncia a uma condição de livre mercado.

Bialoskorski Neto

Este capítulo destina-se a apresentar a temática proposta com base nos dados coletados na pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Está dividido em 4 seções, sendo que: na primeira seção realiza-se uma reflexão sobre o campo de estudo e dos participantes da pesquisa almejando situar o leitor sobre o contexto do cenário onde a pesquisa se realizou e identificação dos participantes da mesma; na segunda seção, é apresentado o perfil dos participantes da pesquisa, com destaque para os aspectos socioeconômicos, assim como, se faz uma análise das características da atividade econômica; na terceira seção é descrito as principais dificuldades enfrentadas pelos salgadeiros ambulantes em sua atividade de negócio; por fim, na última seção denominada de Caminhos e Desafios se faz uma discussão e análise, com base em dados específicos da pesquisa de campo, que caracterizam a real situação dos entrevistados e que influenciam diretamente no desenvolvimento do negócio. Esses dados são analisados e interpretados no auxílio de aporte teóricos que contribuem para uma melhor interpretação e direcionamento de sugestões de propostas visando resolver ou minimizar os problemas vivenciados pelo grupo pesquisado.

Convém apontar que os objetivos da pesquisa são discutidos e atendidos de forma pontual neste capítulo.

3.1. REFLEXÃO SOBRE CONTEXTO DO CENÁRIO DO CAMPO DE ESTUDO E DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa realizou-se nos municípios de Tabatinga/AM e Benjamin Constant/AM pertencentes ao Estado do Amazonas, especificamente situados na mesorregião do Alto Solimões. Caracterizam-se como municípios fronteiriços por se localizarem na região da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.



Figura 1: Mesorregião do Alto Solimões

Fonte: Google maps

A mesorregião do Alto Solimões é composta por 9 municípios sendo: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. Especificamente os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant estão situados na microrregião do Alto Solimões, região da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Com base no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Tabatinga é de 52.272 habitantes, com estimativa de 62.346 em 2016. Enquanto que a população de Benjamin Constant representa um quantitativo de 34.411 com estimativa de 40.417 em 2016.

Esses municípios, em termos gerais, vivenciam os mesmos aspectos econômicos, político, social e cultural com sensíveis diferenças em alguns aspectos.

A presença de instituições de ensino deu uma nova roupagem para esses municípios. Tabatinga conta com instituições públicas de ensino como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), enquanto que Benjamin Constant é contemplado com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Todas essas instituições têm formado profissionais de nível técnico e superior, contribuindo para a qualificação da mão de obra e melhoria do desenvolvimento social. Todavia, muitos desses profissionais não atuam em sua profissão devido à escassez de postos de trabalho, a oportunidade para a maior parte destes profissionais advém de órgão público.

O emprego nestes municípios se dá principalmente pelos órgãos públicos e comércio local. O governo municipal é um dos principais empregadores, isso gera uma dependência do governo muito grande por parte da população, uma vez que a mudança de governante influencia diretamente no emprego de grande parte da população, para os que não são concursados.

Em relação ao setor industrial este é inexpressivo, por outro lado a atividade primária e o extrativismo ainda são muito praticados, constituindo um dos principais aspectos da economia desses municípios. No entanto, a atividade é praticada com várias dificuldades que estão associadas tanto a aspectos naturais, causados pelas cheias que destroem as plantações, assim como as dificuldades de comercialização, devido à logística para escoar o produto e, até mesmo pela falta de organização desses trabalhadores. Tudo isso contribui para que esta atividade seja praticada na maioria dos casos de forma rudimentar, seguindo o sistema de produção de subsistência e o excedente para comercialização.

Em relação às características da região da tríplice fronteira esta apresenta traços marcantes e singulares devido à influência dos três países, influenciando diretamente os meios de produção de vida nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant. Trata-se de uma região onde a mobilidade humana é muito grande, isso porque as cidades são de fácil acesso, Tabatinga/AM e Letícia, cidade colombiana, são conhecidas como cidades gêmeas, devido à sua conexão terrestre, sendo seu espaço dividido apenas por linha territorial, identificada pela bandeira do país. O fluxo de pessoas, carros e motos é constante entre as cidades, os brasileiros tornaram-se clientes potenciais dos colombianos, sendo atraídos pelo baixo custo dos produtos quando comparado com o mercado nacional.

Em frente de Tabatinga, do outro lado do rio, localiza-se Santa Rosa, município peruano. É notório o fluxo de barcos atravessando o rio, conduzindo passageiros e cargas

entre os municípios. No porto de Tabatinga, é marcante a presença dos peruanos israelitas com suas embarcações para venda de produtos agrícolas, os peruanos são responsáveis por abastecer tanto Tabatinga quanto Benjamin Constant, principalmente com os produtos agrícolas, atuando ainda no comércio de varejo e gastronomia.

Benjamin Constant é separado de Tabatinga pelo Rio Solimões tendo como único meio de transporte o fluvial, o percurso da viagem tem duração de 25 minutos a 1:00 hora de viagem, dependendo do transporte. O fluxo entre estes municípios é contínuo, ligado a vários interesses, trabalho, compras, passeios, estudo, entre outros. Devido a Letícia, Tabatinga recebe muitos moradores de outros municípios da proximidade, assim como funciona como entrada para o turismo na Colômbia atraindo pessoas de todas as localidades.

As vistas de Benjamin Constant encontra-se Islândia, município peruano, estes municípios têm como principal meio de transporte o fluvial, assim é notório também o fluxo de barcos transportando pessoas e mercadorias.

Ao visitar esses municípios, observa-se a presença expressiva de colombianos e principalmente peruanos em território brasileiro. Muitos estabelecem comércios para comercializar os produtos de seus países, os quais apresentam em comparação aos produtos brasileiros preço mais acessível. A maioria dos estrangeiros vivem de forma ilegal, almejando conseguir a nacionalidade brasileira. E muitos destes já a possuem.

O comércio informal nesta região é aquecido, em parte, pelos estrangeiros que disputam o comércio com os brasileiros. Vindo de seus países, principalmente visando à melhoria de vida, maximizam o número de mão de obra na região, todavia ressalta-se que a maioria destes se caracterizam como empreendedores criando seu próprio negócio. Um dos principais aspectos que marcam estes municípios são as diversas atividades informais praticadas pela população como meio de ocupação e sustento familiar uma vez que o mercado de trabalho não comporta todos.

Devido ao número insuficiente de postos de trabalho o mercado informal se maximiza. Trata-se de uma região onde grande parte da população realiza alguma atividade considerada informal como meio para suprir suas necessidades. “Estas cidades possuem uma dinâmica peculiar, fortemente atrelada a uma dinâmica internacional e, devido à ausência de inversões diversas, apresenta grande participação de uma economia informal exercendo funções essenciais no cotidiano” (PINTO, ET AL, 2011).

O ramo alimentício de salgados é um dos vários ramos de negócios existentes na região que concentra um número expressivo de trabalhadores informais. Especificamente, os

trabalhadores que atuam neste ramo de negócio, na base da informalidade, como varejistas ambulantes, apresentam características semelhantes entre os municípios.

Em sua maioria, trata-se de uma atividade econômica familiar, onde todos ou a maioria dos membros da família estão envolvidos no negócio, contribuindo principalmente na produção e venda dos salgados. É uma atividade praticada por homens e mulheres e que por isso não pode ser visualizada como uma atividade pertencente a um único sexo.

Em entrevista, ambas as gerências da Vigilância Sanitária, tanto de Tabatinga quanto de Benjamin Constant declararam que existe um esforço grande para cadastrar os vendedores ambulantes em atividade nos municípios. Todavia, não é algo fácil devido que muitos não procuram o setor para o cadastro, embora sejam realizadas campanhas de sensibilização através de cursos, treinamentos e palestras. A resistência de alguns vendedores ambulantes está associada ao fato que, ao realizar o cadastro, o ambulante passa por uma vistoria de sua atividade e se, caso atender com os requisitos mínimos estabelecidos, só então, recebe o crachá que atesta que estão autorizados a realizarem a venda. Caso, contrário, ficam impedidos de realizarem sua atividade, no entanto, muitos a realizam sem passar por essa vistoria com risco de denúncia e impedimento da atividade. Os que são cadastrados e que atendem com os requisitos mínimos, recebendo autorização de venda, precisam pagar uma taxa em Tabatinga de R\$ 44,41 anual, e de R\$ 13,50 por mês em Benjamin Constant.

Até o presente momento não existe uma quantificação exata de quantos vendedores ambulantes atuam nos respectivos municípios, muito menos o número específico dos ambulantes vendedores de salgados, já que o cadastro é realizado identificando-os apenas como vendedores ambulantes, os quais estão inseridos vendedores de churrascos e comidas variadas, sanduíches, salgados, etc.

De acordo com o gerente da vigilância sanitária de Tabatinga, Sr. Darciney da Silva Obando, que assumiu a gerência em março de 2017, existe no relatório da vigilância do município um número de 177 ambulantes, todavia, não foi encontrado nenhum cadastro dos trabalhadores, isso o levou a iniciar o cadastramento dos vendedores ambulantes que até o presente momento chega a 67 cadastrados, mas que provavelmente só terão um panorama mais real no próximo ano após a finalização da campanha de cadastramento dos vendedores ambulante, fruto de um projeto em parceria com a prefeitura e Sebrae. Não indicou nenhuma projeção numérica de quantos vendedores ambulantes de salgados existe no município.

Já a Sra. Ingrid Olímpio, gerente da Vigilância Sanitária de Benjamin Constant, afirmou que, todo início de ano, realizam sensibilização e visita *in loco* nas casas dos vendedores ambulantes, após esse período a monitoração acontece em visitas esporádicas

principalmente por meio de alguma denúncia. Atualmente, consta na Vigilância Sanitária do município 153 vendedores ambulantes cadastrados, todavia, não se sabe dizer quantos estão em atividade, uma vez que se trata de um grupo que muitas vezes oscila em sua atividade. Especificamente em relação aos vendedores ambulantes de salgados, acredita-se, de acordo com a gerência, que existam aproximadamente 48 vendedores ambulantes cadastrados nesta atividade, mas que não se sabe dizer se todos estão em atividade no momento.

Os números apresentados pela Vigilância Sanitária de ambos os municípios não representam o quantitativo real de vendedores ambulantes uma vez que são números baseados nos cadastros realizados, e se sabe que muitos atuam na atividade sem estarem cadastrados. Assim também como há casos em que estão cadastrados, mas não estão ativos.

Considerando o exposto, não se tem como definir um número exato de vendedores ambulantes de salgados, por isso realizou-se um levantamento através da observação *in loco* do número aproximado de pontos de vendas de salgados nos respectivos municípios. Identificou-se no período analisado aproximadamente de 25 a 30 pontos de vendas em ambos os municípios. Assim, ao todo foram realizadas 30 entrevistas, sendo 15 em Tabatinga e 15 em Benjamin Constant. Vale ressaltar que em Tabatinga nem todos trabalhadores ambulantes são produtores de salgados, apenas comercializam, compram os salgados para revenda. Os dados que balizam a análise das seções seguintes foram extraídos da pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 a fevereiro de 2017.

3.2 PERFIL DOS TRABALHADORES INFORMAIS E DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS NOS MUNICÍPIOS DE TABATINGA/AM E BENJAMIN CONSTANT/AM

Esta seção destina-se a expor o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, os quais atuam no ramo alimentício de salgados nos respectivos municípios, Tabatinga/AM e Benjamin Constant/AM. Ressalta-se que os números expressos aqui representam os trabalhadores que se encontravam nos pontos de vendas no momento da entrevista. Lembrando que este universo de trabalhadores é maior do que os pontos de vendas existentes uma vez que se trata de uma atividade familiar.

Devido ao fato de a pesquisa ser realizada em área de fronteira que concentra três países Brasil-Colômbia-Peru tornou-se necessário diagnosticar a nacionalidade dos participantes da pesquisa. Em Tabatinga identificou-se as três nacionalidades (brasileira 9,

peruana 4, colombiana 2), já em Benjamin Constant apareceram apenas duas (brasileira 14, peruana 1).

Em ambos os municípios identificou-se a existência de mais de uma nacionalidade, com predominância da brasileira. Vale ressaltar que a identificação de nacionalidade se fez por declaração, não ocorreu a comprovação via documento. Sendo assim, esses números que foram identificados, representam a nacionalidade declarada, pois observou-se que, em alguns casos, mesmo o entrevistado com todas as características estrangeiras declararam-se brasileiros, isso pode estar associado ao fato de sentirem medo por serem clandestinos, tendo receio de sofrer algum tipo de fiscalização que os impeçam de continuar na prática comercial ou por uma questão de status, visando a inibir o tratamento inferiorizado pelos outros, geralmente este tipo de conduta de negar sua nacionalidade é praticada com mais frequência pelos peruanos.

Por outro lado, este percentual é compreensível uma vez que a pesquisa realizou-se em região fronteiriça que comporta três países Brasil-Colômbia-Peru. É nítida a presença de estrangeiros em território brasileiro advindos dos países vizinhos Colômbia e Peru em busca de melhores oportunidades, os quais acabam estabelecendo relações conjugais e moradas nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

A questão da nacionalidade é muito interessante na região, uma vez que apresenta um caráter heterogêneo. Muitos casais de estrangeiros, principalmente peruanos, têm seus filhos em território brasileiro, isso é muito comum na região. Em Benjamin Constant, os profissionais de saúde, por exemplo, enfrentam uma grande dificuldade, pois muitas estrangeiras peruanas do município vizinho de Islândia/Peru aparecem no hospital do município em processo de parto sem nenhum acompanhamento prévio e como não podem negar socorro à criança nasce em território brasileiro garantindo o direito à cidadania brasileira. Assim como ocorrem com muitos brasileiros que decidem ter seus filhos em Letícia/Colômbia podendo optar por dupla nacionalidade.

As relações conjugais entre brasileiros e estrangeiros é outro aspecto que contribui para a dupla nacionalidade e miscigenação dos grupos sociais. Essa rica diversidade de relação comporta e integram os três países. Em Tabatinga o contato com os três países é mais intensa uma vez que tabatinga está estrategicamente ligada a Letícia/Colômbia por via terrestre sendo consideradas cidades gêmeas e a Santa Rosa/Peru por via fluvial situada em frente do município brasileiro. Benjamin Constant faz fronteira apenas com o Peru, tendo como cidade vizinha, Islândia, a 15 minutos de barco de Benjamin Constant.

A nacionalidade está ligada ao pertencimento do indivíduo a um determinado país, sendo balizado por um vínculo jurídico-político que integra e reconhece a cidadania do indivíduo. A Constituição Federal Brasileira considera que:

Art.12. São brasileiros

I – natos:

- a) os nascidos na República do Brasil, ainda que de país estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II – naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Para melhor exemplificar esta questão da nacionalidade na tríplice fronteira utilizar-se-á como exemplo um dos entrevistados, o senhor Diego Pereira Barreto de 54 anos de idade, filho de pai colombiano e de mãe brasileira, portanto possui dupla nacionalidade, residente em Tabatinga/Brasil, casado com brasileira e pai de duas filhas. Trabalha há 24 anos na produção e venda de salgados, devido a problemas de saúde, vai com frequência para Bogotá/Colômbia, onde também realiza a produção e venda de salgados para garantir o seu sustento e de sua família que fica no Brasil durante o período de tratamento de saúde na Colômbia.

Este cenário, conforme discutido anteriormente, faz parte da realidade da população que reside na tríplice fronteira, apresentando-se de forma muito intensa e disseminada. Sendo que a nacionalidade tem se dado tanto por direito adquirido na forma *ius sanguinis* (vínculo sanguíneo adquirido por filiação independentemente do local de nascimento) e *ius solis* (vínculo de territorialidade, decorrente do local onde o indivíduo nasceu), pois assim como o senhor Diego Barreto, existe outros participantes da pesquisa em situação semelhante, isso significa que os números de brasileiros indicados na pesquisa comportam também parcela de brasileiros com dupla nacionalidade.

Se por um lado, o aspecto fronteiriço liga estes trabalhadores aos aspectos de nacionalidade, por outro lado, o fato de estarem inseridos numa economia informal os liga ao

mercado de trabalho. Sendo assim, diagnosticou que a maioria desses trabalhadores sempre atuou em atividades econômicas informais, uma vez que, conforme a declaração dos mesmos, nunca trabalharam de carteira assinada, representando em números, a resposta de 25 dos entrevistados, sendo 12 em Tabatinga e 13 em Benjamin Constant. Isso significa que apenas 3 em Tabatinga e 2 em Benjamin Constant já trabalharam de carteira assinada.

No que tange ao sexo dos entrevistados, em ambos os municípios o maior número de entrevistados corresponde ao sexo feminino (9 em Tabatinga e 8 em Benjamin Constant), em detrimento do sexo masculino que indica 6 em Tabatinga e 7 em Benjamin Constant.

Todavia, vale ressaltar novamente que estes dados representam apenas o sexo dos entrevistados, pois conforme diagnosticado, trata-se de uma atividade familiar desenvolvida por todos os membros da família.

Existem alguns casos em que os vendedores se revezam entre os membros da família no ponto de venda. E em outros casos dividem as tarefas entre si, uns ficam responsáveis pela produção dos salgados, outros pelo transporte e ainda, outros pelas vendas, isso acontece principalmente nas famílias onde a produção e venda de salgados é praticada como principal atividade econômica de sustento familiar.

Em aspecto geral, as pessoas que atuam neste ramo de negócio são pessoas com relação conjugal, todavia, identificou-se também jovens solteiros. Em Tabatinga, dentre os respondentes, 6 declararam-se solteiros, alguns destes representam os filhos que vendem os salgados para seus pais. Os outros (5 união estável, 3 casados, 1 viúvo) representam os responsáveis pela atividade econômica. Já em Benjamin Constant a maioria dos entrevistados declara-se casado 7, em união estável 5, em contrapartida de 3 solteiros.

Os dados revelam que enquanto Tabatinga apresenta dentre os entrevistados um número de pessoas de mais idade na venda dos produtos, em Benjamin Constant os dados apontam uma participação maior dos jovens na atividade de comercialização dos salgados. Esse número só pode ser considerado para a comercialização dos salgados, não podendo ser aplicado ao fator produção.

Em Tabatinga, dentre os entrevistados, 8 possuem mais de 40 anos, seguido de 4 que possuem entre 26 a 35 anos, 2 entre 18 a 25 anos e 1 entre 36 a 40 anos. Em Benjamin Constant, dentre os entrevistados 6 possuem de 18 a 25 anos, 5 possuem mais de 40 anos, e em igual número, 2 que possuem entre 26 a 35 anos e de 36 a 40 anos. Em ambos os municípios observa-se a existência de faixas etárias diversas, todavia, em análise geral, observa-se a predominância de pessoas adultas com maior idade, do que jovens.

O grau de escolaridade dos entrevistados, na sua maioria, divide-se entre os que possuem ensino fundamental e os que possuem o ensino médio. Em Tabatinga, a parcela maior dos trabalhadores declararam ter terminado ou estar cursando o ensino médio, representando 8 dos entrevistados, entre esses, 1 está cursando nível superior, os demais afirmaram possuir ensino fundamental (5), outros consideram-se analfabetos (2). Por outro lado, em Benjamin Constant, a maior parcela possui ensino fundamental (10), enquanto 5 têm ensino médio.

A maioria não chegou a completar seus estudos em nível fundamental e médio, pois de acordo com alguns entrevistados tiveram seus estudos interrompidos devido à necessidade de trabalhar para sustentar a casa, sendo uma característica dos entrevistados de mais idade. Já os mais jovens buscam conciliar seus estudos e a atividade comercial realizando-a no contra turno das aulas.

Considerando o quantitativo de pessoas que reside na casa, pode-se dizer, com base nas afirmações dos entrevistados, que se trata de famílias de tamanho médio e grande. Tanto em Tabatinga, quanto em Benjamin Constant, as famílias são constituídas, em sua maioria, de 6 a 8 pessoas ou por mais de 8 pessoas. Identificou-se que existe casa que comporta até 3 famílias e que inclusive compartilham o ponto de venda, sendo que, para cada dia uma família é escalada para a produção e venda dos salgados.

O que se observa é que a maioria dessas famílias é formada por número expressivo de pessoas, o que consequente nos leva a refletir sobre maiores gastos que precisam despendar para garantir o sustento familiar.

Para a maioria dessas famílias a produção e comercialização de salgados representa a principal fonte de renda familiar. Isso reflete a importância desta atividade econômica para a vida dessas famílias, uma vez que, a prática da mesma está relacionada diretamente com a fonte de sustento. É por isso que é preciso ter um olhar mais crítico no que tange às condições que tais pessoas enfrentam em seu trabalho, não se trata apenas de criticar ou recriminar sua forma de atuação como muitos o fazem, mas de buscar meios que possam melhorar as condições de trabalho destes trabalhadores, pois este foi o meio encontrado por tais pessoas para enfrentar as turbulências do mercado excludente.

Na verdade para Arroyo e Schuch (2006)

Trata-se de uma economia de base popular, voltada para o provimento das demandas diárias da população, portanto imediatamente ligada à qualidade de vida das pessoas. Uma economia de base familiar em grande medida, principalmente no campo, mas que também assim se organiza nas cidades (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.79).

Muitos destes trabalhadores ingressaram no mercado informal de produção e comercialização de salgados por não terem oportunidade no mercado de trabalho, seu perfil profissional não é compatível com o que mercado exige. Trata-se de pessoas que não possuem as qualificações procuradas pelo mercado, principalmente numa região onde os postos de trabalho são limitados, é preciso pensar em novas alternativas de trabalho.

É esse contexto de desemprego, onde falta oportunidade no mercado formal, que desperta nesses trabalhadores a necessidade de se ter o próprio negócio. Isso foi o que motivou o ingresso destes trabalhadores no mercado informal do ramo alimentício de salgados na base do empreendedorismo de subsistência.

O panorama vivenciado por estes trabalhadores exemplifica a situação de muitos brasileiros que, cansados de serem assolados pelo desemprego, buscam aplicar suas habilidades transformando-as em fonte de trabalho e renda. Como se trata em sua maioria de pessoas com baixo poder aquisitivo, especificamente em relação ao grupo pesquisado, ingressam em atividade informal como meio para garantir seu sustento e, conseguinte, conseguir organizar seu próprio negócio.

Vale ressaltar que se trata de um ramo muito dinâmico no que tange à entrada de novos trabalhadores e estável, no que diz respeito ao tempo de permanência, pois assim como existe trabalhadores iniciantes na atividade, outros já a desenvolvem há muitos anos.

Em Tabatinga, os números são equilibrados no que tange ao quantitativo de resposta quanto ao tempo de serviço, porém revela-se heterogênea, mostrando que se trata de uma atividade dinâmica quanto à entrada e permanência de trabalhadores, pois assim como se identificou pessoas com mais de 25 anos na atividade, encontrou-se relatos também de pessoas com menos de 1 mês de atuação na atividade.

Em síntese, os números mostram que: em Tabatinga 4 dos trabalhadores já estão nesta atividade há mais de 8 anos, assim como (1 a 3 anos = 4; menos de 1 ano = 4) e os que estão entre 4 a 8 anos, representando 3 dos entrevistados.

Já em Benjamin Constant, com significativa diferença, 8 dos entrevistados já estão na atividade há mais de 8 anos, especificamente alguns desses trabalhadores, chegando a 30 anos na produção e venda de salgados. Demais entrevistados representando 3 estão entre 1 a 3 anos na atividade; 2 representam os que estão de 4 a 8 anos e com a mesma parcela de 2, os que ingressaram na atividade há menos de 1 ano, destaca-se também que identificou-se trabalhadores que estavam na sua primeira semana de trabalho.

Em ambos os municípios existem pessoas que praticam a atividade com média de tempo diferente, uns são novos no mercado, outros já estão a um tempo médio e longo nesta atividade. A entrada de novos trabalhadores e a permanência de outros nesta atividade revela que, este ramo de negócio, tem sido para estes trabalhadores uma saída para se conseguir ocupação e renda.

A renda advinda da atividade caracterizada como familiar, apontou conforme declaração dos entrevistados que: em Tabatinga 9 afirmam receber em torno de 1 a 2 salários mínimos, 5 menos de 1 salário mínimo e 1 até um salário mínimo. Já em Benjamin Constant, 8 declaram receber menos de 1 salário mínimo, 5 afirmaram ganhar de 1 a 2 salários mínimos e 4 até 1 salário mínimo.

Todavia, ressalta-se que, baseado na produção e venda e, considerando os gastos na atividade, esses trabalhadores chegam a ganhar bem menos, pois a maioria levou em consideração apenas o capital gerado pela atividade e não o lucro extraído. Isso mostra a necessidade que tais trabalhadores possuem de se organizarem em termos econômicos, sociais, administrativos e financeiros.

Vale lembrar que a renda destes trabalhadores está associada à sua capacidade de produção e principalmente de venda dos produtos, assim a dinâmica econômica do município torna-se um fator preponderante a ser considerado. Sob esta análise, o município de Tabatinga possui uma economia mais aquecida do que o município de Benjamin Constant. Sabe-se que, em Tabatinga a economia é mais dinâmica do que em Benjamin Constant, uma vez que Tabatinga é servida por muitas instituições e empresas que fomentam a economia do município, além de estar estrategicamente ligada à Letícia/Colômbia.

Uma rede produtiva é influenciada por outras. Em explicação, pode-se utilizar um simplório exemplo. Um ponto de encontro de todos, independente do poder aquisitivo de cada pessoa, é a feira ou mercado, pois ali é possível encontrar militares, empresários, professores, variados profissionais em busca de comprar alimentos. O dinheiro dessas pessoas influencia outras atividades econômicas, dentre elas o ramo alimentício de salgados, pois o dinheiro deixado no feirante, no carregador ou moto-taxista, por exemplo, passa para os salgadeiros uma vez que quando estes sentem fome, onde irão se alimentar, ou melhor, com o que irão se alimentar? Com os salgados. Por quê? Porque é mais barato e está dentro das suas condições financeiras de aquisição.

Em Tabatinga, essa dinâmica é mais ativa, pois circula mais dinheiro do que em Benjamin Constant, o que possibilita os trabalhadores de Tabatinga vender mais durante mais dias do mês. Diferente de Benjamin que possui datas certas de maior venda, geralmente,

quando sai o dinheiro dos servidores públicos de esfera municipal, estadual, federal e dos beneficiários da bolsa família que são liberados nas datas aproximadas.

3.3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS TRABALHADORES INFORMAIS INSERIDOS NO RAMO ALIMENTÍCIO DE SALGADOS

Esta seção destina-se a descrever as principais características do processo de compra de insumos, produção e comercialização de salgados dos trabalhadores informais atuantes no ramo alimentício, com destaque para as suas principais dificuldades.

Inicialmente, com os primeiros contatos em forma de observação e conversas informais, diagnosticou-se que todos os que comercializavam os produtos eram também produtores, todavia, quando se aplicou a pesquisa, através das técnicas de entrevistas formais, um fator surpresa apareceu na pesquisa, identificou-se um número de trabalhadores que apenas comercializavam os salgados, ou seja, não eram produtores, apenas faziam revenda do produto, esse grupo só foi identificado no município de Tabatinga, pois dos 15 entrevistados 5 se encaixam dentro deste perfil de apenas revendedores. Porém, no município de Benjamin Constant todos os entrevistados caracterizam-se como produtores e comercializadores de salgados.

Assim sendo, enfatiza-se que tais trabalhadores caracterizados apenas como comercializadores não foram excluídos da pesquisa, uma vez que se considerou uma informação relevante do grupo pesquisado, estes apenas não puderam opinar sobre os itens referente à aquisição de insumos e produção de salgados, participando, porém, das demais questões.

3.3.1 No que tange à aquisição de insumos

Em âmbito geral, serão apresentadas as principais informações referentes à aquisição de insumos, especificamente em relação ao local, frequência e custos das compras, de acordo com os entrevistados.

A aquisição de insumos de produção representa os materiais necessários a serem utilizados para produção do produto final. Segundo Ballou (2007) refere-se “às aquelas atividades que ocorrem entre a organização e seus fornecedores e, geralmente, dá a impressão de tratar-se de compras”, envolvendo decisões no que se refere o que comprar, onde comprar, em que quantidade comprar, forma pela qual o produto será comprado.

A compra de materiais é uma fase importante por meio do qual se provê o abastecimento necessário para a produção, influenciando, inclusive, a comercialização do produto no que tange ao preço final do bem produzido. Em suma, “entende-se por compras o processo de pesquisa e localização de fornecedores, aquisição de materiais por meio de negociação de preço e condições de pagamentos [...]” (CHIAVENATO, p.161, 2014).

Essas atividades que compõem o processo de compra são realizadas, rotineiramente, pelo senhor Francisco Salvador Rocha, de 37 anos, que trabalha no ramo de produção e venda de salgados há 14 anos. Em entrevista relatou como é realizado a aquisição dos insumos para a produção dos salgados. As compras são realizadas em dois momentos: pela manhã, em que se priorizam as compras das verduras e frutas e pelo período da tarde em que são comprados os demais materiais como trigo, queijo, mortadela, peito de frango dentre outros materiais que podem ser encontrados nos supermercados.

A jornada do senhor Francisco começa cedo, por volta das 04h30min da manhã, para poder pesquisar e escolher as melhores verduras e frutas na feira:

Eu acordo mais ou menos 04h:30m da manhã e já saio pra rua, lá pra feira, atrás das verduras. Fico observando as frutas e verduras novinhas que chega. Porque a gente não tem que comprar qualquer verdura. É por isso que eu acordo cedo eu fico até umas 7:00 horas até observar que chega verduras e frutas novas goiaba, maracujá, cupuaçu então eu vou pesquisar qual a fruta e verdura melhor para comprar (Francisco Salvador Rocha, 37anos, Benjamin Constant/AM).

O senhor Francisco tem a preocupação em comprar produtos de qualidade, em adequadas condições para o consumo, isso porque a compra de verduras de baixa qualidade influencia no sabor dos salgados e pode comprometer a venda. Quando o senhor Francisco finaliza as vendas pelo período da tarde, ele aproveita para fazer as compras dos materiais que podem ser encontrados nos supermercados, “eu aproveito para comprar trigo, queijo,

mortadela essas coisas que tem que comprar todos os dias mesmo depois das vendas, à tarde, porque os supermercados só abrem às 8:00 horas, aí se eu for deixar para comprar de manhã eu já me atraso.”

Quando o senhor Francisco diz “*se eu for deixar para comprar de manhã eu já me atraso*” é porque logo após o termino das compras das verduras e frutas ele já se prepara para a produção dos salgados, que precisa começar às 8:00 horas, para poder dar tempo de produzir e comercializá-los no horário de venda combinado. No caso específico do entrevistado, observa-se que existe um planejamento de compra dos produtos e materiais necessários para a produção.

Em ambos os municípios, tanto em Tabatinga quanto em Benjamin Constant, os insumos de produção são adquiridos predominantemente junto aos fornecedores locais, com exceção de uma das entrevistadas de Benjamin Constant, a senhora Raquel da Silva, 24 anos, que realiza a venda de salgados em parceria com sua mãe e que afirmou que as compras são realizadas na capital do Estado, em Manaus. “*Antes a gente comprava todos os dias, mas agora estamos comprando em quantidade maior de Manaus, minha irmã que mora em Manaus compra e manda de barco, vamos experimentar se assim fica melhor.*” Ressalta-se que Benjamin Constant fica a 1.116 km de Manaus tendo como principal meio de transporte o fluvial, sendo que as embarcações utilizadas pela entrevistada para transportar sua mercadoria custa de 6 a 7 dias de viagem de Manaus a Benjamin Constant.

O fato de a maioria dos entrevistados realizarem suas compras nos seus respectivos municípios está associado à ocorrência de realizarem suas compras diariamente. Vale ressaltar que o capital destes trabalhadores é limitado e escasso, uma vez que dependem das vendas do dia para reabastecimento dos materiais, produção e comercialização do dia seguinte.

Na percepção dos entrevistados, os custos elevados dos materiais é um outro aspecto que tem contribuído para aumentar as suas dificuldades de se manterem na atividade econômica, pois, conforme suas respostas os salgadeiros consideram altos, em sua maioria, os custos com a aquisição de insumos.

Em âmbito geral, identificou que o custo elevado dos preços dos materiais e a dificuldade de acesso ao crédito correspondem aos principais gargalos enfrentados pelos trabalhadores na aquisição dos insumos, tanto dos entrevistados de Tabatinga quanto de Benjamin Constant, o que é ratificado ao analisar suas falas.

“Subiu muito os preços dos materiais, de qualquer maneira a gente dar um jeito. Mas é difícil porque as compras de todos os materiais

são a vista” (Sebastião Salvador Rocha, 37 anos, Benjamin Constant/AM).

“Se não consegue vender, não tem dinheiro para comprar, se não for no dinheiro não compra” (Lili de Souza, 54 anos, Tabatinga/AM)

Percebe-se que estes trabalhadores possuem baixo capital de giro para investir no negócio. E que, por isso, dependem da venda diária para conseguirem comprar os materiais necessários e comercializar seus produtos no dia seguinte.

Devido ao baixo capital de giro e à falta de acesso ao crédito junto a instituições financeiras e demais empresas, por não se enquadrarem no perfil de empreendedores que tais instituições buscam atender, faz com que esses trabalhadores desenvolvam outras atividades para levantar o capital e investir novamente no negócio, como por exemplo, diárias em casa de família, ou empréstimos junto a terceiros. *“Às vezes é preciso fazer empréstimos dos colombianos para comprar os ingredientes necessários para a produção dos salgados”* (entrevistado, 2017, Benjamin Constant/AM). Os que emprestam dinheiro são conhecidos na região como “agiotas”, que cobram taxas de juros altas que acabam influenciando a lucratividade do empreendimento, deixando esses trabalhadores dependentes dos mesmos. Esse cenário revela a vulnerabilidade econômica na qual esses trabalhadores estão emergidos.

Vale ressaltar que, tanto para aqueles que já estão a mais de 10 a 20 anos, quanto para os iniciantes no ramo de negócio, acabam se esbarrando nos mesmos problemas de crédito e do baixo capital de giro, isso mostra que não é um problema enfrentado apenas pelos iniciantes no ramo, mas de todos que tem na produção e venda dos salgados a única ou principal fonte de renda.

Devido a esses aspectos, os trabalhadores passam a ser mais criteriosos no processo de compra, principalmente na seleção dos fornecedores e nos preços dos produtos.

Ano passado a gente comprava o açúcar de R\$ 2,50 hoje a gente encontra de R\$ 3,00-R\$ 3,50, e assim a gente vai andando nesses supermercados até encontrar preço melhor, porque cada centavo que sobra é uma ajuda que a gente economiza. É por isso que as vezes custa fazer essas compras porque tem que pesquisar para poder economizar e para poder vender o produto no mesmo preço. (Francisco Salvador Rocha, 37 anos, Benjamin Constant/AM).

Quando se consegue adquirir os insumos de produção a um preço mais acessível, isso possibilita diminuir custos e distribuir o produto final a um preço mais competitivo no mercado, para tanto a escolha dos fornecedores torna-se imprescindível, a qual deve ser feita com planejamento e critérios de compras.

Em Tabatinga/AM, quando os salgadeiros não conseguem encontrar os produtos que desejam, recorrem a Letícia/CO *“às vezes não se consegue encontrar os materiais que se busca no Brasil aí tem que comprar na Colômbia.”* (Diego Pereira Barreto, 54 anos, Tabatinga), neste caso, os fornecedores estão localizados tanto em território brasileiro quanto colombiano.

3.3.2 No que tange à produção de salgados

Conforme apontado anteriormente, em Benjamin Constant todos os entrevistados são produtores e comercializadores de salgados, por outro lado, em Tabatinga foi possível diagnosticar dois grupos: os dos que produzem e comercializam, representado pela maioria dos entrevistados e, em número menor, os que apenas comercializam (fazem a revenda) dos salgados.

A produção dos salgados é caracterizada como uma produção artesanal, sendo que o uso de equipamentos tecnológicos é quase inexistente, uma vez que todos os processos da produção são feitos de forma manual, o único equipamento citado por alguns dos entrevistados foi o cilindro manual.

A produção é realizada, em sua maioria, na própria residência dos trabalhadores. A cozinha da casa passa a ter utilidade tanto doméstica, quanto de produção comercial. Assim sendo, não existe um espaço específico para a produção de salgados, em casos raros, houve a declaração de existência de mesa exclusiva para a produção dos salgados, de acordo com os entrevistados.

A exemplo, cita-se a visita no município de Tabatinga na casa do senhor Alfredo Corduvá, 41 anos, que juntamente com a esposa, já trabalham na atividade há mais de 8 anos. O casal é estrangeiro, de nacionalidade peruana, mora numa casa pequena de três cômodos (sala, quarto e cozinha), sendo a cozinha o espaço onde são produzidos os salgados.

No dia da visita, coincidiu de o senhor Alfredo Corduvá estar realizando a produção e fritura dos salgados, observou-se que tudo é compartilhado: o espaço, a mesa e demais

materiais utilizados para uso doméstico. Não apresentava condições adequadas para a produção, vulneráveis à contaminação alimentar. Todavia, o senhor Alfredo Corduvá manifesta sua preocupação e vontade de melhorar seu negócio, *“é preciso ter profissionais, ter cursos de como melhorar o negócio, com profissionais para orientar”* (Alfredo Corduvá, 41 anos.).

O casal de peruanos possui dois pontos de vendas próximo da sua casa, estrategicamente localizados em duas esquinas, na rua de acesso ao porto e na principal avenida da cidade. Enquanto duas pessoas ficam vendendo, cada uma em um ponto de esquina do município, o senhor Alfredo Corduvá faz a fritura dos salgados em sua casa e transporta aos pontos de vendas.



Figura 2: Um dos pontos de venda do sr. Alfredo Corduvá, 41 anos, Tabatinga.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Em Tabatinga, apenas 1 dos entrevistados declarou que possuía um espaço específico para a produção, da mesma forma, 4 em Benajmin Constant assim afirmaram. Não se teve autorização para visitar todos esses espaços.

Todavia, foi possível visitar o senhor Francisco Salvador Rocha, já citado ao longo deste trabalho, ele explica o que o levou a alugar um ponto exclusivo para produção dos salgados e decidir ter um ponto fixo de venda. Antes de ter ponto fixo ele empurrava um carrinho de salgados desde o bairro onde morava (Coimbra) até a feira da cidade. O trabalho era muito mais árduo, tinha que acordar muito cedo para preparar os salgados e sair no horário

certo para conseguir vender os salgados, como explica *“antes eu acordava 2h:00 da manhã para fazer tudo e tinha que sair às 15h:00 em ponto para chegar até lá na feira às 17h:00”*. Neste período a produção era feita na própria casa do senhor Francisco.

A casa que o senhor Francisco morava era cedida e teve que sair devido ao dono estar precisando do imóvel, o que o fez se mudar para um bairro muito longe da feira da cidade.

..desisti de empurrar o carrinho de salgados porque o dono da casa pediu a casa, eu tava construindo a minha. Eu moro no Alzely Magalhães. Aí eu morei por dois anos, aí deu tempo de construir minha casa. Aí como Alzely Magalhães é difícil as ruas para sair de lá e vim empurrando o carro de salgados principalmente quando chove aí eu decidi alugar esse quarto aqui pra ficar melhor. Aí eu perguntei do dono se eu poderia botar minha banca de salgados em frente da hospedaria. Aí eu comecei vender e deu certo. (Francisco Salvador Rocha, 37 anos, Benjamin Constnt).

O local fica no centro da cidade e foi alugado, especificamente, para a produção, uma vez que sua residência fica bem distante, ocasionando maior trabalho. Em relação a equipamentos de produção, o senhor Francisco tem um cilindro elétrico, que ajuda a preparar a massa, um forno para assar a massa e um tacho para fritar os salgados. Ele leva a manhã toda para produzir os salgados inicia a produção às 8h:00min e termina às 12h:00min, às 13h:00min começa a fritar parte dos salgados e a maioria é frita na hora da venda, conforme explica *“Eu faço suco, eu faço o recheio, aí eu vou fazer as massas todinhas, depois de fazer as massas todinha eu vou modelar os salgados. Tudo isso pela manhã. É que 12h:00m tem que tá tudo pronto. Começo a fritar às 13h:00min para as 15h:00 em ponto os salgados tá tudo lá na frente.”* Ele faz a produção sozinho, sendo que a esposa chega apenas para fazer a venda às 15h:00m.



Figura 3: Ponto de venda do sr. Francisco Salvador Rocha, Benjamin Constant.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Foi possível observar, em visita ao local, que o senhor Francisco tem uma preocupação com a higienização do espaço e cuidado com a produção. No município é uma das bancas de salgados mais frequentadas pela população.

Na percepção dos entrevistados, os custos de produção são considerados medianos, pois alegam que devido às suas experiências e habilidades para fazer salgados, facilita o trabalho de produção. Na verdade, como a maioria não possui espaço próprio para produção e nem equipamentos específicos, não conseguem visualizar custos na produção, desconsiderando inclusive os custos de mão de obra, assim como outros fatores influenciadores nos custos de produção.

Identificou-se que, em ambos os municípios, a falta de espaço de produção e de equipamentos adequados são as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. Essas dificuldades emergem justamente devido ao fato de estes trabalhadores não possuírem um espaço apropriado, tendo que compartilhar, em sua maioria, o espaço, materiais e equipamentos da cozinha de suas casas com a produção de salgados.

Muitos declararam que a falta de espaço atrapalha na produção porque é preciso conciliar os horários das atividades domésticas realizadas na cozinha, como as refeições, e a produção dos salgados, gerando maior esforço de organização de tempo por parte dos trabalhadores, pois precisam fazer a produção em horários em que a cozinha não esteja sendo

usada para as atividades comuns da família, uma vez que a produção ocupa equipamentos, espaço e tempo.

3.3.3 No que tange à comercialização de salgados

Considerando as declarações dos entrevistados, estes apontaram que vendem apenas para o consumidor final. Alguns dos entrevistados citaram que faziam produção por encomenda para terceiros, todavia, era difícil conciliar a produção para atender as encomendas e as vendas direta para o consumidor final, uma vez que leva muito tempo o processo de produção, assim sendo, decidiram ficar apenas com a produção e venda direta para o consumidor final.

A venda dos salgados é realizada de forma contínua, na maioria das vezes durante todo o ano e dias da semana e, inclusive aos domingos.

Observou-se através da pesquisa que os trabalhadores estão aglomerados em locais onde concentram maior mobilidade de pessoas, pois em ambos os municípios, o local que mais concentra pontos de vendas de salgados é na proximidade do porto e feira da cidade, sendo assim, é comum perceber várias mesas de madeiras organizadas uma do lado da outra, cada uma representando um ponto de venda.



Figura 4: Principal ponto de venda de salgados em Tabatinga.
Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

O porto dos municípios de Tabatinga e de Benjamin Constant apresenta aspectos semelhantes, geralmente é onde ficam concentrados vários profissionais, os carregadores, frentistas, moto-táxis, feirantes, os ribeirinhos advindos das comunidades para venda de seus produtos agrícolas, estudantes que moram em comunidades e estudam nesses municípios ou que moram em município vizinho e estudam em outro, como por exemplo os estudantes de nível técnico e universitário, assim como os passageiros que utilizam as embarcações comerciais para suas viagens. O porto funciona como um ponto de encontro entre vários grupos de pessoas e atividades. Tudo isso faz do porto um local estratégico para comercialização dos salgados.



Figura 5: Principal ponto de venda de salgados em Benjamin Constant/AM.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Em Benjamin Constant, além do porto existe uma concentração dos vendedores de salgados nas esquinas de uma das principais avenidas, a 21 de abril. Existem registros ainda das vendas de salgados em frente às escolas. Já em Tabatinga, fora o porto, não foi possível diagnosticar outro local de concentração dos vendedores, sendo estes mais dispersos entre os bairros e esquinas das ruas do município.

Conforme opinião da maioria dos entrevistados, consideram regular ou péssimo as condições do espaço onde vendem os salgados. Esses espaços representam conforme apresentado anteriormente, localidades próximas ao porto ou feira do município, esquinas de

ruas, calçadas em frente às casas e arredores de escolas. Geralmente são espaços que não possuem condições e nem finalidade para comercialização de tais produtos.

Em Benjamin Constant, por exemplo, o principal ponto de vendas dos salgados que concentra maior número de trabalhadores fica no espaço destinado ao estacionamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DENIT), mas que há anos é utilizado pelos salgadeiros como ponto de venda, os quais projetam suas bancas e disputam espaço com carros e motos que estacionam e circulam no referido espaço.



Figura 6: Compartilhamento de espaço entre estacionamento e bancas de venda de salgados.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.



Figura 7: Compartilhamento de espaço entre estacionamento e bancas de venda de salgados.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Os vendedores de Benjamin Constant sofrem esta inquietação devido ao local onde realizam suas atividades estar sob o uso do DENIT, o qual por meio de sua representação local, tem manifestado iniciativas de tirar os salgadeiros do espaço ocupado no estacionamento. Em entrevista com o prefeito do município, senhor David Numes Bemerguy, explicou que o local é do governo municipal, todavia, foi destinado para o estacionamento do DENIT, uma vez que é preciso atender e dar condições para a implantação do mesmo no município. Contudo, relatou que no caso dos salgadeiros já existe um planejamento do governo municipal para ajudar esses trabalhadores, não serão retirados do local sem antes ter um outro que atenda suas necessidades para trabalharem.

Ainda, segundo o prefeito do município, o governo é sabedor das lutas que os vendedores ambulantes de salgados enfrentam, ressalta que não basta apenas tirar esses trabalhadores do local onde estão, é preciso planejar um novo local que possibilite a

realização da atividade em condições adequadas, uma vez que muitas famílias dependem desta atividade para garantir o sustento familiar. Relatou que os salgadeiros terão um espaço na orla que está sendo construída no município.

Ressaltou ainda, que existe em seu plano de governo iniciativas para criar e implementar políticas públicas que atendam a essa classe de trabalhadores, especificamente, para os vendedores ambulantes será criado um fundo de empréstimos. Todavia, para ter acesso a este recurso os ambulantes terão que atender os requisitos, que envolve o cadastramento e realização de cursos que os habilitem a realizarem suas atividades de comércio, visando a garantir a segurança e saúde alimentar da população. O prefeito mencionou que está sendo estimulado a organizar com urgência o fundo de empréstimo, uma vez que, muitos dos vendedores ambulantes têm procurado a ajuda da prefeitura para iniciar suas vendas, requisitando os insumos necessários para iniciar sua atividade.

O prefeito entende que o fundo de empréstimo, além de ajudar esses trabalhadores ao acesso de capital, os livra dos agiotas presentes na região, que exploram tais trabalhadores tornando-os dependentes através das taxas elevadas de juros cobradas.

Em Benjamin Constant, de acordo com os entrevistados, a falta de espaço ou infraestrutura adequada, embora seja vista pelos trabalhadores como uma das dificuldades não se sobrepõe à dificuldade de lidar com a concorrência..

Os trabalhadores, em sua maioria, consideram difícil lidar com a concorrência porque na percepção deles existem muitos pontos de vendas de salgados no município. De acordo com relatos, em relação aos salgadeiros que vendem na proximidade do porto e ao redor da feira, sendo este o principal ponto de concentração de venda de salgados, já houve tentativa de organizar as vendas estabelecendo o dia de venda para cada trabalhador, dividindo em dois grupos os salgadeiros, onde as vendas seriam em dias alternados entre os grupos. Todavia, não conseguiram êxito, pois muitos não respeitaram o acordo, realizando suas vendas diariamente.

No município de Tabatinga não é diferente. Os trabalhadores não possuem um local próprio para comercialização de seus produtos, utilizam-se do espaço público pra tal finalidade, todavia, o espaço não está adequado, tanto em relação à infraestrutura, quanto higienização para a prática de tal atividade.



Figura 8: Antigo espaço do principal ponto de venda de salgados em Tabatinga.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Semelhantes aos vendedores ambulantes de salgados de Benjamin Constant, os de Tabatinga, devido à precariedade do espaço, estão sujeitos a sol, chuva e ventania. Para se protegerem do sol e chuva os trabalhadores utilizam guarda-sol grande, já que o local onde ficam não possuem cobertura. Nos dias de chuva, além de se protegerem da água precisam lidar com as poças de lama que se concentram no local causando sujeira. *Porque quando chove fica tudo sujo, mesmo assim a gente fica e se molha. É chuva e sol que enfrentamos* (Lili de Sousa, 54 anos)

Assim, o aspecto em comum em todos esses pontos de vendas são as condições precárias que circundam estes trabalhadores. Além disso, em ambos os casos estão sempre apreensivos por estarem num local onde sofrem ameaças de serem deslocados.

Em Tabatinga, durante a realização da pesquisa, os vendedores vinham enfrentando uma acirrada discussão junto à prefeitura, pois, recentemente, eles foram deslocados para outro espaço, onde gerou muita inquietação por parte dos trabalhadores. Embora estejam ainda na proximidade do porto, alegam que onde foram colocados o movimento é menor e que por isso suas vendas baixaram.



Figura 9: Novo Espaço para onde os salgadeiros foram deslocados em Tabatinga.

Fonte: Pesquisa de campo, nov/2016-fev/2017.

Se por um lado, o novo espaço melhorou o aspecto do local por ser mais limpo e porque as bancas ficam melhor projetadas, por outro lado prejudicou o aspecto financeiro, uma vez que suas vendas baixaram por não estarem na rota de maior mobilidade das pessoas. Outro fator, que mais contribuiu para fomentar as reivindicações dos vendedores ambulantes, foi o estabelecimento do pagamento de uma taxa correspondendo a R\$ 46,41 reais por mês.

A taxa de R\$ 46,41 foi estabelecida por meio do Decreto Municipal de Nº 254/GP-PMT DE 27 DE ABRIL DE 2017 que, considerando que o uso dos espaços públicos pelos munícipes para fins comerciais, deve ter o controle e a fiscalização dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Tabatinga; disciplina que:

Art.1 - Fica instituída a Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante, Eventual e Feirante – TFAF, a ser cobrada dos feirantes e ambulantes, visando custear despesas referentes às feiras e mercados e eventuais, pelo uso dos espaços públicos com fins lucrativos.

Art. 2º - O Controle, Fiscalização e Cadastro dos ambulantes, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Produção Rural e Abastecimento.

Art. 3º - Os Espaços Públicos das feiras e mercados, serão distribuídos pela Secretaria de Produção Rural, por meio de Contrato de Cessão de uso, celebrado entre as partes envolvidas.

Art. 4º - Fica estabelecido que cada feirante terá direito a um, ou até dois espaços, conforme o caso, tendo total responsabilidade no que tange ao pagamento da taxa estabelecida em UFM-Unidade Fiscal do Município.

Art. 5º - A Manutenção e quaisquer alterações realizadas nos espaços cedidos ao feirante deverá ter o consentimento da Prefeitura Municipal de Tabatinga, sem qualquer ressarcimento ou devolução em espécie da PMT, ao responsável que realizou as devidas alterações;

Art. 6º - Em hipótese alguma, poderá ser terceirizado o espaço cedido ao feirante, sob pena de perda total do espaço cedido ao feirante ou ambulante.

Art. 7º - A taxa referente ao espaço cedido deverá ser recolhida através de DUA, preenchida na Coordenadoria de Fiscalização Tributária;

Art. 8º - os valores serão instituídos em UFM, a ser pago no 5º dia útil de cada mês...

No entendimento dos vendedores ambulantes de Tabatinga, esta cobrança por parte da prefeitura é injusta e, que devido à instrução da vigilância sanitária não realizarão os pagamentos, uma vez que se encontram em condições inadequadas para comercialização, não possuem ponto fixo estruturado, não contam com a estrutura adequada que justifique a cobrança da taxa, uma visão que é compartilhada por todos os ambulantes.

Querem que a gente pague uma taxa de R\$ 46,41 reais por mês, mas nem nos dão uma estrutura mínima se quer, ficamos exposto ao sol e chuva, não temos nenhum ponto fixo, tudo é improvisado, marcando local com mesa e guarda-sol. E quando vem a ventania, ficamos no prejuízo porque voa nossos guarda-sol, quabra nossas vidraças de salgados, você precisa ver nossa aflição quando isso acontece, tem guarda-sol que vai parar no rio. (Gerin Tabares Cardona, 26 anos)

O entrevistado Gerin Tabares Cardona, é colombiano e atua na atividade há 4 meses. Ele não é produtor, apenas revende os salgados e enfatizou que viu na venda de salgados uma forma de ter ocupação e renda. Ressaltou que a situação vivenciada por ele e seus colegas de trabalho é lamentável, mas que estão nesta situação porque precisam garantir o sustento familiar.

No mês de agosto do corrente ano ocorreu uma reunião que envolveu os vendedores ambulantes, a prefeitura municipal de Tabatinga, na pessoa do vice prefeito Plínio e secretário de saúde Marley, a Vigilância Sanitária representada por sua gerência local, Darcinei da Silva Obando e o Sebrae, representado pelo gerente local Narciso. Nesta reunião ficou acordado que os vendedores ambulantes estariam isentos deste tributo e que pagariam apenas uma taxa anual de 44,41 à Vigilância Sanitária que, em contrapartida, acompanharia as atividades e

promoveria os cursos necessários para a habilitação dos vendedores ambulantes. Para os ambulantes salgadeiros, que atenderem os requisitos e se cadastrarem, poderão realizar empréstimos junto ao Sebrae, como meio para fomentar sua atividade de negócio.

Especificamente, os trabalhadores de Tabatinga asseguraram que a falta de espaço ou infraestrutura adequada representa atualmente a principal dificuldade enfrentada pelo grupo, tanto os que vendem na proximidade do porto quanto os que estão dispersos nas esquinas de rua do município.

A senhora Rosa Miranda ressalta que a falta de infraestrutura, de local apropriado para vender e a falta de apoio do governo são alguns dos principais aspectos que impedem o crescimento do negócio. Ela é de nacionalidade peruana e trabalha em uma das esquinas de rua do município de Tabatinga há 2 anos, a qual declara: *“eu queria uma barraca por mais que tivesse de pagar. Às vezes a gente está aqui, não porque quer, mas porque precisa se sustentar, porque não tem opção, principalmente para quem não tem estudo.* (Rosana Miranda, 35 anos)

As palavras de Rosana Miranda é replicada pelo senhor Daniel Prisco, de 56 anos, viúvo, sendo um dos trabalhadores pertencentes ao grupo que vende na proximidade do porto e que vem sofrendo com a mudança e cobrança de taxa, o qual afirma, *“aqui nós estamos obrigado, porque não temos outro local para ficar, porque precisamos* (Daniel Prisco, 56 anos).

Em âmbito geral, a falta de espaço ou infraestrutura adequada para a realização comercial da atividade foi um dos pontos mencionados por ambos os grupos pesquisados, tanto de Tabatinga, quanto de Benjamin Constant.

3.4 CAMINHOS E DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DOS AMBULANTES SALGADEIROS

O panorama global do desemprego, que aflige hoje milhares de pessoas, representa uma realidade presente e cotidiana que assola trabalhadores do mundo inteiro. Sendo que, com a escassez dos postos de trabalho, a situação em alguns lugares se tornou crítica (RUFINO, 2001, p.256). Este cenário impulsiona a economia informal, fazendo com que milhares de trabalhadores encontrem no trabalho informal um meio para ludibriar as mazelas do desemprego e assim garantir, na maioria das vezes, de forma precária, trabalho e renda. “O capital permite que estes trabalhadores excluídos do mercado de trabalho desenvolvam o

que for preciso para manter a sua subsistência, sempre de forma limitada e reduzida, e desde que permaneça compondo a reserva de sua força de trabalho” (MELLO; MOREIRA, 2014, p. 90).

O caminho da informalidade é repleto de desafios e gargalos, os trabalhadores inseridos nesta forma de economia precisam lidar com várias questões que giram em torno do preconceito, da marginalização, da exclusão e falta de reconhecimento. A começar que, legalmente, as pessoas que estão inseridas em trabalho informal não são vistas como trabalhadores.

Sobre este aspecto, Arroyo; Schuch (2006) criticam a forma como esses trabalhadores são visualizados e tratados, sendo rotulados a um grau de inferioridade e marginalização que inibem suas oportunidades de organização, desenvolvimento e crescimento no negócio.

As denominações “microempreendedor”, “pequena empresa”, “economia informal” vão introjetando na autoestima a marginalização de uma economia que só é informal porque as elites, intencionalmente, teimam em não reconhecê-la e, assim, não lhe dedicam políticas e recursos públicos, respeitando o direito ao trabalho dos cidadãos que a compõem; não lhe dedicam uma legislação adequada que a regule estabelecendo limites e deveres, mas que também reconheça seus direitos (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.79).

O pensamento do autor vai de encontro com a realidade social que circunda grande parte dos trabalhadores dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, pois se trata de grupos de pessoas que, em sua maioria, atuam há muitos anos neste ramo de negócios sob as mesmas condições de trabalho, tratados como invisíveis, sem acesso a políticas públicas e recursos públicos que, de fato, reconheçam suas atividades econômicas e que promova a alavancagem do negócio.

É preciso lembrar que esta atividade de negócio, sustentada por tais trabalhadores, gera receitas que acabam sustentando os empreendimentos ditos como formais. Imagine se todos os trabalhadores inseridos em atividades econômicas denominadas de informais parassem de produzir ou comercializar. Como isso afetaria a economia de nosso país?

Quando se pensa nos efeitos, percebe-se a importância desses trabalhadores e da economia gerada pelo trabalho dos mesmos. “Aí está um ponto central: não há economia que não gere riqueza, já que todo lucro está na agregação de valor e o único fator de produção capaz de fazer isso é o trabalho, atributo de todo e qualquer ser humano economicamente ativo” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.67).

É sob esta ótica que se afirma que “uma economia pujante que envolve 20 milhões de brasileiros, empreendedores populares, movimenta o equivalente a 30% do PIB e toma as ruas desordenadamente, exatamente por insistirem em não reconhecê-la como legítima, não pode ser chamada de economia invisível” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.79).

Longe de querer incitar o trabalho informal e sua forma de atuação, pois não se pode negligenciar os problemas e transtornos que tais atividades acarretam para a sociedade, principalmente em termos legais. Todavia, o que se busca com essa discussão é levar à reflexão a importância econômica desses trabalhadores para o país e a necessidade de um olhar sociopolítico que realmente não discrimine essa classe de trabalhadores, mas que lhes forneça uma forma de organização que os possibilite ser reconhecidos na sociedade.

Especificamente, com foco de análise no grupo de ambulantes salgadeiros dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, pode-se dizer que, o primeiro impasse que dificulta a conquista por direitos e que maximiza a vulnerabilidade socioeconômica dessa classe de trabalhadores, consiste no fato de não estarem organizados. A atividade é realizada na base da informalidade e de forma individualizada, o que dificulta a representação desses trabalhadores em ter voz para pleitear por melhorias em sua atividade de negócio e enfrentamento do mercado.

Em apoio dessa assertiva, nos cabe apontar como alternativa de organização desses trabalhadores a economia solidária, com foco no cooperativismo, uma vez que apresenta como uma de suas principais vantagens a organização do trabalho. O cooperativismo funciona como um meio para que um determinado grupo de indivíduo atinja objetivos específicos. Isso porque a união das pessoas possibilita que, através da cooperação, venham resolver ou minimizar problemas que, provavelmente, seria difícil de serem solucionados individualmente, de tal modo que “agrupados, solucionam o problema e o benefício é do grupo, da comunidade e de toda sociedade” (FIORNI; ZAMPAR, 2015, p.34-35). “Esse movimento, conhecido como economia solidária, comporta associações, grupos informais, autogestionários e cooperativas” (RUFINO, 2001, p.256).

A perspectiva de organizar tais trabalhadores nos moldes da economia solidária, por meio do cooperativismo, aponta para um caminho de desafios e perspectivas a ser vivenciado e vencido por tais trabalhadores. Com ênfase nos problemas apresentados pelo grupo buscou-se realizar um diagnóstico identificando os sintomas, causas e possíveis soluções capazes de resolver ou minimizar problemas vivenciados pelo grupo, os quais serão apresentados como propostas, a seguir:

3.4.1 Aprovação de linha de crédito; criação de fundo de reserva e realização de compras coletiva de insumos de consumo.

Os trabalhadores inseridos no trabalho informal do ramo alimentício de salgados apresentam capacidade de compra limitada de insumos e dificuldade de acesso ao crédito. Esses sintomas apresentados pelo grupo têm, como origem de causa, o baixo capital de giro desses trabalhadores e a forma de trabalho, vista como informal, que lhes impossibilita o acesso ao crédito e às políticas públicas, principalmente as de produção.

Guimarães e Pereira (2015) defendem que um dos aspectos que influencia a marginalização das pessoas inseridas no trabalho informal, como no caso do grupo da pesquisa, está relacionado à falta de acesso às políticas públicas. Argumentam, conforme já discutido neste trabalho, que “as políticas públicas não chegam até a informalidade, a não ser as políticas sociais.” Isso significa, no pensamento dos autores, que a “informalidade é despojada de acesso às políticas públicas, tendo como único canal as políticas sociais”, enquanto que a formalidade é banhada pelas políticas públicas (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015, p.467).

Esses trabalhadores são invisíveis para ter acesso às políticas públicas voltadas para a produção, não apresentam requisitos para terem crédito junto a instituições financeiras e empresas fornecedoras, mas servem para comprar, os produtos ou serviços que tais instituições e empresas oferecem, com as receitas geradas pela economia rotulada como “informal ou invisível”.

Algo é preciso “frisar” novamente, esses trabalhadores, de forma individual, dificilmente conseguirão vencer tais problemas. É preciso organizar a força de trabalho. Promover a união e cooperação para que as dificuldades individuais sejam enfrentadas em grupo.

Uma das formas de resolver ou minimizar os problemas ligados à capacidade limitada de compra de insumos, causada pelo baixo capital de giro, pode ser superada por meio de acesso a linhas de crédito junto a instituições financeiras; compras coletivas de insumos de consumo direto do fornecedor atacadista, assim como, a criação de um fundo de reserva coletiva.

Essas soluções são pensadas à luz da economia solidária, pois por meio da organização de cooperativa, esses trabalhadores saem da informalidade e são alcançados pelas políticas públicas de fomento ao empreendedorismo cooperativo. Passam ainda a ter voz e representatividade junto ao governo, em busca de seus direitos, junto à sociedade, em busca

de dignidade e respeito e junto ao poder político legal em termos de reconhecimento de seu trabalho e negócio.

Em âmbito geral, organizados em cooperativa esses trabalhadores desfrutariam dentre outras vantagens da oportunidade de diminuir gastos com insumos, já que com a cooperativa seria possível realizar compras, em maior quantidade, a um custo menor do realizado individualmente. Além disso, contariam com melhor facilidade na gestão do empreendimento, dividindo as tarefas de acordo com as habilidades de cada integrante no que tange à formalização e funcionamento do negócio.

3.4.2 Construção de uma cozinha industrial

Os trabalhadores ambulantes de salgados apontaram que a falta de equipamentos e espaços adequados para a produção de salgados é outra dificuldade enfrentada. Esta dificuldade apresentada pelo grupo reflete a escassez de capital para comprar equipamentos de produção e construção de local adequado. Devido à falta de condições financeiras realiza-se a atividade produtiva na própria cozinha da casa, sendo esta compartilhada com as atividades domésticas.

Isso faz com que esses trabalhadores sejam foco, em casos específicos, de discriminação e desconfiança em termos de higienização de seus produtos. Todavia, em outros casos, sendo na maioria das vezes, a população consome o produto sem se questionar sua procedência e forma de produção.

Trata-se de uma questão de segurança alimentar, uma vez que os alimentos de rua podem representar riscos à saúde dos consumidores ocasionando doenças aos mesmos. Isso porque, geralmente, esses produtos são produzidos e comercializados em “Infra-estrutura inadequada, falta de acesso à água potável e às instalações sanitárias aumentam os riscos de servirem como veículos de doenças” (HANASHIRO et al, 2002, P.93). É por isso que o local, equipamentos e técnicas de produção são considerados aspectos relevantes para o empreendimento.

Considerando a situação singular de cada trabalhador percebe-se que, dificilmente, de forma individual teriam condições de se adequar aos padrões estabelecidos e aceitáveis de produção de alimentos uma vez que requereria investimento no negócio, ou seja, capital financeiro.

Neste caso específico, o que ajudaria muito a esses trabalhadores seria o capital para investir numa cozinha industrial. Pensar numa cozinha industrial individual para cada ambulante de salgado torna algo impossível de se alcançar frente à realidade do grupo, todavia, quando se projeta uma cozinha industrial coletiva, o sonho torna-se mais possível de ser alcançado.

Além disso, essa forma de produção influenciaria na qualidade do produto e na melhor organização da produção para conquistar o mercado de forma mais competitiva, uma vez que promoveria agregação de valor do produto. Isso porque a cozinha industrial ajudaria a potencializar o preparo do alimento com mais qualidade, além de constituir uma estratégia econômica de produção, preparo e comercialização do produto.

3.4.3 Planejamento das vendas e formação de alianças estratégicas

A venda de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant faz parte da realidade e cotidiano da população. A maioria dos ambulantes salgadeiros concentra-se, estrategicamente, nas proximidades do porto e feira dos municípios onde está localizada a grande massa da população, assim como nas esquinas das ruas do município.

Os produtos comercializados pelos ambulantes salgadeiros apresentam um preço acessível para consumo para a grande massa da população, os quais passaram a fazer parte da opção de alimentação das pessoas. “Os alimentos de rua, em geral, são caracterizados pelo baixo preço, familiaridade, conveniência e fácil acesso. Sua oferta varia com a riqueza cultural da população” (HANASHIRO et al, 2002, P.93).

Contribuindo com este debate a nutricionista Aída Couto Dinucci Bezerra em entrevista à Revista Viva Saúde (2015) explica que, no Brasil o comércio de comida de rua vem se expandindo, principalmente nas cidades em que predominam altos índices de desemprego. Tais dados demonstram que o segmento é uma importante fonte de renda na economia informal de países em desenvolvimento e que não apresenta perspectiva de desaparecer ou mesmo diminuir. Todavia, faz um alerta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o perigo potencial dos alimentos vendidos nas ruas para a saúde pública.

Esta realidade pode ser observada nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, nesta região a venda de alimentos é muito frequente e de significativa expressão. Especificamente em relação aos comerciantes ambulantes de salgados estes vêm enfrentando

dificuldades quanto à comercialização ligadas a dois aspetos: infraestrutura do local de venda e concorrência.

A infraestrutura inadequada para a venda dos salgados, conforme discutido anteriormente, é realizada de forma improvisada, exposta ao sol, chuva e ventania, além disso é possível observar a ausência de práticas adequadas de manipulação de alimentos. Já em relação à competitividade entre os salgadeiros, esta é ocasionada pelo número expressivo de comercialização de salgados e de outros aperitivos associados ao gênero alimentício.

Como se trata de um produto alimentício é preciso se preocupar em que condições estão sendo ofertados aos consumidores. Assim, considerar o local de venda é uma das vertentes a ser ponderada, pois um local vulnerável aos cuidados higiênicos pode ser um veículo de contaminação alimentar. Além dos aspectos de boas práticas de manipulação de alimentos e higienização do local, outro aspecto enfrentado pelos salgadeiros, principalmente os que vendem ao redor das feiras e nas proximidades do porto, é devido ao uso do espaço público que entra em conflito com o interesse do governo, em que, alguns casos, como os salgadeiros de Tabatinga foram remanejados para outra localidade o que prejudicou a venda de seus produtos por se afastarem de seus clientes potenciais.

Sobre esta discussão Frare, et al (2001, p.41) afirma que o local onde vendemos nossos produtos é um fator importantíssimo na hora de pensar a comercialização. Quanto mais acessível ao consumidor, maior a possibilidade de que ele se interesse pelo produto. Todavia, o autor enfatiza que a venda em si é apenas um dos aspectos a ser considerado na hora da comercialização. “Para ter um pouco mais de segurança na hora e colocar nossos produtos no mercado, devemos antes traçar um *planejamento* para tentar evitar erros e prevenir surpresas desagradáveis” (FRARE et al, 2001, p.19).

Com planejamento do negócio é possível organizar melhor os meios de distribuição e comercialização do produto, projetando-o de forma estratégica no mercado. Já que o “produto é entendido como qualquer coisa que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer necessidades e desejos” (NADER, et al, 2001, p.15), isso significa que para gerar demanda é preciso que este produto atenda às exigências do cliente, que esteja adequado ao cliente. Assim, pensar no cliente em suas necessidades e desejos é a primeira tarefa de casa de todo empreendimento.

No caso dos salgadeiros ambulantes, organizados em grupo possuem mais chances de crescerem em suas atividades. Mudar a percepção destes trabalhadores levando-os a vislumbrarem sua atividade econômica como um negócio, empresa, possibilitará enxergar novas oportunidades no mercado alimentício. Enquanto cooperativa poderiam resolver ou

minimizar as problemáticas associada a venda e concorrência ao se organizarem e atentarem para as seguintes vertentes:

- a) **Produto** – toda empresa busca atender alguma necessidade ou desejo das pessoas e fazem isso por meio dos produtos produzidos e ofertados por elas, todavia, este produto para ser bem aceito e gerar demanda precisa estar em conformidade com as exigências do cliente. “Se o produto não for diferenciado, ele será simplesmente algo a mais ofertado no mercado, [...] é por essa razão que se fala hoje em adequação do produto às características do consumidor” (CHIAVENATO, 2014, p.95). Enfatiza-se que o produto é uma consequência de uma série de atividades da empresa, antecedida, por exemplo, por operações de compras de insumos e processo de produção que precisam ser bem planejados e realizados para resultar em um produto de qualidade.
- b) **Preço** – “o preço representa aquilo que o cliente paga por determinado produto ou serviço” (CHIAVENATO, 2014, p.41). Está ligado diretamente ao produto e influencia significativamente no fluxo de venda e receita da empresa. Ao estabelecer o preço do produto é preciso elaborar uma política de preço estratégica que movimente as vendas estando acessível ao consumidor, sem comprometer a saúde financeira do empreendimento.
- c) **Praça** - o ponto de venda é de suma importância porque representa o local onde os clientes podem encontrar o produto. É por isso que é preciso pensar na conveniência da compra para o cliente, pensar num local estratégico de maior acessibilidade ao cliente. Por mais que o local de produção não atenda com este requisito, o local de comercialização precisa atender. Não necessariamente o local de produção precisa ser o local de comercialização. A empresa pode ter um local para produzir e outro para comercializar. Os salgadeiros organizados em cooperativas poderiam estabelecer pontos de vendas em locais estratégicos do município, poderiam firmar parcerias e alianças estratégicas com a prefeitura, instituições de ensino, restaurantes e lanchonetes e eventos, dentre outras empresas, assim como atender demandas de eventos para fornecimento de seus produtos.
- d) **Promoção** - não basta apenas produzir o produto e lançar no mercado, é preciso torná-lo conhecido. Os clientes precisam saber que seu produto existe. Para tanto, promover a divulgação do produto é primordial para torná-lo conhecido. É possível fazer isso sem gerar grandes custos para a organização. No caso da cooperativa, uma forma interessante de divulgação do negócio seria participação nos eventos do município, com **stands** dos produtos, realização de feira gastronômica, envolvimento junto a ações sociais na

comunidade, parcerias com as emissoras de rádio, agência de turismo, instituições de ensino e secretaria de turismo.

Esses são uns dos aspectos que poderiam ser mais bem planejados se organizada a força de trabalho dos ambulantes salgadeiros. Claro que os problemas não iriam sumir de imediato, mas se tornariam mais brandos, talvez emerjam outros, mas se o grupo persistir na cooperação, com responsabilidade e confiança mútua o empreendimento pode galgar voos de grande sucesso.

Toda luta requer sacrifícios, às vezes é preciso fazer uma revolução para se atingir o objetivo, mas “a revolução somente chega à vitória quando ocorre a mudança na base, isto é, na infraestrutura econômica, para em seguida, mudar a superestrutura, ou seja, atingir o social, político, religioso, cultural e alterando principalmente a vida de toda uma sociedade (FIORINI; ZAMPAR, 2015, p.96).

A organização dos ambulantes em cooperativas ou em quaisquer outras formas de economia solidária só será possível se houver força de vontade e persistência de tais trabalhadores. O querer tem que partir deles, no realizar eles podem ser ajudados, mas os principais envolvidos no processo precisam ser os próprios integrantes da cooperativa. A revolução é necessária para que mudanças ocorram dentro do contexto cooperativo. Fiorini e Zampar (2015) descrevem de forma envolvente, poética e realista como que ocorre a revolução em um contexto cooperativista, que para não fragmentar a descrição do relato que representa uma realidade de muitos grupos sociais, será transcrito na íntegra.

Um determinado setor encontra dificuldade para produzir, faltando crédito, equipamentos, insumos, mãos de obra, meios de distribuição e comercialização etc. Surge o ideal: união de pessoas para criar a cooperativa; os próprios idealizadores em uma luta ferrenha e até desacreditados planejam, organizam, estabelecem estratégias e saem à luta. Os primeiros passos fazem transparecer uma luta inglória, o que leva muitos a desistirem e criticarem.

O cooperativismo precisa de presenças, crenças nas ideias, adesões, lutas e disponibilidade de voluntários. E nas primeiras reuniões o que se percebe: presença irrisória de pessoas, muitos dos presentes são céticos, incrédulos e criticam, poucos aderem ao ideal e muito menos se apresentam para a luta ou trabalho de voluntários. E até alguns dos pioneiros desistem. Em alguns casos, os interesses pessoais menores também dificultam o todo do empreendimento.

Mas os idealizadores de primeira hora, aqueles de visão, os otimistas e que acreditam sempre, nunca desistem e vão em frente com determinação. Os céticos não atingem estes pioneiros e o projeto segue curso; o sucesso dá sinais. Demonstra não tardar.

Aqueles críticos, céticos, desistentes dos primeiros encontros aos perceberem que “a coisa está dando certo” retornam cheio de explicação, exigências, ainda com um “pé atrás” aderem ao espírito de grupo e união. A partir destas ações e decisões um boom de interessados e cooperados alavanca o projeto, o empreendimento prospera e surge a cooperativa. Mas falta muito e os pioneiros idealistas ainda enfrentam grandes dificuldades: criar regras e estatutos, legalizar o empreendimento (burocracia), controlar a sociedade, viagens, mais reuniões e assembleias,

organização da direção, custos da montagem, local para sede etc. Porém a revolução chegou à vitória. Nova fase de busca: evolução, novos cooperados, confiabilidade, estabilidade e maturidade (FIORINI; ZAMPAR, 2015, p. 96-98).

Os autores através do relato sintetizam de forma explicativa o caminho e desafio que são enfrentados na organização de grupos sociais em forma de cooperativa, mas descreve de forma muito empolgante a recompensa do sacrifício. É certo que a organização da força de trabalho dos salgadeiros ambulantes é vislumbrada na perspectiva de enfrentamento de muitas dificuldades, mas também sob a ótica de potencialidade do negócio para garantir melhoria da qualidade de vida, ocupação e renda de tais trabalhadores, pois, conforme apontado por Culti (2006), embora a economia popular solidária ainda esteja com suas linhas determinantes em processo, ainda assim, se apresenta como caminhos possíveis.

Considerando a singularidade da região, onde as práticas de economia solidária e, principalmente de cooperativismo são incipientes, requer um maior trabalho e persistência para disseminar a cultura cooperativista na região, pois conforme estudo de Porto e Ferreira (2014) sobre as práticas cooperativistas na região, ressaltam que,

Inúmeros são os desafios para se implantar a cultura solidária e cooperada, principalmente em uma região onde a cultura cooperativista encontra-se em passos iniciais. Neste aspecto, a maneira mais efetiva para se trabalhar a assimilação dessa cultura cooperativista é por meio da educação (PORTO; FERREIRA, 2014, p.33).

A educação tem que ser a base para a disseminação da cultura cooperativista, os princípios do cooperativismo precisam ser absorvidos pelas pessoas, de forma a que venham germinar as reais práticas que caracterizam o cooperativismo, refletindo assim em uma conduta de compromisso, responsabilidade, confiança, perseverança e solidariedade entre envolvidos neste novo modelo de fazer negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital permite que estes trabalhadores excluídos do mercado de trabalho desenvolvam o que for preciso para manter a sua subsistência, sempre de forma limitada e reduzida, [...] Pensar em ações imediatistas e, portanto paliativas para remediar os graves problemas sociais é a prática mais recorrente que podemos observar e nesse sentido a economia solidária cumpre bem esse papel.

Noval Benayon Mello; Elaine Maria L. A. Moreira

Ao refletir na história da humanidade, o que se percebe é a capacidade de homens e mulheres de superar suas limitações impostas pelo contexto que os circunda, manifestando uma admirável disposição de se reinventar e de garantir sua existência mesmo diante das mazelas da vida.

Pontualmente, no contexto do trabalho, os trabalhadores tiveram de se adaptar a diversas formas e performance que o trabalho assumiu ao longo dos anos, influenciando diretamente na vida das pessoas.

Esse dinamismo apresenta uma expressão maior para aqueles que precisam encarar o trabalho tido como informal. As diversas formas utilizadas de produção e comercialização se apoiam, na maioria dos casos, na improvisação. Isso pode ser notado principalmente com os trabalhadores informais ambulantes.

A imersão no estudo com os trabalhadores informais ambulantes salgadeiros dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant aponta que se trata de uma atividade com tradição nos municípios, sendo sustentada há muitos anos com flexibilidade de entrada e saída de trabalhadores.

A pesquisa abarcou somente uma parcela dos salgadeiros, os que vendem direto para o consumidor final, sendo que nos respectivos municípios é possível identificar a existência de salgadeiros que trabalham apenas com encomendas.

O que se tem aqui é um segmento de negócio representado pelo ramo alimentício de salgados que em sua totalidade concentra um grupo significativo de trabalhadores que tem como ponto em comum a habilidade de produzir salgados e que o utilizam como meio de ocupação e renda, seja primária ou secundária. São trabalhadores também que padecem das mesmas dificuldades associadas à aquisição de insumos, produção e comercialização.

Existe potencialidade da força de trabalho com perspectiva de organização da mesma, tendo como proposta a economia solidária, pois as principais problemáticas enfrentadas por tais trabalhadores podem ser superadas com maior possibilidade de sucesso por meio de empreendimentos solidários, posto que esses trabalhadores dispõem de escasso capital para investimento no negócio de forma individual. A maioria sonha com o dia de poder montar seu próprio negócio, sonho este que, para muitos, já dura mais de 15 anos, o que tem estimulado muitos a deixarem a atividade, mas que acabam voltando por não encontrar outra forma de garantir o sustento da família. Se há tantos anos as ações individuais não mudaram a realidade de tais trabalhadores é hora de dar uma chance para o trabalho coletivo.

Não é que a Economia Solidária seja a solução de todos os problemas, talvez a partir dela surjam outros, mas no momento pode ser visualizada como uma “mão amiga” com potencialidade de melhorar a situação de tais trabalhadores.

Assim, a pesquisa nos deixou um legado, revela que muitos dos problemas vivenciados pelos salgadeiros ambulantes poderiam ser solucionados ou minimizados com a criação de cooperativa na base da economia solidária. No entanto, apontar qual o tipo de cooperativa beneficiaria melhor o grupo pesquisado requereria um diagnóstico mais intenso com os mesmos, onde eles pudessem em conjunto apontar o direcionamento do empreendimento e trazer para si a responsabilidade de alavancar o negócio, pois o nascimento de uma cooperativa tem que partir do sonho e da vontade dos trabalhadores para que tenha sustentabilidade, visto que neste tipo de negócio o senso de responsabilidade e motivação são imprescindíveis.

REFERÊNCIA

ALVES, Marco Antônio Pérez. **Cooperativismo Arte & Ciência:** doutrina, prática e legislação. São Paulo: universidade de direito ltda, 2003.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Barros, José D'Assunção. **Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial:** revisitando Charles Fourier.

BEZERRA, Aida Couto Dinucci. **Riscos da Alimentação da Rua.** Disponível em: <http://revistavivasaude.uol.com.br/nutricao/riscos-da-alimentacao-na-rua/3229/#>
Acesso: 15-08-2017

BIALOSKORSK NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED – LEI 4.923/65. **Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Informal.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814BCC383D014C291D2D2273D8/AM%20fevereiro%201.pdf>>. Acesso em: 09 de Abril de 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia:** expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____, Idalberto. **Recursos Humanos:** o capital humano das organizações. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____, Idalberto. **Gestão da Produção:** uma abordagem introdutória. 3.ed. Barueri-SP: Manole, 2009.

CULTI, Maria Nezilta, **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.

CULTI, Maria Nezilta; KOYAMA, MittiAyako; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil:** tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CLEARY, David. Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernidade.** Belém: MPEG, 1994.

FIORINI, Gustavo Carlos; ZAMPAR, Antônio Carlos. **Cooperativismo e Empreendedorismo:** o sucesso das cooperativas de crédito, o avanço de outros ramos

cooperativistas, empreendedorismo e associativismo de resultados, a satisfação da economia familiar. Carapicuíba, SP: Pandorga Editora e Produtora, 2015.

FÜHRER, MaximilianusCláudio Américo; FÜHRER, Maximuliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito do Trabalho**. 25. Ed. Coleção Resumos. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16/02/2016.

FRARE, et al. Princípios básicos para comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações. Rio de Janeiro: DPA: Fase, 2001.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Gonçalo; PEREIRA, Eliane Ribeiro. Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: LEAL, Cláudio F. Coelho; LINHARES, Lucas; LEMOS, Cristina; SILVA, Marcelo M. da; LATRES, Helena M. Martins (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudoeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2015.

HANASHIRO, Agnes; MORITA, Marisa; TORRES, Elizabeth A.F.S.; MATTÉ, Maria Helena. **Qualidade higiênico-sanitária de alimentos de rua - populações versus orientais – comercializados em São Paulo**. Revista Eletrônica de Epidemiologia das doenças transmitidas por Alimentos, vol. 2, No. 6,4 p. 92-105, novembro de 2002. Disponível em: ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/hidrica/revp02_vol2n6.pdf Acesso: 15-08-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL- ETCO. Disponível em: <http://www.etc.org.br/publicacoes/estudos-pesquisas/indice-de-economia-subterranea-reduz-drasticamente-ritmo-de-queda-em-2014/>. Acesso em: 08 de Abril de 2015.

INTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Cooperativa escolar: a gestão democrática fortalecendo o cooperativismo solidário**. 2007.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

KEIL, Ivete Manetzeder; Monteiro, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo (RS): 1982.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção) UFSC.

LECHAT, Noëlle. A economia solidária no Brasil: formação de um novo protagonista sociopolítico, o trabalhador associado. In: Balsa, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler e SOULET, Marc-Henry (org). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 2006.

MARTELLO, Alexandro. **Economia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/brasil-registra-fechamento-de-81-mil-vagas-de-emprego-formal-em-janeiro.html>> Acesso em: 06 de Abril de 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. Vol. I, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.

MINAYO, M. C. S; SANCHES. **O Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, jul/set, 1993. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/quantitativo_qualitativo_oposicao_ou_complementariedade.pdf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2016.

MELLO, Noval Benayon; MOREIRA; Elaine Maria Lima Alves. Tecnologia Social e Capitalismo. In: SILVA, Heloísa Helena Corrêa da (org.). **Traços Culturais, Tecnológicos e Cooperativistas da Economia Solidária do Amazonas**.1.ed. Curitiba: CRV, 2014.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo** – um horizonte possível. 2005. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/229.pdf>>. Acesso: 08 de abril de 2015.

NASCIMENTO, Claudio. Seminário Nacional de Autogestão. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestao_cooperativismo.pdf>. Acesso: 08 de Abril de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Agenda Institucional do Cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2015. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/agenda_institucional_d_o_cooperativismo_2015.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Desenhando o Futuro: relatório de gestão 2015**. Brasília: Sistema OCB, 2016. Acesso em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorio_de_gestao_2015_impresso.pdf. Acesso 20 de maio do 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A OIT e a economia informal**. Lisboa: Escritório da OIT, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>. Acesso em: 11 de Abril de 2015.

PINTO, Moisés Augusto Tavares; PEREIRA, Silvilene Gomes; LEITE, Aline Damaceno. **A geografia da economia informal nas cidades médias do Amazonas: um estudo dos mototaxistas em Tabatinga, Amazonas, Brasil.** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/01.pdf> Acesso: 17-08-2017.

PORTO, Selomi Bermeguy; FERREIRA, Marinilde Verçosa. **Cooperativismo e Desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária – Solicred Benjamin Constant/am.** Caderno Gestão Social, v.5, n.2, p. 323-337, jun/dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/323> Acesso: 15-08-2017.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.(Col. Primeiros passos: 189).

RUFINO, Sandra. O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do Sabor. (org) SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. In: **Uma Outra Globalização é possível: Paul Singer e a Economia Solidária.** São Paulo: Contexto: 2001.

SALES, João Eder. **Cooperativismo: origens e evolução.** Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664, Jan-jun 2010. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo: 2008.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa da; NISTAL, Luiz Pinheiro; FERREIRA, Sylvio Mário Puga. Empreendimentos Econômicos Solidários como alternativa de ocupação e renda: avaliação do Estado do Amazonas. In: SILVA, Heloísa Helena Corrêa da (org.). **Traços Culturais, Tecnológicos e Cooperativistas da Economia Solidária do Amazonas.**1.ed. Curitiba: CRV, 2014.

SINGER, Paul. Amazônia na sociedade global. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernidade.** Belém: MPEG, 1994.

_____, Paul. **Desenvolvimento capitalista e Desenvolvimento solidário.** Estudos Avançados 18. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

_____, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** 7.ed. São Paulo Contexto, 2008.

_____, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul. **O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

TEXEIRA, Silvana. **Cooperativas de trabalho**: conheça as vantagens de sua implantação. Disponível em <https://www.cpt.com.br/cursos-administracao/rural/artigos/cooperativas-de-trabalho-conheca-as-vantagens-de-sua-implantacao> Acesso: 17-08-2017.

VIEIRA, Antonieta do Lago. Construindo cooperativas populares e solidárias. In: TORRES, Iraíldes Caldas (org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA - Elaborado por Selomi Bermeguy Porto.**PROJETO “Cooperativismo: alternativa ou ilusão? Um estudo de caso com os trabalhadores informais inseridos no ramo alimentício de salgados nos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, Amazonas”**

Esta é uma pesquisa vinculada ao programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, sob responsabilidade do pós-graduando Selomi Bermeguy Porto e sob orientação da Professora Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva.

PERFIL SOCIOECONÔMICO	
1	Município () Tabatinga () Benjamin Constant Localização de venda Localização de venda
2	Nacionalidade () brasileira () peruana () colombiana
2	Gênero () masculino () feminino
3	Estado civil a. () Solteiro(a) b. () Casado(a) c. () Separado(a), divorciado(a), desquitado(a) d. () Viúvo(a) e. () União estável
4	Grau de instrução a. () Analfabeta c. () Ens. Médio b. () Ens. Fundamental d. () Graduação
5	Faixa etária a. () 18 a 25 c. () 35 a 40 b. () 26 a 35 d. () mais de 40
6	Esta é a principal atividade econômica de sustento da família? a. () Sim b. () Não. Se não, qual seria a principal atividade? _____
7	Quantidade de pessoas que residem na casa com você a. () 1 a 3 c. () 5 a 8 b. () 3 a 5 d. () mais de 8
8	O que influenciou sua entrada nesta atividade? a. () Perda do emprego b. () Falta de oportunidade de emprego c. () Busca de nova oportunidade para complementar a renda d. () Vontade de ter o próprio negócio

9	A quanto tempo você trabalha nesta atividade? a. ☐ menos de 1 ano. c. ☐ de 4 a 8 anos b. ☐ de 1 a 4 anos d. ☐ mais de 8 anos
10	Atualmente quanto é a sua renda mensal? a. ☐ Menos de um salário mínimo b. ☐ 1 salário mínimo c. ☐ 1 a 2 salário mínimo d. ☐ Mais de 2 salário mínimo
11	Você já trabalhou com carteira assinada? (☐) Não b. (☐) Sim. Se sim, em que? _____
PERCEPÇÃO SOBRE O EMPREENDIMENTO	
12	No que tange a aquisição de insumos 12.1 A aquisição de insumos (materiais para produção de salgados) são adquiridos: a. ☐ com fornecedores do próprio município b. ☐ com fornecedores externos de outras localidades. Qual? _____ 12.2 A compra de insumos para produção de salgados é feita: a. ☐ diariamente b. ☐ semanalmente c. ☐ quinzenalmente d. ☐ mensalmente 12.3 Os custos para aquisição dos insumos, você considera: a. ☐ baixo b. ☐ médio c. ☐ alto 12.4 Qual a principal dificuldade enfrentada para aquisição dos insumos? a. ☐ Dificuldade de acesso aos fornecedores b. ☐ Dificuldade de acesso a crédito de compra c. ☐ Custo elevado dos preços dos materiais d. ☐ Outro _____.
13	No que tange a produção de salgados:

	13.1 Existe um espaço/local separado específico para produção dos salgados. a. () Sim b. () Não 13.1.1. Onde é produzido?_____. 13.2 A produção dos salgados é feita de forma: a. () artesanal b. () industrial (com auxílio de máquina de salgado) 13.3 Os custos para produção de salgados, você considera: a. () baixo b. () médio c. () alto 13.4 Em âmbito geral, em relação à produção de salgados, em sua opinião, qual a principal dificuldade enfrentada? a. () Ingredientes de boa qualidade para a produção b. () Equipamentos adequado para a produção c. () Espaço adequado para a produção d. () Outro,_____.
14	No que tange a comercialização do salgado 14.1 Os salgados comercializados são: a) () produzidos e vendidos diretos para consumidor final b) () produzidos e vendidos para encomendas e consumidor final c) () não se produz, apenas compra para revenda 14.2 Você pratica a venda de salgados de forma: a. () contínua b. () sazonal 14.3 A venda de salgados é realizada: a. () em local fixo b. () de forma itinerária 14.4 A venda dos salgados são realizadas: a. () semanalmente, todo os dias b. () semanalmente, em dias alternados c. () Em finais de semana 14.5 Como você avalia o espaço ou infraestrutura onde os salgados são vendidos: a. () Excelente b. () Ótimo c. () Bom d. () Regular e. () Péssimo 14.6 Você já enfrentou algum tipo de fiscalização devido a comercialização de seus produtos.

	a. ☐ Sim b. ☐ Não 14.6 Em relação à comercialização de salgados qual a principal dificuldade: a. ☐ Localização do ponto de venda b. ☐ Espaço ou infraestrutura adequada para a comercialização c. ☐ Preferências ou exigências dos clientes em relação aos produtos d. ☐ Concorrência com os outros vendedores e. ☐ Outro. _____.
15	Em ambiente geral analise e enumere numa escala de 1 a 3 as principais dificuldades enfrentadas para a realização da atividade econômica. a. ☐ Aquisição de insumos para produção de salgados b. ☐ Produção de salgados c. ☐ Comercialização dos salgados
16	Você já fez algum curso específico no ramo do salgado? a. ☐ Sim b. ☐ Não
17	Existe interesse em transformar esta atividade em um empreendimento formal? a. ☐ Sim b. ☐ Não
18	Você sabe como funciona um empreendimento em forma de cooperativa? f. ☐ Sim g. ☐ Não 18.1 Se sim, qual o seu grau de conhecimento em relação a uma cooperativa? a. ☐ Excelente b. ☐ Ótimo c. ☐ Bom d. ☐ Regular e. ☐ Péssimo
19	Você teria interesse em saber como a cooperativa poderia lhe ajudar na sua atividade de trabalho? ☐ Sim b. ☐ Não
20	Qual seu grau de confiança em participar de um empreendimento coletivo? a. ☐ Muito alta b. ☐ Alta c. ☐ Mediana d. ☐ Baixa e. ☐ Nenhuma
21	Em sua opinião, o que contribui para impedir o crescimento do negócio?
22	Em sua opinião, que aspectos poderiam contribuir para melhorar o desenvolvimento negócio?

APÊNDICE B – TABELAS COM OS DADOS QUANTIFICADOS

AQUISIÇÃO DE INSUMOS			
Local de Aquisição de Insumos		Quant.	%
Tabatinga	No próprio município	10	100
Benjamin Constant	No próprio município	14	93,3
	Fora do município	1	6,7
Frequência de Compra		Quant.	%
Tabatinga	Diariamente	09	90
	Mensalmente	01	10
Benjamin Constant	Diariamente	14	93,3
	Mensalmente	01	6,7
Custo dos Insumos		Quant.	%
Tabatinga	Alto	05	50
	Médio	04	40
	Baixo	1	10
Benjamin Constant	Alto	10	66,6
	Médio	05	33,4
Principal dificuldade enfrentada para aquisição de insumos		Quant	%
Tabatinga	Dificuldades de em encontrar os materiais nos fornecedores	2	20
	Dificuldade de acesso a crédito	4	40
	Custo elevado dos preços dos materiais	4	40
Benjamin Constant	Dificuldades de encontrar os materiais nos fornecedores	3	20
	Dificuldade de acesso a crédito	7	46,7
	Custo elevado dos preços dos materiais	5	33,3
PRODUÇÃO DE SALGADOS			
Existencia de espaço separado específico para produção de salgados		Quant.	%
Tabatinga	Sim	1	10
	Não	9	90
Benjamin	Sim	4	26,7
	Não	11	73,3
Forma como é realizada a produção de salgados		Quant.	%
Tabatinga	Artesanal	10	100
Benjamin Constant	Artesanal	15	100

Custo para a produção dos salgados		Quant.	%
Tabatinga	Alto	2	20
	Médio	6	60
	Baixo	2	20
Benjamin Constant	Alto	4	26,7
	Médio	9	60
	Baixo	2	13,3
Principal dificuldade enfrentada na produção de salgados		Quant.	%
Tabatinga	Falta de ingrediente de boa qualidade para a produção	1	10
	Falta de equipamentos adequados para a produção	3	30
	Falta de espaço adequado para a produção	6	60
Benjamin Constant	Falta de ingrediente de boa qualidade para a produção	2	13,3
	Falta de equipamentos adequados para a produção	8	53,4
	Falta de espaço adequado para a produção	5	33,3
COMERCIALIZAÇÃO DOS SALGADOS			
Os salgados comercializados são:		Quant.	%
Tabatinga	Produzidos e vendidos direto para o consumidor final	10	66,7
	Não se produz, apenas compra para revenda	5	33,3
Benjamin Constant	Produzidos e vendidos direto para o consumidor final	15	100
A prática da venda de salgados é realizada de forma:		Quant.	%
Tabatinga	Contínua	15	100
Benjamin Constant	Contínua	13	86,7
	Sazonal	2	13,3
A venda dos salgados é realizada:		Quant.	%
Tabatinga	Em local fixo	14	93,3
	De forma itinerária	1	6,7
Benjamin Constant	Em local fixo	15	100
A venda dos salgados são realizadas:		Quant.	%
Tabatinga	Semanalmente, todos os dias	15	100
Benjamin Constant	Semanalmente, todos os dias	13	86,7
	Semanalmente em dias alternados	2	13,3
Como você avalia o espaço ou infraestrutura onde os salgados são vendidos		Quant.	%

Tabatinga	Excelente	1	6,7
	Bom	1	6,7
	Regular	6	40
	Péssimo	7	46,6
Benjamin Constant	Ótimo	2	13,3
	Bom	2	13,3
	Regular	7	46,7
	Péssimo	4	26,7
Você já enfrentou algum tipo de fiscalização		Quant.	%
Tabatinga	Sim	12	80
	Não	3	20
Benjamin Constant	Sim	12	80
	Não	3	20
Principal dificuldade enfrentada na comercialização dos salgados		Quant.	%
Tabatinga	Localização do ponto de venda	1	6,7
	Espaço ou infraestrutura adequada	12	80
	Concorrência com os outros vendedores	2	13,3
Benjamin Constant	Localização do ponto de venda	3	20
	Espaço ou infraestrutura adequada	4	26,7
	Preferência ou exigência dos clientes	1	6,7
	Concorrência com os outros vendedores	7	46,6

APÊNDICE C –DIAGNÓSTICO GERAL (SINTOMAS, CAUSA, SOLUÇÃO)

DIAGNÓSTICO		
AQUISIÇÃO DE INSUMOS		
SINTOMAS	CAUSA	SOLUÇÃO
• Compras limitada de insumos; • Compras de insumos realizada diariamente, condicionada a venda do dia; • Custo elevado dos insumos • Dificuldade a acesso ao crédito	• Baixo capital de giro • Atividade econômica informal que dificulta o acesso a políticas públicas de produção.	• Conseguir linha de crédito junto a instituições públicas ou privadas • Fazer fundo de reservas coletiva • Planejar compras coletivas em grande quantidade direto do fornecedor atacadista.
PRODUÇÃO DE SALGADOS		
SINTOMAS	CAUSAS	SOLUÇÕES
• Falta de equipamentos adequados para produção • Falta de Espaço adequado para produção	• Escassez de capital para investimento na compra de equipamentos e preparo do espaço adequado para produção • Espaço compartilhado para outras atividades domésticas vulnerável a contaminação alimentar	• Captação de recursos para construção de cozinha industrial
COMERCIALIZAÇÃO DE SALGADOS		
SINTOMAS	CAUSAS	SOLUÇÕES
• Infraestrutura precária do local de venda • Concorrência	• Espaço improvisado para comercialização; • Vários pontos de vendas, disponibilizando produtos similares e preços iguais •	• Buscar alianças estratégicas (uea, ufam, ifam, prefeituras, comércios, restaurantes, lanchonetes) • Estruturar os pontos de venda • Incrementar variedades de salgados •

